

**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO,
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES
VOL. 3 2015 - SEM CORTES (CRÓNICAS 143 A 155 - 2015)**

Versão inédita não totalmente editada



**CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES
VOLUME 3**



J. CHRYS CHRYSTELLO 2017

TODOS OS DIAS DEVÍAMOS OUVIR UM POUCO DE MÚSICA, LER UMA BOA POESIA, VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL, DIZER
ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS. GOETHE

O TEMPO É UM ÓTIMO PROFESSOR. PENA É QUE MATE OS SEUS ALUNOS. (HECTOR BERLIOZ)

Ficha técnica – Outras obras do autor:

LIVROS, PREFÁCIOS E TRADUÇÕES DE LIVROS
2018 FOTOEMAS foto book, fotografia de Fátima Salcedo e poemas dos Açores de Chrys Chrystello e-livro http://www.blurb.com/b/8776650-fotoemas ISBN: 9781388351083
2018 revisão, compilação e Nota Introdutória de Missionários açorianos em Timor vol2 de D Carlos F Ximenes Belo, ed. AICL e Câmara Municipal de Ponta Delgada, ed. Letras Lavadas
2018. ChrónicaAçores: uma circum-navegação, vol. 2, 3ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1012/ChronicAcores-uma-circum-navegacao-vol-2-(3%C2%AA-ed-2018).pdf
2018, ChrónicaAçores: uma circum-navegação, vol. 1, 3ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1013/chronicacores.-uma-circum-navegacao-vol,1--3%C2%AA-ed-2018.pdf
2017. Bibliografia Geral da Açorianidade em 2 vols. 19500 entradas, Ed. Letras Lavadas Publiçor, Ponta Delgada
2'17, revisão, compilação e Tradução de "O mundo perdido de Timor-Leste" de José Ramos-Horta ed. LIDEL
2017. Poema "Maria Nobody" IN VIII Volume da Antologia de Poesia Portuguesa Contemporânea "Entre o Sono e o Sonho" Chiado ED.
2017. A língua portuguesa na Austrália, Capítulo em "A Língua Portuguesa no Mundo: Passado, Presente e Futuro". Ed. Universidade da Beira Interior, org. Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório
2017. "Três poemas açorianos" in Antologia ed. Artelogy dezº 2016
2017. "Não se é ilhéu por nascer numa ilha", in "Povos e Culturas - A ilha em nós", Revista Povos e Culturas nº 21-2017 Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP), Universidade Católica Portuguesa Lisboa
2017. "Não se é ilhéu por nascer numa ilha", capítulo do livro "A condição de ilhéu", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP), Universidade Católica Portuguesa Lisboa
2016, compilação, revisão e Prefácio de Missionários açorianos em Timor "Um missionário açoriano em Timor" vol. 1 de D. Carlos F Ximenes Belo ed. AICL e Moinho Terrace Café
2015. CD Trilogia da História de Timor. 3760 páginas, contém os 3 vols. e ed. em inglês do 1º vol., ed. AICL, Colóquios da Lusofonia. 4ª ed. AICL, Colóquios da Lusofonia https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1010/trilogia-(3-vol.)-Historia-de-Timor.pdf https://meocloud.pt/link/0f421777-0158-43a4-80a8-41c9a0c32c21/TRILOGIA%20COMPLETA%20compressed.pdf/ ,
2015, Crónicas Austrais (1978-1998 monografia) 4ª ed. 2015
2014. Prefácio de "O voo do Garajau" Rosário Girão & Manuel Silva, ed. Calendário de Letras e AICL http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672015000300016
2013, Crónicas Austrais 1978-1998, monografia, 3ª ed. https://www.scribd.com/doc/3051472/cronicasaustrais
2012, Trilogia da história de Timor, ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0 (Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975 vol. 1, Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter e Timor Leste vol. 3 - As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006) ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0
2012, Crónica do Quotidiano Inútil. Obras Completas (poesia) 5 volumes, 40 anos de vida literária, ed. Calendário de Letras 2012 - ISBN 9789728985646 https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1001/CRONICA-DO-QUOTIDIANO-INUTIL-VOL-1-5--2012.pdf
2012, volume 3 da trilogia da História de Timor, As Guerras Tribais, A História Repete-se 1894-2006, 1ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1010/trilogia-(3-vol.)-Historia-de-Timor.pdf http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor3.pdf
2012, volume 1 da trilogia da História de Timor: East Timor - The Secret Files 1973-1975 3ª ed. http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf
2012, Tradução "Uma pessoa só é pouca gente / A lonely person is not enough people, the sex and the divine" de Caetano Valadão Serpa
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975, 2ª ed.
2012, volume 2 da trilogia da História de Timor: Historiografia de um repórter - Timor-Leste 1983-1992 DVD – 1ª ed. 2005-2012 https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1008/TRILOGIA-vol.-2-Historia-de-Timor.pdf https://www.scribd.com/document/40234122/Timor-Leste-Historiografia-de-um-reporter-vol-2-193-1992 http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor2.pdf
2011, Tradução da Antologia Bilingue de (15) autores açorianos contemporâneos, ed. AICL e Calendário de Letras
2011, ChrónicaAçores uma circum-navegação vol. 2, 2011 ISBN 978-9728-9855-47 Ed. Calendário de Letras http://www.calendario.pt/index.php?id=246&cat=203&pid=55
2010, tradução para inglês dos Guia de Mergulho da Madeira; Guias de Mergulho das Ilhas dos Açores, Ed. VerAçor
2009, ChrónicaAçores: uma circum-navegação, vol. 1 esgotado, online https://www.scribd.com/doc/39955110/CHRONICACORES-UMA-CIRCUM-NAVEGACAO-DE-TIMOR-A-MACAU-AUSTRALIA-BRASIL-BRAGANCA-ATE-AOS-ACORES-VOLUME-UM-DA-TRILOGIA https://www.worldcat.org/title/chronicacores-circum-navegacao-de-timor-a-macau-australia-brasil-braganca-ate-aos-cores/oclc/357576846&referer=brief_results ,
2009, ChrónicaAçores: uma circum-navegação, vol. 1, 2009 ISBN 989-8123-12-1 VerAçor ed. 2009
2008, Tradução para inglês de "S. Miguel uma ilha esculpida" Daniel de Sá. Ed. VerAçor.
2008, Tradução de "Ilhas do Triângulo, viagem com Jacques Brel" Victor Rui Dóres, prelo, ed. VerAçor.
2008, Prefácio e Revisão "A Freira do Arcano, Margarida Isabel do Apocalipse" de Mário Moura, ed. Publiçor, Ponta Delgada
2007, Tradução para inglês "E das pedras se fez vinho"de Manuel Serpa ed. VerAçor, Açores Portugal
2007, Tradução para inglês, "Santa Maria Ilha Mãe" Daniel de Sá, ed. VerAçor, Açores, Portugal
2005, coautor tradução para português "The Lost painting" Jonathan Harr, ed. Presença
2005, Cancioneiro Transmontano, ed. Santa Casa da Misericórdia Bragança, https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1000/cancioneiro-braganca-2005.pdf - http://www.lusofonias.net/chryscv/CANCIONEIRO%20TRANSMONTANO%202005).pdf
2004, tradução para português "A People's War" de Vo Nguyen Giap, Editora Sílabo Portugal
2004, tradução para português, "Dien Bien Phu" de R. H. Simpson, Editora Sílabo Portugal
2002, tradução de "La familia: el desafío de la diversidad" Adelina Gimeno (castelhano, Psicologia), Instituto Piaget Portugal
2000, Crónicas Austrais - 1978-98 (monografia) (1ª ed. http://www.ebooksbrasil.org/micrereader/cronicasCA.lit http://www.ebooksbrasil.org/REB/cronicasCA.rb ,
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975, 2ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1005/TRILOGIA-VOL--1--ET-dossier-secreto-73-75-PT-cc0.pdf http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor0.pdf ,
2000, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste The secret files 1973-1975, 2ª ed. https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1005/TRILOGIA-VOL--1--ET-dossier-secreto-73-75-PT-cc0.pdf https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1004/TRILOGIA-VOL-1-East-Timor-secret-file-73-75-eng.pdf https://www.worldcat.org/title/east-timor-the-secret-file-1973-1975/oclc/66016286&referer=brief_results , http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf , https://www.scribd.com/doc/253855631/East-Timor-the-Secret-Files-1973-1975-Eng- ,
1999, volume 1 da trilogia da História de Timor: Timor Leste O Dossier Secreto 1973-1975, Porto, 1999, ed. Contemporânea (Esgotado) 1ª ed. ISBN 10: 972-8305-75-3 / ISBN 13/EAN: 9789728305758 https://www.worldcat.org/search?q=chrystello&fq=&dblist=638&fc=ap:25&at=show_more_ap%3A&cookie
1991-2011 Yawuij Bara e Yawuij Baia Os avós de barra e Avós de Baia, ed. 1991-2011 https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1003/Yawuij-Os-Avos-de-Barra-e-os-Avos-de-Baia.pdf
1985 crónica X Aborígenes na Austrália https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1002/cronicaX-aborigenes-na-australia.pdf
1981, Crónica do quotidiano inútil vol. 3&4 (1973-81) poesia, ed. Macau (esgotada) https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1016/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-3-4-.pdf http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidianoinutil.pdf , http://www.scribd.com/doc/77870662/cronica-do-quotidiano-inutil-cai-Volume-3-4#scribd –
1974, Crónica do quotidiano inútil vol. 2 (poesia) ed. abril 1974 Díli, Timor Português (esgotada) https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1015/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-2-.pdf
1972, Crónica Do Quotidiano Inútil vol. 1 (Poesia) Porto (Esgotado) https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1017/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-1-1972-original-1%C2%AA-ed-CQL.pdf http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidianoinutil.pdf ,

Contacto do autor: (+351) 919287816 drchryschrystello@yahoo.com.au / chryschrystello@journalist.com

Crónica 0

Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) que foi poeta, escritor, conferencista, professor, tradutor, criador de jornais e revistas, disse certa vez de Platão e Aristóteles que colocaram "dois sistemas opostos diante da mente do mundo". E disse mais: "Todo homem nasce aristotélico ou platónico. São duas classes de homens, ao lado das quais é praticamente impossível conceber uma terceira". Platão ambicionava a sabedoria do além, do mundo das ideias, do qual o nosso mundo é apenas uma sombra pálida. Idealista. Aristóteles procura a sabedoria aqui, com os dois pés no chão. Foi Aristóteles um dos primeiros a procurar uma verdade objetiva sem a necessidade de "mágica". Aristóteles aconselhava a não discutir com qualquer um, uma recomendação que confirma a famosa Lei de Murphy, segundo a qual quando a gente discute com um idiota poderia ocorrer que outros não percebessem a diferença. A conduta, os artigos, a forma cética e irreverente de JC falar, sempre obcecado por ser "politicamente incorreto" já há muito denotavam aquilo que o velho Aristóteles categorizava como um "idiota".

Nesta fase adiantada da minha vida, era mais um *homo domesticus* que ficava em casa, incapaz ou sem querer interferir de forma ativa nos assuntos da "civitas". Não aceitava como minha a responsabilidade de lutar sozinho contra déspotas, tiranos, corruptos, medíocres, ao contrário do que fizera já, sem grandes resultados, durante várias décadas. Um autor açoriano, de seu nome Daniel de Sá, já o havia intuído:

Existe um "castelo" na Lomba da Maia. Não tem torres nem ameias nem tampouco o fosso protetor contra invasores e atacantes. Também não tem nome nem dono. Foi assim batizado por aquele escritor, por lá se avistar (dia e noite) um castelão, agarrado ininterruptamente ao seu computador, organizando os Colóquios da Lusofonia.

De facto, dali do topo da sua "falsa" (o nome micalense para o sótão) a minha janela abria-se sobre todo o mundo: podia observar os mares e os montes, as vacas, as eternas brumas que se aproximavam e, por vezes, desapareciam sem deixar rasto. Outras vezes era a chuva inclemente e impiedosa que vinha ora do norte, ora do oeste ou do sul, e aí sim, ela abatia-se sobre o seu "castelo" e as grossas gotas corriam pela sua janela e toldavam-lhe o juízo, arrefecendo a sua paciência oriental. Mas não foram essas chuvas quem apagara o fogo da minha paixão pela verdade, equidade, justiça e liberdade, extinto há muito pela sublimação do hábito que torna os quotidianos em tarefas cada vez mais pesadas, quando o desespero se apossa subitamente, sem premeditação. Martelava ferozmente o teclado em frente ao qual gastei a última grossa de anos (não eram doze dúzias, mas assim lhe pareciam) da sua vida, deixava que a vida lá fora corresse sem pressas. Devagarosamente debitava palavras que a gaveta iria consumir com a humidade que, aliás, era muita naquela ilha sempre verde. Sempre a gaveta para onde desde miúdo atirava tudo o que produzia na esperança de um dia lhe vir a ser útil.

Felizmente sempre tive a mania de escrever e guardar o que escrevia. Assim cheguei a ler tudo o que escrevi ao longo de mais de meio século. Eram notas, pequenos apontamentos, escritos e manuscritos de caligrafia variável como os estados de alma, de vários tamanhos, formatos e estilos, que se haviam acumulado em pastas não catalogadas nem sequer ordenadas de qualquer forma específica. Outros ocupavam o lado outro de folhas A4, recicladas de traduções, notícias e outras. Foi um trabalho longo. Ler e rever tudo o que me aparecia escrito e descortinar o que era real, inventado ou meramente sonhado. Alguns faziam parte de escritos e reescritos já publicados, outros nem por isso, e havia os mais recentes publicados já sob o pomposo e deshumble título de *CrónicaAçores: uma circum-navegação*. Uma vez na posse daqueles arquivos preciosos (e muito ficara por ler e desvendar, para memória futura) a minha tarefa fora interpretar e colocar geograficamente os eventos nos locais por onde passara, que nem um caixeiro-viajante do mundo, sempre impaciente e insatisfeito em busca de uma pátria, uma mãe, um lar.

E é sobre essa fluente e vasta escrita que este livro versa. Já aprendera isso com o meu pai e repetia-o até à exaustão pois a experiência ditava-me de que poderiam ser úteis tais anotações. Já o tinham sido por várias vezes. Era difícil aos que me rodeavam compreenderem aquele frenesim, aquela angústia de escrever e por muito que lhes explicasse (o que já deixara de fazer havia tempo) recusavam-se a ver a minha irrepreensível lógica. Sabia que tinha uma missão diferente de todas as outras e teria de a levar a cabo, embora sem ter cartas de marear nem rotas nem itinerários. Era quase um eremita rodeado de gente pouca, por todos os lados, como convém a quem é uma ilha, incapaz de se deixar contagiar pelos clamores externos. Não havia ambiguidades na minha postura, optara por ser aquilo que atualmente era. Já não tinha nem ressentimentos nem ilusões. Já passara o tempo da dor, limitava-me a sorrir pouco e rir qb. A vida passada só fazia sentido para o ego que fora meu, mas já não era. Não poderia repeti-la agora. Tê-la-ia vivido da mesma forma se confrontado com idênticas circunstâncias. O presente devia ser aproveitado sem os hedonismos do passado, com a frugalidade que o meu padrão de vida me permitia, sempre otimista quanto aos melhores dias que podem sempre vir, quando menos se espera, sem nunca desesperar.

Considerava-me um privilegiado, vivi três vidas numa só. Criei três carreiras distintas que prossegui em paralelo e nada de material tinha para mostrar, mas trazia comigo uma pesada bagagem de conhecimentos e cultura que teimava em acarretar sempre que mudava de residência. Tal como George Steiner em "*Os livros que não escrevi*" não se definia politicamente, eu nunca declarava abertamente as minhas ideias políticas, nem a minha verdadeira posição. Afirmei sempre nunca pertencer a nenhum partido ou clube, e dessa forma reneguei qualquer afiliação que pudesse ter existido nos meus anos formativos. Mesmo quando visualizava os espetáculos desportivos não me deixava levar pelas emoções ou por simpatias, via friamente o que o pequeno ecrã me proporcionava e chamava àquilo o meu entretenimento gratuito. Evitava a todo o custo pronunciar banalidades e raramente subscrevia manifestos. Pelo contrário ridicularizava a impreparação dos jornalistas que debitavam decibéis em telejornais vazios de conteúdo, incitava-os a fazerem as perguntas corretas sem medo de perderem os seus empregos. Raramente via uma coluna vertical e proba naqueles escribas atuais, meus colegas de profissão, sempre de costas vergadas à censura económica dos seus patrões. Raros os editoriais ou artigos de opinião que subscrevi, pois poucos podiam escrever livremente e menos ainda os que os queriam ler. Muitas vezes no meu blogue e nas minhas crónicas, fazia análises da conjuntura mundial ou nacional usando meramente o senso comum e interrogava-me porque é que o povo à minha volta não podia ver as coisas com a mesma clareza e transparência com que eu as via.

Escolhi esta forma de isolamento, quicá aprendido da obra de Nietzsche que fora bandeira da minha juventude revolucionária, de aprendizagens várias. Afirmei sempre prezar imensamente a incomensurável liberdade de expressão e de discussão que a revolução de abril (1974) nos trouxera. Tinha esse desprendimento próprio de quem nunca perdoava ter tido o meu primeiro livro de poesia, quase juvenil e inóspita, cortado pelo lápis azul da censura e reduzido a um terço da sua dimensão. O meu retiro no "castelo" aparentava uma passividade que não me era inerente, mas era assim que eu reagia ao desapontamento da democracia conjugado com uma utópica visão do mundo que herdei dos muitos livros

que li, sobretudo na infância e juventude. Temia todos os totalitarismos e fundamentalismos, e já não receava ser acusado de elitista. Nauseavam-me os espetáculos de voyeurismo que as televisões colocavam no ar, sem intimidades, nem privacidades, como se fosse a transposição de tudo aquilo que os malfadados formulários burocráticos haviam conservado de cada um e os resolvesse expor na praça pública para deleite geral. Uma espécie de Maria Antonieta no cadafalso para todos verem e vilipendiarem. Era similar às ações encenadas dos políticos para todos verem o que pretendiam que vissem, como se as decisões sobre o presente e o futuro do país se definissem através desse jogo de sombras chinesas ou de marionetas indonésias.

Teologicamente definia-me como ateu e não como agnóstico, mas lamentava-me de ter perdido a fé com que cresci, embora ainda hoje me limitasse a aplicar na prática todos esses bons ensinamentos. Ironizava ser mais católico do que muitos praticantes do rito romano, e de ter feito mais bem sem olhar a quem, do que muitos daqueles que se continuavam a benzer, e a ir comungar num espetáculo de voyeurismo público que me repugnava. Ao decidir ficar em casa, no meu “castelo” era uma espécie de observador neutral do mundo que se desenrolava a meus pés, ainda, e sempre, convicto de que os seres humanos podem ser iguais, independentemente do seu género ou sexo, da sua nacionalidade ou cor de pele. Estava, porém, lucidamente consciente, desta utopia, pois haveria sempre os favorecidos pela “sorte”, os ricos (e quem enriquece à custa de trabalho honesto?) e todos aqueles cuja única missão no mundo era contrariar os meus arreigados princípios de probidade e dedicação a causas perdidas. Estava consciente de que a lei, qualquer que ela seja, qualquer que seja o país, está cheia de iniquidades e favorece obviamente os ricos e os corruptos e quem se “lixo é sempre o mexilhão”, pois são sempre os pequenos e os incómodos que servem para dar exemplo da luta contra o nepotismo e corrupção.

Bastava nascer-se no Congo ex-belga, em Kiribati (no Pacífico Sul) ou na Terra do Fogo para as hipóteses de futuro serem radicalmente distintas daquele que nasceu no palácio de Buckingham, só para dar um exemplo dum “rapaz da sua idade”. Embora não tivesse nascido com deformações ou deficiências genéticas viria a adquirir uma perigosíssima estirpe viral: a do conhecimento e da insaciável sede pelo mesmo. Aí, congratulava-me por não ter nascido cego, pobre de espírito, ou delinquente. Outra deficiência que adquirira em novo, por influência paterna, tinha a ver com a sôfrega sede do direito inalienável à liberdade de expressão e de pensamento, uma malformação congénita que me valera muitos dissabores pessoais e profissionais ao longo da vida.

Viera um dia, descendo das nuvens que pairavam sempre sobre estas ilhas, como quem não quer poisos certos e acabei por ceder ao peso das dúvidas e das dívidas. O meu andar não era tão ereto nem certo como fora em tempos, a cabeça baixa, os olhos baços e encovados do cansaço e desespero. Arrastava-me penosamente pelo calendário dos dias, sem deixar grandes marcas além das baforadas dos cigarros sorvidos sofregamente. Tinha ainda uma missão a cumprir na vida, das duas ou três que guardara para estes anos finais quando as chamas se apagavam e os sonhos esmorecidos não passavam já de memórias. Atribuía o facto à idade, embora me gabasse de envelhecer suavemente, sem pressas nem negações, mas finalmente deixei de lutar e de sonhar com as áreas vastas e os horizontes sem fim, mais típicas do meu australiano continente-ilha. Aliás, sabia que estava a ficar caduco desde aquele dia em que ao espirrar me saltara a dentadura postiça com estrondo para cima da secretária. Aqui e agora, estava tolhido pelas colinas verdes, as tais vacas alpinistas, as brutais variações climatéricas diurnas, a nesga de mar que vislumbrava pela sua janela. O verde afetava-me quase tanto como a frequente falta de sol de que carecia para a função clorofilina. Obrigara-me a nunca me queixar, a estar sempre contentado sem nunca me contentar. Resignado deveria ser o termo, mas fingia que nada me afetava nem inquietava. Isto passava-se enquanto as dúvidas e os temores me assolavam, cada vez mais frequentemente, se bem que numa escala metafísica pouco consentânea com as preocupações mais comezinhas daqueles que me rodeavam.

Tomara-me taciturno, quase monossilábico, não tinha com quem dialogar, eram todos surdos em volta e falavam uma língua diferente com sotaques estranhos e quiçá incompreensíveis. Sentia-me estrangeiro. Duas vezes ao ano partilhava palavras com os meus pares ideológicos nos Colóquios da Lusofonia, mas para isso precisava de organizar esse tipo de reuniões intelectuais à custa de muita labuta e sem proveito qualquer. Perguntava a mim mesmo se era este o preço a pagar para poder falar. Sempre falara, e muito, e agora via-me calado e ensimesmado. Deixara de viajar frequentemente, como fizera toda a vida, e os locais estranhos eram visitados apenas no pequeno ecrã com que entretinha as horas que não passava a teclar.

Politicamente incorreto até à medula, sem ser libertário, raramente deixava perceber quais os meus ideários, mas nunca me cansava de falar em liberdade, em especial, a de expressão e de opinião. Falava da liberdade individual como se ela fosse mais vital do que o pão para a boca ou o dinheiro para pagar as contas. Era de opinião de que todos deviam ter a liberdade que eu (e nós próprios) temos e por isso não me coibia de dizer **não** quando o entendia, em vez de cortesmente dizer sim quando a mente me dizia não. Não pactuava com falsas noções. Era por isso socialmente incorreto quando dizia que não tinha aparecido porque não lhe tinha apetecido ir, ou quando afirmava que preferia ficar em casa, no meu “castelo” a juntar-se às proles.

Aliás, sem cerimónia dizia que me custava estar no meio de multidões, e havia já escrito em 1972 no meu primeiro poema que abria o volume de poesia [Crónica do Quotidiano Inútil] “

-- 11 h.

A correr do café com leite para o elétrico torrado.

Palavras marteladas pelo HÁBITO INCÓMODO.

-- Quinze tostões.

Direito a empurrões, pisadelas.

O pó é grátis

por vezes, o cheiro da democracia custa a engolir...”.

Devia ser uma ideia premonitória, dado que quando o escrevera ainda não vivera a democracia, pois decorria então a dita primavera marcelista estiolada que foi o estertor do Estado Novo salazarista. Mas é sempre difícil os outros aceitarem estas declarações verdadeiras e honestas, ninguém gosta de saber que alguém não quer estar connosco e prefere ficar sozinho. Não aceitam que seja preferível uma pessoa ficar em paz e sossego consigo mesmo, essa coisa banal que se resume a estar consigo mesmo e não com os outros.

Há momentos para tudo, para estarmos connosco e momentos para estarmos com os outros. Era dessa liberdade que falava e que procurava, quando não estava bem com algo, não deixava que isso me atormentasse e punha termo ao mal-estar. Mesmo que isso implicasse os outros sentirem-se aparentemente ofendidos e tristes por se preterir a companhia deles ao silêncio dum teclado a ser martelado suavemente com ideias. Era dessa liberdade que falava e era essa liberdade individual que prezava mais do que tudo. Era avesso a todas as formas de dirigismo ou de manipulação, queria decidir por mim mesmo, ainda que inconscientemente estivesse a ser manipulado ou influenciado pelo que lia e ouvia.

Já tinha sido assim quando me proibiram de fumar em locais públicos australianos no fim da década de 80 e depois quando em Portugal a mesma cegueira protecionista da saúde se abateu sobre cafés e outros locais em janeiro de 2008. Para mim tratava-se de mais um fundamentalismo que não estava disposto a aceitar. Se as minhas idas ao café já eram pautadas por períodos limitados a mero conjunto de segundos, frações minúsculas de minutos, estes passaram a ser mais curtos ainda, pois embora habitualmente não acendesse um cigarro após o café, passei a acendê-lo apenas para provar que o podia fazer quando queria e não quando os outros deixassem. A minha relação com os outros era sempre problemática e resumia-se à minha aversão pelos ditames alheios. Fora assim com a autoridade paternal, com as autoridades militares no decurso da minha vida como oficial do exército e no decurso da minha vida profissional. Era avesso aos “carneiros” e talvez por isso mesmo acabaria por casar com uma pessoa desse signo.

Despeitava a inveja alheia, noção que me era alienígena, pois invejava nada ou ninguém. Criticava os outros pela fachada que mantinham, pelos estereótipos com que se regiam: conversas balofas e mesquinhas, sem profundidade. Ansiava por conversas profundas, preferia argumentos “intelectuais” ou até mesmo “pseudointelectuais” em que se esgrimissem argumentos, ideias e propostas concretas de melhorar o mundo, pois isso nem a sociedade, em si, nem os políticos, em especial, se encarregariam jamais de fazer. Acreditava que podia marcar a diferença e começava as revoluções em casa.

Deixei sempre aos filhos a liberdade de escolherem a sua vocação religiosa quando tivessem idade, nunca ia à missa só porque sim, como o meu pai fizera sempre, acompanhando religiosamente a minha mãe, essa sim praticante dessas coisas do culto da missa. Os tempos eram outros e não havia já aquele estigma forte de se ser um não-praticante ou um não frequentador de missas. De qualquer modo acreditava ser coerente. Ao contrário dos meus pais, que raramente me deixavam usar o telefone, cedo coloquei telefones nos compartimentos todos da casa para que o filho mais novo pudesse falar ao telefone ou usar a internet, com moderação. Lembrava-me ainda do tempo em que o telefone tinha apenas trinta centímetros de fio e uma pessoa tinha de ficar ali agarrada aquele pedaço de baquelite preto a falar por monossílabos, com o resto da família perscrutando as ondas e o éter a conjecturarem toda uma conversa que se queria privada. Mais tarde, inventei um sistema com um fio de extensão do telefone que se ligava na tomada e dava para esticar o aparelho pelo resto da casa. Fosse onde fosse que me fechasse: no quarto, na casa de banho, na varanda, já podia falar com privacidade, mas só o fazia de noite quando os pais já dormiam para poder falar longamente... infelizmente o filho tinha um desprezo para com o telefone igual ao que ele agora sentia por esse meio de comunicação retrógrado e que raramente utilizava por prazer. Mais voltado para as novas tecnologias e um típico autoensinado, o filho desfazia-se em digressões e divagações tecnológicas cibernéticas sempre em busca de descoberta do Santo Graal mesmo que não o soubesse nem sabendo bem o que procurava.

Nasci em 1949, fruto dum pós-guerra que abalou profundamente os alicerces da minha família. De abastada em 1906 e possuidora de três carros durante a 1ª Grande Guerra, pouco se via da velha família com laivos de nobreza. A família sobreviveu mal à Grande Depressão de 1929 com grandes perdas financeiras e a sua redução a uma mera burguesia “cheia de pergaminhos nobres, mas sem cheta” como soía dizer-se então. Embora crescessem a falar francês, inglês, italiano ou castelhano ficou sempre uma certa animosidade pessoal contra Franco e os espanhóis e uma certa empatia com a Galiza. Tinha, também, muito orgulho no apelido Meira, cuja origem descobri ser muito antiga.

Família que tomou o apelido de Meira no bispado de Tui (Galiza) o mais antigo que se conhece é Rodrigo Afonso de Meira, senhor do solar de Meira. Mais tarde Gonçalo Pais de Meira, alcaide de Guimarães que, com seus filhos, organizou a defesa da praça, ao serviço da Corte de Espanha, livrou do cerco a cidade de Guimarães no ano de 1369.

Dizia a lenda que saíra da nossa posse um Palácio na Galiza, por um tio-bisavô do lado Meira, que se recusava a tornar espanhol e por isso perdeu todas as propriedades em Espanha dado que os não-Espanhóis estavam então proibidos de possuir terras e bens. Mas a sua verdadeira identidade nunca descobri nem encontrei ligação nossa do lado Meira (radicado em Afife, mas originário de Lugo, Santa Maria de Meira) nem desse antepassado que alegadamente havia sido o dono do Pazo de Meirás em El Ferrol, que é um Palácio de Verão pertença da Coroa espanhola, mas só muito mais tarde vim a descobrir que parecia nunca ter havido ligação nenhuma a esse Palácio de Verão que o ditador Francisco Franco “anexara” na década de 1930 e do qual usufruía por 36 verões consecutivos e que hoje recusam devolver ao estado.

Embora crescêssemos com a capacidade de falar castelhano ficou sempre uma certa animosidade pessoal contra Franco e os espanhóis e uma certa empatia com a Galiza.

As origens de outro ramo da família datam de 960 d.C., anteriores a Afonso Henriques, a cujo aio judeu estavam ligadas pelo casamento da filha de Egas Moniz, ou seja, anterior à formação do próprio Condado Portucalense e de Portugal.

No que diz respeito ao apelido este originou-se com D. Sancho Nunes Barboza, senhor da Quinta de Barboza, na terra do mesmo nome. Era seu solar a Quinta de Barbosa, no termo do Porto, donde tomaram o nome, no lugar de Barbosa, na freguesia de S. Miguel de Rãs (Penafiel, Norte de Portugal). Segundo Miguel de Sousa (in “As Origens dos Apelidos das Famílias Portuguesas”, SporPress, 2001), os Barbosas foram uma importante família nobre portuguesa no século XII, mas que entrou em decadência nos séculos XIII e XIV. D. Sancho Nunes Barboza era descendente de D. Nuno Guterres, aliás Conde D. Nuno de Cela Nova, filho do Conde D. Teobaldo Nunes, um dos mais ilustres e valorosos cavaleiros do tempo do rei D. Bermudo II de Leão. D. Nuno era irmão de S. Rosendo, famoso bispo de Dume no ano de 925. Este nome pode ter sido documentado muito antes da data mencionada acima. Apelido português toponímico, indica um lugar onde há muitas barbas de bode ou barbas de velho (espécie de planta). Como topónimo, José Pedro Machado (in Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa) considera que Barbosa é originalmente um adjetivo na expressão «(terra) barbos», isto é, «(terra) onde haja abundância de plantas chamadas barba» (ver barba no Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, de António de Morais Silva, 2.ª edição).

A ligação ao título de Conde de Celanova permaneceu na família durante gerações, mas por razões que não vêm ao caso já não estão atuais. Havia também uns primos direitos, mais velhos do que eu, nascidos no Brasil e lá residentes, que queriam o título, a que legitimamente tinham direito por consanguinidade e hierarquia. Passados os dias difíceis da Grande Depressão quando o meu avô morreu (1930) em que terrenos, casas, propriedades e fábricas foram sucessivamente roubados por outros membros da família ou perdidos na voragem da bancarrota, a família sobreviveu à Segunda Grande Guerra.

A Quinta do Cabeço em Afife foi uma das perdas mais sentidas pelo meu pai. Cheguei a conhecer as suas casas de infância, uma na Rua Visconde de Setúbal e Rua da Regeneração (atual Rua João das Regras, onde está um tribunal

agora), mas as casas de verão na Foz e Matosinhos onde passavam o Verão já não as conheci. Consta que alguns membros da família (em especial um cunhado que era contabilista do meu avô) a quem dera apoio com trabalho e benesses foram os que mais se aproveitaram dele estar em maus lençóis.

Ainda viríamos a herdar algo que eles deixaram por não terem descendentes). Com a derrocada financeira e subsequente morte do patriarca viria a impossibilidade de o meu pai acabar o liceu e ter de se resignar a acabar os estudos numa Escola Comercial, tendo cedo começado a trabalhar nos escalões inferiores duma multinacional norte-americana¹. Entretanto, de tenra idade o meu tio, irmão mais velho do pai, emigrou para o Brasil (teria uns 7 ou 8 anos, por volta de 1918) com um tio-avô que ali fez fortuna e deixou descendentes que ainda hoje continuo a descobrir.

Segundo consta, e era tradição oral, o meu pai escandalizou o resto da família e teve de arcar com um certo e duradouro ostracismo. Casara em 1948, segundo o culto católico romano, com uma mulher trabalhadora, noção de todo herege aos olhos do conservadorismo familiar, cheio de pergaminhos, de manias de aristocracia (falida) e sangue azul. Dir-se-ia que nascera, assim, no seio duma atmosfera hostil. A minha mãe era professora primária numa altura em que mais nenhuma mulher (na família do meu pai) trabalhava ou sequer pensava nessa hipótese. Eram, então, todas as restantes mulheres da família de seu pai respeitáveis donas de casa, com tradições a venerar e manter, enquanto tocavam piano e falavam francês, segundo o provérbio popular. Era às criadas que competiam as tarefas de cuidar das crianças, educá-las, ensiná-las, enquanto outras colegas mais qualificadas se encarregavam dos trabalhos domésticos divididos por tarefas como limpezas e cozinha. Aos pais do sexo masculino (nessa altura, os pais eram ainda apenas um de cada sexo) competia trabalhar, manter o bom nome da família, e prover a todas as necessidades (expressas ou não) desta

Do meu lado materno viriam os apelidos Menezes, Madureira, Rodrigues, Magalhães, Moraes e Alves todos consignados ao distrito de Bragança.

Ali teriam toda a sua ancestralidade, ligada entre outros a Dom Nuno Álvares Pereira (1360-1431) descendente de Desidério, último rei dos lombardos, que tentou invadir Portugal e tomar a Galiza em 740 (D. Afonso I). Os Pereira estabeleceram-se em Trastâmara antes da chegada dos mouros. Eram senhores do Castelo de Lanhoso. Aos 16 anos casou com D. Leonor de Alvim, um casamento de conveniência. Deixou descendência a quem D. Duarte deu o título de Duques de Bragança.

Nunca vi a clarificação dessa ligação genealógica à família da minha mãe e mantinha-me cético em relação à mesma. Já não havia dúvidas quanto ao resto da família embora me intrigassem alguns relatos de que um meu bisavô materno teria sido cônego, casado e pai de filhos, mas também aí nunca descobri a confirmação do sacerdócio desse antepassado, embora houvesse muitas dúvidas matrimoniais não-consubstanciadas em documentos.

Como poucos na família se interessavam pelo assunto e como havia uma política de silêncio profunda, os poucos dados de que dispunha fui-os arranjando na fase monárquica da juventude quando passava as férias nas aldeias transmontanas em busca de histórias e lendas de família. Parecia não restar dúvida, quer pelas imagens quer pelo resto, de que se tratava de uma família (pelo lado materno) com inúmeras ligações a judeus novos ou marranos. Renegados por todas as gerações até aos meus dias, havia os nomes típicos de cristãos-novos como Ester (hebraico: estrela) e Jesuína (latim: aquela que crê em Jesus) que não deixavam grandes dúvidas, a menos que se ignorasse a etimologia dos mesmos. Seriam um peso grande a acarretar durante a vida estas heranças genealógicas das quais só viria a libertar-se muito mais tarde.

Rompendo com a tradição iria ajustar a minha identidade à persona que aceitei como meu alter-ego e com a qual teria de coabitar para o resto dos dias. A minha mulher jocosamente comentara um dia que o meu grande problema existencial era saber qual dos dois venceria o duelo, eu ou o meu alter-ego. Fora importante esta dicotomia para definir a minha personalidade, independentemente das heranças genéticas e outras. Sempre quisera construir o meu rumo sem transportar o peso morto das expetativas, e uma albarda cheia de nomes como alguns membros da família chamados – por exemplo -Alberto Eduardo Miguel Carlos Manuel Filipe José Pedro Arcanjo Francisco e seus respetivos apelidos. Cingir-me-ia, por exemplo, às iniciais JC ou JCC tomadas no seu sentido mais lato como as do filho do deus dos cristãos. Não seria isto mais uma demonstração da minha não-aceitação de destino marrano, e a necessidade de reafirmação da minha cristandade?

Em minha casa no Amial, viviam os meus pais, a minha avó paterna, duas irmãs de meu pai ainda solteiras e a tia-avó Orbela (então separada ou já viúva) que faleceria dois anos depois. Os meus pais levantavam-se muito cedo para irem trabalhar e eu ficava a cargo da empregada e da minha avó, que eu sempre considerei uma pessoa adorável e terna, mas que nunca trabalhara um dia em toda a sua vida e jamais se capacitara de que a família não era rica como dantes.

Vivia num mundo seu, encapsulada num vórtice temporal que nunca transcendeu. Os primeiros quatro anos da minha vida eram preenchidos por longos passeios pela Estrada da Circunvalação Interna no Porto, pois vivíamos no Bairro Garantia, Vivenda Estremadura, na Rua do Amial, mesmo junto a essa saída de portas, antiga barreira fiscal que impedia a entrada e saída de pessoas desse burgo que era o Porto. A casa ainda existe e aparte uma pintura exterior não parece ter mudado nada desde que de lá saímos. No entanto absteve-me de ir bater à porta e pedir para visitar o sítio onde passei os primeiros anos de vida, como quem parte em busca de soluções para problemas que desconhece, ou em busca de pistas para a minha maneira de ser conturbada.

As lembranças dessa época são mais decorrentes das fotos que vi e das quais retive ou recriei uma memória dos eventos por via fotográfica. O que mais persiste na lembrança, e disso não vi fotos, é o enorme fogão a lenha que havia na cozinha e o hábito de a minha avó tomar ao lanche um chá com leite, o chá inglês como ela lhe chamava e que por vezes me convidava a acompanhá-la. A casa tinha dois quartos para a frente, dois laterais, além da sala de jantar e cozinha. Se bem que tenha uma vaga recordação da maior parte dos quartos e da sala e cozinha, há dias interrogava-me onde estava localizada a mobília de escritório do meu avô, que o meu pai herdou.

A minha avó tinha no quarto de dormir uma pianola onde se entretinha a tocar e que mais tarde deixou de fazer parte da nossa mobília quando mudámos. Foi para casa da minha tia (irmã mais velha do meu pai) porque a minha mãe achava que era um "mono" demasiado grande para um apartamento e como não era dada às músicas viu-se livre da pianola e mandou a minha avó tocar em casa dos outros. Ainda está em casa deles.

Na casa do Amial havia uma criada ou "sopeira" como era vulgo conhecida em calão da época (nome usual na época, antes de se passarem a denominar empregadas domésticas, ou auxiliares de serviços domiciliários) que nos acompanhou na mudança e, mais tarde, casou de nossa casa para emigrar para França. Quando regressou de férias, tinha eu sete anos servi de padrinho ao filho dela, meu único afilhado o José Alberto Cortez que nunca mais vi e deve ter cinquenta anos... e a única coisa que o padrinho lhe deu foram os dois nomes...pequena herança.

1 (Mobil Oil, então chamada Socony Vacuum pela junção em 1931 da Standard Oil Co. de Nova Iorque (Socony) e a Vacuum Oil Co. Em 1955 tornou-se Socony Mobil Oil Co., e em 1963 Mobilgas, ou Mobil Oil, que finalmente em 1999, foi adquirida pela Exxon)

Leio hoje que “está por estudar o perfil do turista que busca os Açores” segundo dizem os agentes de viagem” ...
Deve ter sido uma surpresa saber de repente que vinham as companhias aéreas de baixo custo ou low cost e nada se sabia sobre o perfil do turista nos Açores..., mas no meu baú, encontro uma notícia já velhinha em que o Observatório Regional do Turismo dos Açores apresenta estudo sobre restauração:

17 de novembro de 2009

O Observatório Regional do Turismo dos Açores vai apresentar os resultados de estudo que efetuou sobre a restauração na região.

A sessão de apresentação das conclusões da pesquisa terá lugar no dia 20 de novembro às 17h00, na sala Cedro, no Royal Garden Hotel.

O Observatório Regional do Turismo (ORT) revela no comunicado que

“está consciente da importância que a gastronomia tem na afirmação de um destino turístico quer pelos laços emocionais e afetivos que estabelece com o turista, quer pelo envolvimento que propicia na construção de uma cadeia de valor, a qual começa na produção dos alimentos e termina com a experiência gastronómica que se proporciona a quem descobre o território”.

Neste contexto, o Observatório Regional do Turismo dos Açores, decidiu em setembro de 2008, iniciar o estudo “A Restauração nos Açores”, adjudicando-o à empresa de consultoria RDPP

<http://www.publituris.pt/.../observatorio-regional-do-.../>

e mais recentemente, Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia ris3@azores.gov.pt

Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) – Relatório

5-07-2014

Ex.mo Senhor Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia, Dr. Fausto Costa Gomes de Brito e Abreu

No âmbito da estratégia de investigação e inovação para a especialização inteligente venho por este meio apresentar as seguintes sugestões:

- a) Criação de um novo projeto intitulado Sustentur (turismo sustentável - sustentabilidade económica, social e ambiental); ou
- b) integração das seguintes atividades nos vários projetos já existentes:

Projeto Marketur

- Atividade 1 - Conceção de um manual com os indicadores de turismo sustentável Projeto Marketur
- Atividade 2 Interligação com redes internacionais de monitorização de turismo sustentável (Organização Mundial do Turismo) Projeto Marketur –
- Atividade 4: Estabelecimento de um processo sistemático de levantamento e monitorização de indicadores de turismo sustentável Projeto Marketur –
- Atividade 5: - Conceção de novos produtos de turismo cultural em parceria com as empresas de animação turística e mapeamento cultural, conceção de guias digitais de turismo cultural; - Estudo e monitorização do Turismo Sénior a nível mundial; Caso exista a possibilidade de criar um novo projeto, como o SUSTENTUR, o OTA está disponível para planear as atividades a desenvolver e esquematizar todo o cronograma.

Com os melhores cumprimentos. Carlos Santos (Presidente da Direção)

<http://www.azores.gov.pt/.../CB3F6F51-3124-451A-BF64>

A partir daqui fiquei mais tranquilo e resolvi ir dar uma volta à ilha, mais especificamente ao lado oeste onde se situa a Lagoa das 7 Cidades, ex-libris da ilha. Constatei:

As vacas fazem parte de toda a paisagem da ilha. As vacas quase que são a paisagem da ilha. Encontrei as ditas vacas nos montes, nas chãs, na estrada e mesmo na orla da lagoa das Sete Cidades, em números consideráveis...ocupando vastas áreas das faldas daquela cratera vulcânica e espalhando-se mesmo até à borda de água, como se pode ver em fotos apenas a esta crónica... O GRA [Governo regional dos Açores] gasta milhões atrás de milhões – desde há vários anos - em campanhas dispendiosas contra a eutrofização das lagoas, tem vindo a adquirir inúmeros terrenos privados a fim de evitar a presença de vacas e subsequente contaminação dos lençóis de água das lagoas.

Já em 1983 havia problemas deste tipo. Posteriormente as causas foram sendo atribuídas à exploração agrícola².

A agricultura, apesar de não ser a única, é talvez, a principal atividade humana responsável pela diminuição da qualidade das águas subterrâneas e de superfície

Pelas imagens adiante, pode-se comprovar que o Governo podia ter poupado enormes montantes dado que as vacas continuam pachorrentemente a pastar nas margens da lagoa...e a culpa nem é delas, que carneiramente vão para onde as mandam.



Já em 2008, o perito em solos Jorge Pinheiro dizia que a solução encontrada pelo Governo para combater a eutrofização da Lagoa das Sete Cidades não ia resolver o problema³. Em abril 2014, continuava o Governo regional a afirmar que ia resolver o problema.⁴ Passados estes anos ainda ninguém deve ter lido o que se escreveu sobre a eutrofização que aumenta de ano para ano, mau grado os milhões investidos...

Isso é mais evidente quando a luta contra a eutrofização se substitui por duvidosos e custosos projetos de embelezamento das margens... sem falar ainda na aberração das casotas em betão que o arquiteto Souto Moura plantou na Lagoa que é uma das 7 Maravilhas Naturais de Portugal, as quais, à data, apesar das promessas todas não estão acabadas, nem habitadas, nem têm pessoas interessadas em habitar ou comprar. Mais um mamarracho ou elefante branco para o qual uma solução das inúmeras anunciadas tarda em chegar. Convertam aquilo em aparthotel e pode ser que haja turistas

²http://www.academia.edu/5601305/ESTUDO_DA_EUTROFIZA%C3%87%C3%83O_E_DA_ZONA_N%C3%83O_SATURADA_DO_SISTEMA_AQU%C3%8DFERO_DA_LAGOA_DAS_SETE_CIDADES_S_MIGUEL_A%C3%87ORES_PORTUGAL] “A industrialização da agricultura tem levado ao uso de doses de adubos químicos cada vez maiores e à utilização de irrigações intensivas. Esta prática juntamente com a utilização de tecnologias erradas, tem-se mostrado desastrosa, quer ao nível da qualidade dos solos quer na qualidade das águas subterrâneas e de superfície. A perda de nutrientes e matéria orgânica através da erosão, provoca a diminuição da atividade de micro-organismos do solo, que normalmente aceleram a degradação de muitos químicos agrícolas tóxicos, que contribuem significativamente para a poluição dos solos. A poluição difusa define-se como a descarga difusa de resíduos para as massas de água, que não podem ser atribuídas a fontes especificamente localizadas. A vulnerabilidade de um determinado aquífero depende do tipo de potencial poluente, isto é, a qualidade da água subterrânea pode ser muito vulnerável a uma carga de nitratos, originada por práticas agrícolas incorretas, sendo, no entanto pouco a cargas patogénicas. Assim torna-se relevante avaliar a vulnerabilidade à poluição em relação a casos específicos de poluição (nutrientes, de origem orgânica, metais pesados, etc.).

³ [in <http://www.rtp.pt/azores/?article=3871&visual=3&layout=10&tm=10>] o professor da universidade dos açores sustenta que para acabar com a eutrofização crónica da lagoa, é preciso atacar a causa e não as consequências. Jorge Pinheiro acredita que a extensão rural é a solução para o problema e por isso defende que o caso seja tratado pela secretaria regional da agricultura e não pela do ambiente. Segundo o perito, é necessário passar a uma exploração extensiva e adequar os adubos a esta alteração. Diz ainda que é preciso aceitar as quebras de rendimento a médio prazo e colmatá-las com as ajudas compensatórias da europa.

⁴ Governo dos Açores anuncia medidas de combate à eutrofização na Lagoa das Furnas. O Secretário Regional dos Recursos Naturais anunciou que o Governo dos Açores prevê reduzir em mais de 50% a carga total de nutrientes que afluem à lagoa das furnas, no âmbito do combate à eutrofização, através da retirada das restantes áreas de pastagem das suas margens e com a obra para desvio dos afluentes da Ribeira do Salto da Inglesa. “Com esta retirada da atividade pecuária de cerca de 60 hectares na margem oeste da lagoa das furnas, já a partir de 01 de julho, cria-se em todo o perímetro da lagoa uma área de cerca de 900 hectares de proteção à massa de água, imprescindível ao plano implementado pelo governo para contrariar o fenómeno da eutrofização”, afirmou Luís Neto Viveiros, na cerimónia que assinalou, ainda, o dia mundial da terra e dia nacional do património geológico. Segundo o secretário regional, que falava na assinatura do contrato-promessa de permuta de terrenos de pastagem na margem da lagoa das furnas, o governo dos açores vai, também, avançar com a obra hidráulica para desvio dos afluentes da ribeira do Salto da Inglesa. “Trata-se de uma empreitada que se reveste de alguma complexidade técnica, quer pela dimensão da conduta, quer pela orografia do terreno, e que está orçada em cerca de 1,3 milhões de euros”, avançou Luís Neto Viveiros, adiantando que o projeto estará concluído até ao final do próximo mês, de modo a que a obra se possa iniciar ainda este ano. Para o titular regional do ambiente, o plano de ordenamento da bacia hidrográfica da Lagoa Das Furnas possibilitou que, na última década, fosse implementado um conjunto de ações corretivas e preventivas que pretendem compatibilizar os usos e as atividades com a proteção e valorização ambiental.

interessados já que os locais as desdenham. Além destas obras de tão reputado arquiteto (que devia estar pouco inspirado na altura em que as concebeu) existem ainda outras plantações metálicas junto à margem, de volumetria desajustada bem como os materiais utilizados que contrastam com a beleza natural da lagoa e como tal⁵, já contestadas em 2013⁶. Dos espaços concessionados, neste início de 2015, (a um custo de 4 milhões de euros) está o bar-restaurante uma estrutura metálica ladeada de vidro, com uma esplanada sem teto, aberta aos elementos e sem proteção do sol além de ocasionais guarda-sóis que se supõe existirem no verão.

Nesta tarde de sábado tinha 5 clientes quando lá entramos a contrastar com o velho bar-restaurante em frente à igreja sempre a abarrotar, sintoma evidente de que a ideia não vingou, embora tenha a vantagem de proporcionar acesso rápido a uma casa de banho, ao contrário da outra unidade mais antiga. Teria ficado mais barato construir umas casas de banho do que este monólito metálico com madeira e vidro, espaços exteriores sem utilização e para os quais se não vislumbra utilidade. Refiro-me - como é óbvio - às esquadrias metálicas, suspensas sobre o solo, que ladeiam a parte sul das estruturas e parte do outro lado sobre a lagoa. São inclusive um perigo para as crianças. Mas como dizia o chefe do Governo em junho 2014:

"A requalificação das margens da Lagoa das Sete Cidades, investimento de quatro milhões de euros hoje inaugurado, reforça a rede de Centros Ambientais dos Açores e potencia a utilização dos recursos endógenos para criar riqueza e emprego."

PS: adorei também ver os cortes arbitrários de criptoméria e outras ao longo das vertentes da lagoa dentro do atual plano de desbastar os matos e vender a madeira para fazer dinheiro....

Mandem já vir os turistas para eles apreciarem esse atentado, e depois tornem a estudar o modelo de desenvolvimento e o tipo de turista que nos vem visitar...

CRÓNICA 144, ABATERAM OS CÃES RAIVOSOS, MAS NÃO ABATERAM A RAIVA 9 JANEIRO 2015

Estou em choque desde ontem pela morte dos meus camaradas de trabalho que apenas exerciam o seu direito à liberdade de expressão coisa que estas bestas fanáticas islâmicas não entendem....

Estão 600 anos atrasados em relação ao resto do mundo ocidental, vivem na Idade Média, usufruindo das vantagens do mundo democrático moderno....

Volte a pena de Talião para estes...nem no tempo do Califado ibérico se verificava nada disto, eram mais tolerantes e vivera coexistiam. Agora, estes fanáticos, ignorantes, lavados ao cérebro, tentam instilar o medo no Ocidente. Se cedermos estamos mortos. Hoje, seremos todos Charlie Hebdo. E os governos? Esses acham-me politicamente incorreto, apodam-me de islamóforo sem perceberem quem sou.

Fui uma das pessoas, dentre outras centenas de australianos que delineou a política multicultural oficial da Austrália nos anos 80, assente na aceitação de premissas como o respeito pela cultura do país em troca da defesa dos interesses culturais dos emigrados.

Chegou o tempo de dizer basta! a estas bestas que dizem agir em nome de um Islão fundamentalmente extremista. O Islão não é isto, para uma grande maioria de pessoas oprimidas e com medo que o professam, nem para os que vivem a liberdade dos países ocidentais. O terror é isso, é apenas terror, não é islâmico nem cristão nem nada.... Mais um caso de reféns mortos...

Como alguém disse, hoje abateram os cães raivosos, mas não abateram a raiva. Ainda vai no adro a procissão, já houve guerras mundiais que começaram por menos...e esta já vai bem lançada. Não me interessa saber se estes muçulmanos eram fanáticos, se foram criados, comprados e treinados pela Mossad israelita ou pela CIA, se fazem parte do plano original de criação do ISIS pelos EUA para desestabilizar o Médio Oriente, se acreditam em Alá ou Jeová, se são crentes ou apóstatas, se são meros terroristas ou meros assassinos, se servem os interesses de Marine le Pen ou de quaisquer outros interessados em começar uma nova cruzada religiosa contra os infiéis,

Há um mês foi a vez da Austrália (que nunca mais será a mesma), agora é Paris, amanhã qualquer outro local, mas ninguém deu conta das atrocidades, violações, mortes, execuções, escravatura, etc. que vem sendo perpetrada ao longo deste último ano por estes primitivos bárbaros em países como o Iraque, a Síria, Líbia, etc.

Quando o mundo ocidental começou com a patranha da primavera árabe destapou o caldeirão da morte...Aqueles países eram de facto governados por ditadores (há tantos em todo o mundo, mas nem todos têm petróleo) mas estes faziam a contenção (brutal e totalitária) dos extremistas, fundamentalistas e outros "istas" que por lá havia, e ora estão à solta para destruírem o mundo civilizado onde quer que estejam...e nós todos vamos pagar a fatura... Haja ou não medo...o que está a acontecer nestes dias não tem retorno...e não me interessa se aqueles animais raivosos agiram por conta própria ou de outrem...mas sei que decerto a menor preocupação deles eram as ofensas contra Maomé...se fosse teriam destruído os arquivos todos do Charlie Hebdo antes de matarem os que lá estavam... É isso que a lei corânica propugna...gostava de estar errado desta vez...

5[<http://www.publico.pt/ecosfera/noticia/ambientalistas-criticam-equipamentos-nas-margens-da-lagoa-das-sete-cidades-15981461>]

6[<http://www.publico.pt/ecosfera/noticia/ambientalistas-criticam-equipamentos-nas-margens-da-lagoa-das-sete-cidades-15981461>]

Associações ambientalistas criticam a dimensão e tipologia dos equipamentos construídos na margem da Lagoa das Sete Cidades, nos Açores, para apoio às atividades do plano de água, considerando que a solução "destoa" da paisagem.

A requalificação das margens das lagoas das Sete Cidades, um dos principais pontos turísticos da ilha de São Miguel e uma das 7 Maravilhas Naturais de Portugal, insere-se num conjunto de medidas do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica das Sete Cidades.

Além de introduzir regras no uso desta área protegida, integra a construção de equipamentos para apoio às atividades do plano de água, designadamente canoagem e atividades náuticas, um bar e uma área de apoio para os técnicos e pessoal de serviço.

O projeto de arquitetura de requalificação das margens é também da autoria do arquiteto Souto Moura.

Os equipamentos já estão concluídos.

A associação ambientalista Amigos dos Açores e a Quercus manifestam, contudo, "reservas" em relação à arquitetura dos edifícios junto à margem da lagoa questionando a sua integração paisagística e dimensão.

"Colocamos muitas reservas ao dimensionamento que foi feito e ao impacto que, no fundo, aquele efeito de caixote tem perante uma paisagem mais harmoniosa com linhas mais suavizadas e retas", afirmou o presidente da Associação Ecológica Amigos dos Açores, em declarações à Lusa, questionado sobre a intervenção.

Para Diogo Caetano, não está em causa a requalificação da bacia hidrográfica, que até "já está a ter efeitos práticos interessantes" para impedir o processo de eutrofização, mas a arquitetura dos equipamentos que "não é a mais adequada" para o local, criticando a instalação "tão próximo do plano de água" da lagoa.

"Poderia ter-se feito alguma pequena estrutura, mais vocacionada para a reabilitação de edifícios, baseada no turismo de natureza", defendeu.

No caso da Quercus nos Açores, que garante ter recebido "queixas de alguns particulares", existiu "mais uma vez um défice de participação e de consulta às ONG", alegando que se está perante uma área protegida, pelo que "qualquer medida urbanística, de edificação, terá um impacto muito grande" na paisagem.

"As queixas têm a ver com a dimensão dos equipamentos e localização e foi neste sentido que alertámos a Direção Regional do Ambiente e estamos a aguardar uma resposta", explicou o presidente da Quercus nos Açores, Rui Cordeiro.

Já para o presidente da Junta de Freguesia das Sete Cidades, Manuel Arsénio Roque, o projeto é encarado como uma mais-valia para "fixar turistas", uma vez que "faltavam equipamentos de apoio" neste setor na freguesia.

O Diretor Regional do Ambiente [à data], Hernâni Jorge, sublinhou à Lusa que as estruturas estão feitas "no quadro do plano de ordenamento" e o projeto "respeita em absoluto os parâmetros" do documento.

Hernâni Jorge indicou que os esclarecimentos da Quercus se referem "à delimitação e dimensão da zona para banhos, única e exclusivamente.

A barbárie tem de acabar nem que seja pela lei de Talião...Depois das execuções sumárias, das degolações constantes e mediatizadas, da violação e venda de mulheres e crianças, depois de atirarem homossexuais de alturas e matarem-nos à pedrada caso sobrevivam a queda, surge hoje a nota selvagem de que um piloto jordano caído em território do ISIS foi queimado vivo numa jaula. Para isto não tenho princípios que resistam e se é isto que eles querem, atirem-lhes pelo menos umas bombas atômicas em cima a ver se acabamos com esta praga de selvagens como raramente se viu na mais recente história (nem Pol Pot no Camboja nem a Indonésia em Timor, para citar apenas dois casos). Este mundo está definitivamente muito doente e não há hospitais para estes doentes, a doença deles combate-se com as mesmas armas que usam: a aniquilação de todos os seus membros. Talvez pela primeira vez na minha vida, hoje digo sim à violência. ... E se mais não digo é por ter esgotado as palavras.

145.1. REPULSA UNIVERSAL

24 horas depois li na blogosfera estes comentários que aqui transcrevo: Facebook © 4/2/2015 News Feed



António Conceição Júnior 8 hrs ·

É com extrema repulsa que soube deste inqualificável ato que importa ser visto para que não nos esqueçamos que no século XXI ainda existe barbárie hedionda, existe guerra e fome e os homens não se entendem de modo algum. Falem-me de religiões, falem-me da Inquisição e agora do Estado Islâmico. Algo está profundamente mal na humanidade. Não há o direito de fazer isto a ninguém.



Jihadistas queimam refém vivo Piloto de F-16 jordano foi capturado em dezembro. CMJORNAL.XL.PT



Pedro Coimbra
Bárbaros!



Estela Silveira Machado
Inqualificável... Não encontro palavras para isto. É de gente doida.



Ana Constante
sem palavras.



António Conceição Júnior
Detesto o Correio da Manhã, mas no caso publica fotografias que eu pensava terem acabado em Auschwitz



Nuno Sampaio Nunes
E tem gente que ainda defende estes animais doentes, que utilizam a palavra Deus para justificar as suas barbaridades! Claro que o mundo tem de odiar esta corja nojenta!



Manuela Gorgueira
HEDIONDO!



Sandra Kim
Bárbaros! Que horror!



António Conceição Júnior
A lei de Talião vai funcionar e aí já não vão achar graça.



Elisabete Silva....
Perante estas situações, que não consigo entender nem aceitar, fica esta dor de tristeza...



Teresa Basto
Horroroso



Tony Martins
o ato é repugnante, e as consequências deveriam ser muito superiores ao que, de certeza, irão ser.



Tony Martins

a dor e a tristeza são factos que alimentam esses indivíduos que se aprazem com atos como os que se têm verificado. As ervas daninhas arrancam-se e queimam-se. O mundo civilizado deveria unir-se atrás de uma liderança forte e tomasse atitudes e efetuasse atos que acabassem com estas cenas de puro terror que serão sempre piores a cada passo atrás que a civilização der...



João Augusto
Dente por dente olho por olho.



Jorge Cavalheiro

É arrepiante! Qual século 21 qual treta...A humanidade exteriormente, às vezes, até parece muito "limpinha" e "arrumadinha". Às vezes, ficamos muito orgulhosos dos "nossos avanços" tecnológicos, democráticos, humanitários...Qual quê?! Afinal, onde é que estamos e para onde é que estamos a ir? Tantos ideais! Afinal o que é que tem de mudar? O que é que cada um de nós pode fazer, no campo da nossa pequenez e grandeza?



António Conceição Júnior
Ocorre-me dizer que os animais, benza-os quem pode, não fazem nada disto.



António Conceição Júnior
Jorge, meu caro, é de facto tenebroso, obscurantista. É como que a corporização do mal.



Jorge Cavalheiro

Deixemo-nos de fantasias e olhemos para o TODO do qual um de nós é uma microscópica partícula de poeira. Muitas vezes, sem termos consciência, contribuímos mais do que pensamos para a barbárie do mundo atual. Grande trabalho de introspeção teríamos de fazer, a nível pessoal e coletivo. Vaidade, egocentrismo, ambição, inveja...O nosso lado pequenino e a desgraça da humanidade.



Helder Fernando
E a revolta ativa?



João Pedro

Góis onde chegam os limites da bestialidade humana... Sem limites!



Carla Frias

Acabei de ver esta notícia no telejornal da manhã e nem quis ver o vídeo assim que disseram o que era. Cada vez estou mais convencida que estamos a regressar à Idade Média ou pior, isto é, de quem não pensa nem tem noção do que faz. É nestas alturas em que acho que a raça humana perdeu aquilo que supostamente a distingue dos animais e cada vez abomino mais as religiões que são usadas para cometer crimes.



Maria Amorim

Não consegui olhar p a TV enquanto deu as imagens. Um nó na garganta...como é possível tanta insanidade?



João Cardoso Das Neves

A Inquisição Islâmica. Inaceitável.



João Cardoso Das Neves

Algo de radical tem de ser feito. O mundo ocidental não pode ficar sentado a assistir a esta barbárie. Uma força militar de intervenção rápida tem de ser enviada. Tempo demasiado passou sem ação firme.



Yun Fee Lai

Alguém está a querer pegar fogo total a este planeta. Existem mentes bizarras por detrás desta barbárie medieval em crescendo.

Isto não acontece por acaso. Tentem não funcionar ao nível da reação primária emocional. Jorge Cavaleiro toca num ponto fundamental e há forças poderosas bem posicionadas e bizarras e em centros de decisão que insanamente lucram com este crescendo de trevas violentas. Hoje não é possível surgir do nada no meio do deserto, um exército poderoso de 10 mil homens fortemente armados e com equipamento o mais sofisticado possível, apoio logístico de transportes novos em folha, combustíveis e alimentação e fornecimento continuado de material de guerra para substituir os gastos. Ou pensam que um exército de pé descalço sem uma poderosa logística e sem centenas ou milhares de milhões de dólares de apoio para manter esta máquina moderna de guerra, poderia em 2 semanas surgir do nada e conquistar extensas zonas do território?

Quem os treinou?

Quem os armou?

Quem lhes dá apoio logístico?

A quem interessa este retrocesso civilizacional evidente? Que forças se movem na sombra para isto ser possível? Porque querem que a raça humana regreda para a bestialidade?

Urgente acordar e despertar para estas questões e não se ficar em reações emocionais condicionadas por estes grupos de violência programada.

De facto, é triste como apenas neste século XXI já estamos nitidamente a fazer em várias frentes o retrocesso e a barbárie medieval programada metodicamente por forças sombrias que querem evitar a todo o custo a chegada e a instalação da Era da Luz.

Isto não é retórica, mas uma verdade pura que muita gente comum insiste em fazer política de avestruz por não querer ver o mundo sombrio e orwelliano desta sociedade a caminho da perversão total pré-programada.

145.2. O “ESTADO ISLÂMICO” INFILTRADO Posted: 03 Feb 2015 08:08 AM PST

A este respeito escrevia hoje Benjamim Formigo – Jornal de Angola, opinião

O belo trabalho feito por americanos, britânicos e franceses na Líbia está à vista. Não gostavam de Muammar Kadhafi porque não se submetia aos jogos das petrolíferas estrangeiras e aos desejos externos.

A tal “primavera Árabe” serviu às mil maravilhas para uma intervenção dos três países, sob a capa da OTAN, para mal disfarçar a agressão externa, a pretexto de defesa de civis, para intervirem bombardeando as tropas governamentais, impedindo Kadhafi de controlar a situação.

Na altura escrevemos que estavam a quebrar um equilíbrio instável que só Kadhafi conseguira até então gerir. Kadhafi caiu e foi barbaramente assassinado por um dos grupos defensores dos “valores democráticos” que assaltava o poder com o apoio ativo no terreno da aviação dos Estados Unidos, Inglaterra, França e as armas que eles e outros forneciam.

Hoje a Líbia é um Estado falhado, como convinha aos agressores. O petróleo vai para os seus países sem terem de pagar nada. E ainda lucram com a venda das armas.

A ONU pode fazer as reuniões que quiser em Genebra, estão lá políticos que não governam nem têm influência, agora participam também autoridades locais, mas quem manda: as tribos nem se sentam à mesa, preferindo agir como faziam antes de Kadhafi, combatendo-se umas às outras, ora por interesses tribais, ora em apoio do que parece ser os dois governos existentes no país: o reconhecido internacionalmente e que teve de abandonar a capital Tripoli, e outro autoproclamando Governo que se instalou na capital com o apoio de milícias.

Ninguém tem uma solução e as soluções que se imaginam são elucubrações de tecnocratas que nunca puseram os pés na Líbia nem sabem nada de História da região.

Como se isso não chegasse, nestas situações cria-se sempre um vazio de poder de que o chamado “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” se tem aproveitado para equilibrar as forças de poder em seu proveito e com isso estabelecer base a partir das quais tentou incursões no Chade.

A organização estabeleceu ligações nos Camarões que estão a tornar o norte do país num deserto, acabando com a atividade agrícola na região e criando problemas alimentares tanto nos Camarões como nas zonas vizinhas do norte do Níger, sul do Chade, pouco se sabendo sobre a RCA (República Centro-Africana).

Contudo, alguns grupos seus afiliados que agem naquela zona estão perigosamente próximos do Boko Haram, que continua imparável na Nigéria. E leva a guerra a toda a região, sobretudo ao Chade e aos Camarões, que estão já a sentir os efeitos da guerra.

As incursões militares das forças governamentais são poucas e sem a intensidade necessária e não dão garantias de proteção às populações aterrorizadas pelas atrocidades quer do Boko Haram, quer do EI (Estado Islâmico).

A União Africana não pode continuar pelo menos aparentemente passiva.

Por isso, na cimeira de Adis Abeba, já foi feita uma declaração de que são necessárias forças africanas para travar os rebeldes do Boko Haram.

A África não pode contar a não ser consigo mesma. Se os dois grupos unem forças, com a infiltração islâmica (terrorismo em nome do Islão, não confundir com islâmico) na costa Oriental a prolongar-se até ao Quénia e a situação instável no Sudão e em certa medida na RDC (República Democrática do Congo), formam uma tenaz que ameaça abaixo da cintura tropical.

A situação humanitária que já não é boa nas zonas de conflito, particularmente a norte da cintura tropical, arrisca-se a tornar-se calamitosa.

Nas zonas fronteiriças da Nigéria, Níger, Chade e Camarões começa a sentir-se com grande evidência a ação nefasta das investidas do Boko Haram.

Não chega o auxílio humanitário, até porque as populações refugiadas estão em movimento e não existe segurança em parte nenhuma.

A zona estável do sul tem de tomar a iniciativa, só ela tem condições para levar a União Africana e, por arrasto, a ONU a agir em favor das populações. As forças conjuntas africanas têm uma palavra a dizer.

Claro que têm toda a razão, há outros interesses por detrás, quem os armou e financiou? Israel e EUA, na continuação do seu apoio às “primaveras árabes” e como sempre em tudo o que se metem os EUA estragam mais do que dizem ir compor.

Há coisas dentro das várias teorias de conspiração existentes que continuo a não entender.

Qual o interesse desses Illuminati e outros grupos em diminuir drasticamente a população mundial e voltar à barbárie? Para quê? Por que insistem em destruir a Terra e o ar? Porque manipulam o clima? Quanto mais a civilização regredir menos lucros irão ter por mais que dominem os povos. Há limites físicos à exploração. Mas a eles o que interessa é gastar o máximo possível, desperdiçar para recuperar depois em compensações e (re)construções despojando os povos de toda a riqueza e acumulando mais e mais, deitando mão a todos os recursos materiais existentes em qualquer parte do mundo sempre à sombra do poderoso dólar. Há inúmeras teorias sobre esta destruição maciça, teorias de eugenismo e outras, mas um dos mais esclarecedores textos explica bem o que se passa, de tal forma vil e inumana que as pessoas nem querem acreditar, assim como se recusam a crer que as torres gémeas foram deitadas abaixo pelos próprios... A despropósito convém lembrar o recente surto de ébola que permitiu aos EUA tomar conta de várias bases militares nesses países afetados e assim controlar os recursos minerais dos mesmos enquanto a população se preocupava com o ébola.

(leia-se a este respeito uma explicação da nova mentalidade que desafia toda a lógica⁷).

CRÓNICA 146 CONTRADIÇÕES CONSCIENTES 21/2/2015

Há dias assim, uma pessoa acorda com o vírus da síndrome da página em branco e depois nem sempre o resultado é o que se espera...Antes de mais devo fazer declarações de interesse:

Sou veementemente carnívoro. Sou fervoroso adepto da carne de porco e da maior parte dos seus derivados em enchidos, especialmente os de Trás-os-Montes, das Beiras e da Hungria (por razões que não vêm ao caso). Sou intransigente adepto da maior parte das tradições e da necessidade de serem preservadas. Preocupa-me mais a desintegração europeia e a guerra da Ucrânia que a crise grega, pois antevejo uma repetição de duas guerras mundiais anteriores. Sou parcialmente a favor dos direitos dos animais e desaprovo a caça, em especial como alegado desporto, muito menos aprovo qualquer forma de tourada.

Dito isto, todos os anos por esta ocasião vejo-me confrontado com um espetáculo mesmo sob o meu nariz, pois na casa em frente procede-se à tradicional matança do corpo. Apesar do meu amor pela matéria transmontana, raras vezes ali assisti a este costume da matança do porco e como era pequeno e inconsciente não retenho da mesma, grandes imagens ou recordações, antes prefiro concentrar-me nos excelentes resultados práticos para as minhas papilas gustativas que daí advinham. Sinto-me como cidadão de matriz urbana incomodado pela forma primitiva como a matança é feita e pelo sofrimento prolongado causado a um ser vivo.

A minha ancestralidade rural - tão manifesta em milhentos outros episódios - submerge sob a educação citadina e indigna-se pelos procedimentos. Ao ouvir os primeiros gritos de dor do animal, fugi e corri a refugiar-me debaixo do chuveiro para não ouvir esses lancinantes apelos. Quando emergi do duche já ia na fase do lança-chamas (como lhe chamo) para queimar a pele do animal e nem coragem tive de atualizar as fotos do ano transato que aqui acrescento. Felizmente, a minha consciência tranquiliza-me ao dizer que não provarei a carne nem tampouco os enchidos do animal que vi na engorda nos últimos seis meses, aqui em frente. Devo aliás retificar-me e colocar as frases no plural dado serem dois os animais sacrificados nesta tradição pós-entrudo. Isto evoca-me a repugnância das crianças quando descobrem que as galinhas que se alimentavam a milho no quintal eram as mesmas que lhes davam a bela canja

Termino dizendo que devem continuar com estas tradições, mas por favor encontrem uma forma mais rápida e humana de terminar com o sofrimento do animal e eu continuarei a lamentar-me anualmente com estas linhas.

CRÓNICA 147- DA LÍNGUA E DOS ACORDOS ORTOGRÁFICOS 13/5/2015

13 de maio 2015 entra em vigor oficialmente em Portugal o AO 1990, atrasado vinte e cinco anos. Na rede cibernética muitos se insurgem como contrista, isto é, sendo contra...A todos, sejam quais forem as razões invocadas, digo que se não concordam com este acordo e se não se pronunciaram durante o período de debate público (talvez estivessem ocupados a ver telenovelas do Brasil) sejam, pelo menos, coerentes e não aceitem também os acordos ortográficos anteriores.

Se não aceitam que este decreto algumas mudanças não podem coerentemente aceitar qualquer alteração decretada após 1911.

Sejam coerentes e escrevam na forma caótica e desordenada como se escrevia em 1911, pois essa era a Língua Portuguesa pura segundo o vosso pensar, ou então vão mais atrás e sejam leais e fiéis e escrevam como el-rei Dom Dinis, aliás Diniz.

Ninguém vos obriga a seguir a nova ortografia, a menos que sejam funcionários do Estado e afins, continuem a escrever como quiserem, mas sigam o meu conselho e aproveitem as energias despendidas contra o AO 1990 a lutar contra leis bem mais iníquas, como sejam os cortes ilegais nas reformas, nos salários, nos subsídios, nos feriados.

Fernando Pessoa continuou a escrever à moda antiga, mas também ninguém o leu enquanto vivo. Eu, na minha infância e juventude, só lia livros publicados no século XIX e isso não me confundiu a dar erros na escola primária e liceu, e penso que os jovens que aprenderam na nova grafia nestes últimos 6 anos também saberão distinguir entre as duas, como eu fiz.

A mim preocupa-me mais a ignorância da língua manifestada diariamente em órgãos de comunicação social, e noutros contextos, e essa nada tem a ver com acordos ortográficos, é pura ignorância, laxismo e desinteresse.

Preocupa-me a deficiente formação dos professores de Português (entre outras áreas do conhecimento) e o inusitado elevado número de erros de Português (sem falar já de erros ortográficos) que surgem diariamente nas escolas de todo o país.

Nunca, como hoje, houve tantos meios auxiliares para se escrever bem, desde corretores ortográficos ao acesso ilimitado que a internet permite. Daqui a alguns anos todas as obras serão publicadas corrigindo a velha grafia e o vosso esforço de apego ao passado terá sido em vão.

Hoje ninguém quer ler Antero, Eça ou outros clássicos na velha grafia e o mesmo se passará convosco, esgotadas as falácias e a desinformação que vem sendo timbre da vossa oposição desenfreada ao estipulado no AO 1990. Se a história vos for benevolente merecerão uma nota de rodapé ou nem isso.

Desconheço quando, como ou porquê se usou o termo Lusofonia pela primeira vez, mas quando cheguei da Austrália (a Portugal) fui desafiado pelo meu saudoso mentor, José Augusto Seabra, a desenvolver o seu projeto de Lusofalantes na Europa e no Mundo e daí nasceram os Colóquios da Lusofonia.

Desde então, temos definido a nossa versão de Lusofonia como foi expresso ao longo destes últimos anos, em cada Colóquio. Esta visão é das mais abrangentes possíveis, e visa incluir todos numa Lusofonia que não tem de ser Lusofilia nem Lusografia e muito menos a Lusofolia que por vezes parece emanar da CPLP e outras entidades. Ao aceitarem esta nossa visão muitas pontes se têm construído onde hoje só existem abismos, má vontade e falsos cognatos.

Há algum tempo (2002) o emérito linguista anglófono Professor David Crystal escrevia-nos dizendo:

⁷ http://www.hermes-press.com/barbaric_annihilation.htm

«O Português parece-me, tem um futuro forte, positivo e promissor garantido à partida pela sua população base de mais de 200 milhões, e pela vasta variedade que abrange desde a formalidade parlamentar até às origens de base do samba.

Ao mesmo tempo, os falantes de Português têm de reconhecer que a sua língua está sujeita a mudanças – tal como todas as outras – e não se devem opor impensadamente a este processo. Quando estive no Brasil, no ano passado, por exemplo, ouvi falar dum movimento que pretendia extirpar todos os anglicismos. Para banir palavras de empréstimo doutras línguas pode ser prejudicial para o desenvolvimento da língua, dado que a isola de movimentações e tendências internacionais. O inglês, por exemplo, tem empréstimos de 350 línguas – incluindo Português – e o resultado foi ter-se tornado numa língua imensamente rica e de sucesso. A língua portuguesa tem a capacidade e força para assimilar palavras de inglês e de outras línguas mantendo a sua identidade distinta. Espero também que o desenvolvimento da língua portuguesa seja parte dum atributo multilingue para os países onde é falada para que as línguas indígenas sejam também faladas e respeitadas, O que é grave no Brasil dado o nível perigoso e crítico de muitas das línguas nativas.» Posteriormente, contactei aquele distinto linguista preocupado com a extinção de tantas línguas e a evolução de outras, manifestando-me preocupado pelo desaparecimento de tantas línguas aborígenes no meu país e espantado pelo desenvolvimento de outras. Mostrava-me apreensivo pelos brasileirismos e anglicismos que encontrara em Portugal após 30 anos de diáspora. Mesmo admitindo que as línguas só têm capacidade de sobrevivência se evoluírem eu alertava para o facto de terem sido acrescentadas ao léxico 600 palavras pela Academia Brasileira (1999) das quais a maioria já tinha equivalente em Português. Sabendo como o inglês destronou línguas (celtas e não só) em pleno solo do Reino Unido a partir do séc. V, tal como Crystal (1977) afirma no caso do Câmbrico⁸, Norn⁹ e Manx (Gaélico mancês ou Man da ilha de Man), perguntava ao distinto professor qual o destino da língua portuguesa, sabendo que o nível de ensino e o seu registo linguístico eram cada vez mais baixos, estando a ser dizimados por falantes, escribas, jornalistas e políticos ignorantes, sem que houvesse uma verdadeira política da língua em Portugal. A sua resposta em março 2002 pode-nos apontar um de muitos caminhos.

Diz Crystal:

«As palavras de empréstimo mudam, de facto, o carácter duma língua, mas como tal não são a causa da sua deterioração. A melhor evidência disto é, sem dúvida, a própria língua inglesa que pediu de empréstimo mais palavras do que qualquer outra, e veja-se o que aconteceu ao Inglês. De facto, cerca de 80% do vocabulário inglês não tem origem Anglo-Saxónica, mas sim das línguas Românticas e Clássicas incluindo o Português. É, até, irónico que algumas dos anglicismos que os Franceses tentam banir atualmente derivem de latim e de Francês na sua origem. Temos de ver o que se passa quando uma palavra nova penetra numa língua. No caso do Inglês, existem triunviratos interessantes como kingly (Anglo-saxão), royal (Francês), e regal (Latim) mas a realidade é que linguisticamente estamos muito mais ricos tendo três palavras que permitem todas as variedades de estilo que não seriam possíveis doutro modo. Assim, as palavras de empréstimo enriquecem a expressão.

Até hoje nenhuma tentativa de impedir a penetração de palavras de empréstimo teve resultados positivos. As línguas não podem ser controladas. Nenhuma Academia impediu a mudança das línguas.

Isto é diferente da situação das línguas em vias de extinção como por exemplo debati no meu livro Language Death. Se as línguas adotam palavras de empréstimo isto demonstra que elas estão vivas para uma mudança social e a tentar manter o ritmo. Trata-se dum sinal saudável desde que as palavras de empréstimo suplementem e não substituam as palavras locais equivalentes.

O que é deveras preocupante é quando uma língua dominante começa a ocupar as funções duma língua menos dominante, por exemplo, quando o Inglês substitui o Português como língua de ensino nas instituições de ensino terciário.

É aqui que a legislação pode ajudar e introduzir medidas de proteção, tais como obrigação de transmissões radiofónicas na língua minoritária, etc. existe de facto uma necessidade de haver uma política da língua, em especial num mundo como o nosso em mudança constante e tão rápida, e essa política tem de lidar com os assuntos base, que têm muito a ver com as funções do multilinguismo.

Recordo ainda que não é só o inglês a substituir outras línguas. No Brasil, centenas de línguas foram deslocadas pelo Português, e todas as principais línguas: Espanhol, Chinês, Russo, Árabe afetaram as línguas minoritárias de igual modo.»

Por partilhar a opinião do professor David Crystal espero que possam todos repensar a Lusofonia como instrumento de promoção e aproximação de culturas sem exclusão das línguas minoritárias que com a nossa podem coabitar. Só através de uma política efetiva de língua se poderá defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da lingua portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais. Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria. Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por falar e escrever bem, e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala.

Há outros aspetos de que, por serem tão correntes, já mal nos apercebemos: o mau uso das preposições, a falta de coordenação sintática, e a violação das regras de concordância, que, logicamente, afetam a estrutura do pensamento e a expressão. Além dos tratos de polé que a língua falada sofre nos meios de comunicação social portugueses, uma nova frente se está a abrir com o ciberespaço e com as novas redes de comunicação em tempo real.

Urge, pois, apoiar a formação linguística dos meios de comunicação social, promover uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos internacionais, dotando-os com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. A atual crise portuguesa não é meramente económica, mas reflete uma nação em crise, dos valores à própria identidade. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer. Num país em que falta uma visão estratégica para uma verdadeira POLÍTICA DA LÍNGUA, onde o cinzentismo e a uniformidade são a regra de referência, onde a competição é uma palavra tabu, onde o laxismo e a tolerância substituem a exigência e a disciplina, onde a posse de um diploma superior constitui ainda uma vantagem competitiva, claro que continua a grassar a desresponsabilização. Os cursos superiores estão desajustados do mercado de trabalho, as empresas vivem alheadas das instituições académicas, existem cursos a mais que para nada servem, existem professores que mantêm cursos abertos para se manterem empregados. Ao contrário do que muitos dizem Portugal não tem excesso de licenciados, mas sim falta de empregos. Mas será que falam Português?

No 4º Colóquio da Lusofonia [em 2005] sobre a Língua Portuguesa em Timor-Leste, escrevia-se «O Português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade», defende o linguista australiano Geoffrey Hull no seu recente livro Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional. A língua portuguesa «tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas» e é tanto mais plausível porque «o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense e quando Timor-Leste emergiu da fase colonial não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico. O Português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do Português, devido ao facto de que já falam o Tétum-Dili», afirma Hull. «A juventude deve fazer um esforço coletivo para aprender ou reaprender a língua portuguesa».

Estas eram, de facto, as premissas com que partimos para o 4º Colóquio. Durante dois dias foi debatido o futuro do Português na ex-colónia, além de temas mais genéricos como as tradições, a literatura e a tradução em geral. As razões desta temática orientada para Timor-Leste têm a ver com um dos aspetos que consideramos de certo modo controverso. Em termos linguísticos é a primeira vez que se faz uma experiência destas no mundo: impor-se uma «língua oficial numa nação onde não existe uma língua própria, mas várias línguas: a franca, o tétum e vários dialetos».

De acordo com várias fontes, o aumento do número de falantes do Português quase que triplicou desde a independência de Timor, há cinco anos. A organização do Colóquio entende que «foi sobretudo graças à ação da Igreja Católica que a língua portuguesa se manteve em Timor», e daí a relevância da presença do bispo resignatário de Díli, D. Carlos Ximenes Belo, no segundo dia de trabalhos. Dentre os temas debatidos focando aspetos curiosos da Geografia à História de Timor, passando pelo Ensino e Cooperação, é importante realçar que os projetos com melhor e maior acolhimento foram aqueles que saíram das linhas institucionais rígidas. Trata-se de projetos em que os professores e cooperantes adaptaram os programas à realidade timorense e assim conseguiram uma adesão e participação entusiástica dos timorenses, que hoje os substituem já nessas tarefas. Este aspeto é notável, pois colide com a burocracia oficial e rígida que estipula quais os programas a aplicar sem conhecimento da realidade local e suas idiossincrasias. Em especial dois destes temas foram abordados por cooperantes brasileiros e portugueses, esperando-se que iniciativas semelhantes possam ser reproduzidas no futuro, pois só estes permitem preparar os timorenses para tomarem os seus destinos e os da sua Língua Portuguesa nas suas próprias mãos. A ideia transversal e principal deste Colóquio era o futuro do Português em Timor.

«O tétum está a ser enriquecido com toda uma terminologia que deriva automaticamente do Português, e não do inglês. Enquanto as línguas tradicionais cada vez mais se servem do inglês, o tétum está a servir-se do Português para criar palavras que não existem na sua língua franca o que enriquece tanto o Português como o tétum». Quanto ao futuro da língua portuguesa no mundo não hesito em afirmar que «de momento está salvaguardado através do seu enriquecimento pelas línguas autóctones e pelos crioulos, que têm o Português como língua de partida. Enquanto a maior parte das línguas tende a desaparecer visto que não há influências novas, o Português revela nalguns locais do mundo uma vitalidade fora do normal. A miscigenação com os crioulos e com os idiomas locais vai permitir o desenvolvimento desses crioulos e a preservação do Português». Por isso «não devemos ter medo do futuro do Português no mundo porque ele vai continuar a ser falado. E a crescer nos restantes países».

Em 2006, no 6º Colóquio debateram-se os modelos de normalização linguística na Galiza e a situação presente, onde o genocídio linguístico atingiu uma forma nova e subtil, já não através da perseguição aberta e pública do galego, como em décadas passadas, mas pela promoção social, escolar e política de uma forma oral e escrita deturpada, castelhanizada, a par de uma política ativa de exclusão dos dissidentes lusófonos (os denominados reintegracionistas e lusistas).

Debateu-se uma Galiza que luta pela sua sobrevivência linguística, numa altura em que a UNESCO advertiu do risco de castelhanização total nas próximas décadas. Falou-se de história, dos vários avanços e recuos e de vários movimentos a favor da língua portuguesa na Galiza, teceram-se críticas, comentários e apontaram-se soluções, sendo quase universalmente exigida a reintrodução do Português na Galiza através de várias formas e meios. Existe aqui ampla oportunidade para as televisões portuguesas descobrirem aquele mercado de quase três milhões de pessoas.

As oportunidades comerciais de penetração da Galiza podem ser uma porta importante para a consolidação da língua naquela Região Autónoma.

Foi sobejamente assinalada a quase generalizada apatia e desconhecimento do problema da língua na Galiza por parte dos portugueses e o seu esquecimento por parte das entidades oficiais sempre temerosas de ofenderem o poder central em Madrid.

8A ciência moderna utiliza o termo Cúmbrico para a variedade da língua britânica falada no Hen Ogledd. Parece ter sido muito intimamente relacionada com o galês antigo, com algumas variações locais. Não há textos sobreviventes escritos no dialeto; evidência para isso vem de topónimos, nomes próprios em algumas inscrições antigas e em fontes posteriores não-cúmbricas, em dois termos na Leges inter Brettos et Scottos, e o corpo de poesia pelo cynfeirdd, os "primeiros poetas", quase todos relacionados ao norte

9 O norn é uma língua germânica setentrional extinta, falada nas ilhas Shetland e Órcadas, situadas na costa norte da Escócia, e em Caithness. Após a soberania das ilhas ser transferida à Escócia pela Noruega, no século XV, o idioma foi substituído gradualmente pelo escocês.

Faltam iniciativas como esta para alertar, um número cada vez maior, as pessoas para este genocídio linguístico, desconhecido e que mora mesmo aqui ao lado.

Por outro lado, constatou-se a necessidade de uma maior concertação e união entre as várias associações em campo que propugnam a língua portuguesa na Galiza.

A sua presença regular em eventos semelhantes em Portugal pode alargar o número de académicos preocupados com o tratamento de polé dado à língua nossa antepassada num território que por mercê duma conquista histórica de há 500 anos teima em não perder a sua língua original, que é a nossa.

O anúncio então feito por Martinho Montero da criação duma Academia Galega da Língua Portuguesa foi simultaneamente arriscado e ousado, mas foi um passo em frente para a concretização do sonho de muitos galegos.

Desde a sua criação, a AGLP, a sua Fundação e a Associação Pró-AGLP, não têm parado de aumentar as suas atividades e os seus convénios com entidades de todo o mundo lusófono.

Falta ser feita justiça no seio da CPLP para que lhe seja reconhecido o direito ao Estatuto de Observador, desígnio que tomámos como nosso desde 2010 no 13º Colóquio em Santa Catarina no Brasil. O tempo reporá a justiça da admissão na CPLP. (nota do autor: veio a ocorrer em 2017)

Em 25 de abril 2015, emocionado, assisti em Santiago de Compostela à inauguração da sede da AGLP e do seu rico acervo, na Casa da Língua Comum, dedicada à promoção da cultura e à língua portuguesa da Galiza. Um motor da mudança fundamental que se tem de operar para que a língua perdue e com ela a memória que vai de Manuel Murguía a Cal da Costa, Castelão, Rosalía de Castro e até Concha Rousia.

A recente aprovação da iniciativa Paz-Andrade visa na prática repor a língua galega no quotidiano daqueles que, impotentes, assistiram nas últimas décadas à sua castelhanização nesse castrapo a que se chamava normativo RAG.

Cito o embaixador José Augusto Seabra, primeiro patrono dos Colóquios:

"... Com a disseminação da língua que, a partir da sua matriz galaico-portuguesa, se tornou primeiro uma língua nacional e depois uma língua de contacto entre civilizações, este nosso idioma apresenta características de universalidade: disperso por todos os continentes, não é restrito a um grupo étnico, a uma comunidade religiosa, a um tipo de sociedade ou a um regime político, sendo uma língua de mestiçagem cultural, de contacto e de diálogo entre povos.

Se a comunicação e o cordão umbilical entre os dialetos galego e Português perduraram até hoje, a diversificação tornou-se mais nítida nas rotas do Atlântico, do Índico e do Pacífico, e tornou-se condição da unidade, mas não da unicidade, da língua portuguesa." Nesta época de desassossego global, em que o retorno dos fanatismos, dos fundamentalismos e dos terrorismos de toda a ordem impende sobre a nossa condição planetária, saibamos ser de novo, através da nossa «Portuguesa língua», interlocutores de um polígono de civilizações, culturas e religiões. Foi como língua de civilização e cultura que o Português se impôs historicamente, como profetizou o poeta-humanista António Ferreira:

«Floresça, fale, cante, ouça-se e viva

A portuguesa língua e lá onde for

Senhora vá de si, soberba e altiva...» (fim de citação)

Termino dizendo que juntas, quer a AICL quer a AGLP, prosseguirão unidas a sua luta pela unificação ortográfica da língua de todos nós, elevando-a a uma maior dimensão, preservando as diferenças, mas mantendo unificada a escrita da língua.

Respeitando a diversidade do Português, que é aliás a sua grande riqueza, impõe-se fazer um esforço no sentido de uma aproximação das suas formas, em domínios ligados ao uso contemporâneo, como é o caso da terminologia científica e técnica e dos neologismos decorrentes das novas tecnologias e de convivência internacional, sem prejuízo da salvaguarda das especificidades de cada variante, enquanto manifestações que são de identidades e alteridades culturais irredutíveis.

Chrys Chrystello,

Presidente da Direção da AICL - Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia

CRÓNICA 148. DE AUTONOMIAS

148.1. AUTONOMIAS NOMINAIS (FLA, 6 junho 2013)

"para saberes quem te governa descobre quem não podes criticar"
Voltaire

hoje acordei sem voz
sem mãos,
sem pés
sem coração.

habito nove ilhas de mil cores
arquipélago de mil autores
num fiasco de autonomia
pobreza sem alegria

na independência poucos confiam
em busca de subvenções porfiam
melhor é ficar mudo e quedo
viver dos subsídios esmoleres
submissos e acomodados
pobres despreocupados
servos enfeudados
ingénuos explorados
na eterna espera de Godot
de um Mandela que não nasceu

assim se explicam os açores
ilhas de mil e uma dores.

148.2. AUTONOMIA, LIBERTAÇÃO, AÇORES

Hoje vou falar de um tema controverso e minoritário, a autonomia, o direito a esta e a autonomia como antecâmara da libertação. Pode parecer fastidioso, mas como a maioria das pessoas desconhece a história e os que se opõem a autonomias também não sabem de que gema é feita esta gente, o melhor é relembrar tudo desde o início. Ao contrário do que possa decretar o atual Presidente da República, Cavaco e Silva, existe um povo açoriano, resiliente e capaz de vencer contra a adversidade como o demonstra há séculos, sobretudo nos EUA e Canadá. É esse povo que pode ajudar a atingir os desígnios da autonomia alargada que a todo o custo, o Governo central de Lisboa tenta evitar com a sua experiência de séculos de colonização. Um povo que não é nação só se realiza na sua plenitude se conhecer e honrar a sua história. Prova-o a resiliência dos aborígenes australianos que sem escrita conseguiram preservar a grande nação através da preservação da sua história por via oral ao longo de 60 mil anos. Dizem os dicionários¹⁰ que

Autonomia é um termo de origem grega cujo significado está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência. O antónimo de autonomia é heteronomia, palavra que indica dependência, submissão ou subordinação. Em Ciência Política, a autonomia de um Governo ou de uma região pressupõe a elaboração de suas próprias leis e regras sem interferência de um Governo central nas tomadas de decisões. Em Filosofia, autonomia é um conceito que determina a liberdade de indivíduo em gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas. Neste caso, a autonomia indica uma realidade que é dirigida por uma lei própria, que apesar de ser diferente das outras, não é incompatível com elas. Em Educação, a autonomia do estudante revela capacidade de organizar sozinho os estudos, sem total dependência do professor, administrando eficazmente o seu tempo de dedicação e escolhendo de forma eficiente as fontes de informação disponíveis.

10 <http://www.significados.com.br/autonomia/>

Foi iniciada com textos de Diogo Gomes de Sintra e de Valentim Fernandes Alemão, relativos ao descobrimento do arquipélago e, posteriormente, pelos de Pompeo Arditì ("Il viaggio che fece Pompeo Arditì da Pesaro all'Isola di Madera e alle Azzorre").

A estes, soma-se a obra "Saudades da Terra", do douto padre Gaspar Frutuoso (1522-1591), um manuscrito, escrito entre 1586 e 1590, dividido em seis volumes, que se inscreve numa história mais ampla, a da região atlântica que hoje referimos como Macaronésia, ao abordar os arquipélagos das Canárias, Cabo Verde e Madeira, antes de se dedicar aos Açores.

No século XVII destacam-se o "Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores", redigido entre 1646 e 1654 por Frei Diogo das Chagas (1584-1661), a "Fénix Angrence", entre 1683 e 1711 pelo padre Manuel Luís Maldonado (1644-1711), as "Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores", até 1695 por Frei Agostinho de Monte Alverne (1629-1726), e a "História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Ocidental", publicada em 1717 pelo padre António Cordeiro (1641-1722).

Desse período, nos nossos dias são também referidas obras menos conhecidas, mas não menos importantes, como por exemplo, num viés temático, "A Margarida Animada", publicada em 1723 pelo capitão Francisco Afonso de Chaves e Melo.

No século XIX, nomeadamente com o advento do Liberalismo, renovam-se os estudos sobre o tema, destacando-se a "Corografia Açórica" (1822), de João Soares de Albergaria de Sousa (1776-1875), ou obras de cunho mais restrito, como por exemplo a "História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta" (1871), de António Lourenço da Silveira Macedo (1818-1891), os "Anais da Ilha Terceira" (1850-1874), de Francisco Ferreira Drummond (1796-1858), ou as "Épocas Memoráveis da Ilha Terceira dos Açores" (1890-1896) de José Joaquim Pinheiro (1833-1894).

Este período é marcado ainda pela recolha de textos e documentos, como por exemplo a "Coleção de Variedades Açorianas", de José de Torres (1827-1874), do "Arquivo dos Açores", por Ernesto do Canto (1831-1900), e as "Escavações", de Francisco Maria Supico (1830-1911).

Data ainda deste século a obra do britânico Thomas Ashe (1770-1835), "History of the Azores or Western Islands; Containing an account of the Government Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and character of the Inhabitants and demonstrating the importance of these valorable islands to the British Empire", publicada em Londres em 1831, que enaltece a proeminência geoeconómica dos Açores, situados entre a África, a América e a Europa, e sugerindo ao seu Governo em Londres que patrocine a independência do arquipélago, transformando-o em um protetorado britânico.

No século XX, embora todas as correntes ideológicas se encontrem representadas em termos historiográficos, um marco é estabelecido em 1976, a partir da fundação da Universidade dos Açores, sob a direção de Artur Teodoro de Matos, quando se regista um salto na produção historiográfica graças ao acréscimo do número de historiadores e da oferta bibliográfica.

Destaca-se nesse contexto, a produção de Avelino de Freitas de Meneses.

148.2.1. ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL

E o que dizem as leis?¹²

A CRP¹³ prevê no seu artigo 161º como competência política e legislativa da Assembleia da República a aprovação dos estatutos político-administrativos das Regiões Autónomas.

Os estatutos têm a forma de Lei, neles se definindo, nos termos da CRP, questões essenciais para o regime autónómico como a estrutura dos órgãos de poder próprio, as matérias de interesse específico e o património e poder tributário.

148.2.2. FORMA DE APROVAÇÃO

Reconhecendo o carácter paraconstitucional dos estatutos das Regiões Autónomas, o artigo 226º da CRP fixa um processo especial de aprovação daqueles diplomas, reservando o direito de iniciativa às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas.

Assim, os projetos de estatutos político-administrativos são elaborados pelas Assembleias Legislativas e enviados para discussão e aprovação à Assembleia da República; se a Assembleia da República rejeitar o projeto ou lhe introduzir alterações, remete-o à respetiva Assembleia Legislativa para apreciação e emissão de parecer; elaborado o parecer, a Assembleia da República procede à discussão e deliberação final. Igual regime se aplica às alterações dos estatutos.

148.2.3. ESTRUTURA E CONTEÚDO

O EPARAA atual foi aprovado pela Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, e alterado pela Lei n.º 9/87, de 26 de março, pela Lei n.º 61/98, de 27 de agosto, e pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

Na sua versão atual (terceira revisão) o EPARAA, para além de um preâmbulo, tem 141 artigos, repartidos por 8 títulos:

- Título I — Região Autónoma dos Açores
- Título II — Princípios Fundamentais
- Título II — Regime Económico e Financeiro
- Título IV — Órgãos de Governo Próprio
- Título V — Relação da Região com outras Pessoas Coletivas Públicas
- Título VI — Das Relações Internacionais da Região
- Título VII — Organização das Administrações Públicas
- Título VIII — Revisão do Estatuto

148.2.4. MATÉRIAS DE INTERESSE ESPECÍFICO

O artigo mais importante, porque definidor dos poderes de autogoverno açoriano é o artigo 8º, o qual define como matérias de interesse específico, nas quais a legislação açoriana quando exista prevalece, as seguintes:

- Valorização dos recursos humanos e qualidade de vida;
- Património e criação cultural;
- Defesa do ambiente e equilíbrio ecológico;
- Proteção da natureza e dos recursos naturais, bem como da sanidade pública, animal e vegetal;
- Desenvolvimento agrícola e piscícola;
- Recursos hídricos, minerais e termas e energia de produção local;
- Utilização de solos, habitação, urbanismo e ordenamento do território;
- Vias de circulação, trânsito e transportes terrestres;
- Infraestruturas e transportes marítimos e aéreos entre as ilhas;
- Desenvolvimento comercial e industrial;
- Turismo, folclore e artesanato;
- Desporto;
- Organização da administração regional e dos serviços nela inseridos;
- Política demográfica, de emigração e Estatuto dos residentes;
- Tutela sobre as autarquias locais e sua demarcação territorial;
- Orientação, direção, coordenação e fiscalização dos serviços e institutos públicos e das empresas nacionalizadas ou públicas que exerçam a sua atividade exclusiva ou predominantemente na Região, e noutros casos em que o interesse regional o justifique;
- Regime jurídico e exploração da terra, incluindo arrendamento rural;
- Orla marítima;
- Saúde e segurança social;
- Trabalho, emprego e formação profissional;
- Educação pré-escolar, educação escolar e educação extraescolar;
- Espetáculos e divertimentos públicos;
- Expropriação, por utilidade pública, de bens situados na Região, bem como requisição civil;

¹¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_dos_A%C3%A7ores

¹² http://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto_Pol%C3%ADtico-Administrativo_da_Regi%C3%A3o_Aut%C3%B3noma_dos_A%C3%A7ores

¹³ Constituição da República Portuguesa

Obras públicas e equipamento social;

Comunicação social;

Investimento direto estrangeiro e transferência de tecnologia;

Adaptação do sistema fiscal à realidade económica regional;

Concessão de benefícios fiscais;

Manutenção da ordem pública;

Estatística regional;

Outras matérias que respeitem exclusivamente à Região ou que nela assumam particular configuração.

O Parlamento regional pode ainda transpor diretivas da União Europeia para o direito regional e apresentar propostas de Lei.

148.2.5. LISTAGEM CRONOLÓGICA DOS DIPLOMAS ESTRUTURANTES

Sem levar em conta o período dos donatários e dos Capitães-Generais, em que a autonomia das populações se exercia num âmbito radicalmente diferente, os Açores gozam já 110 anos de autonomia, embora por vezes bem mitigada e durante muito tempo não abrangendo o ex-Distrito da Horta (ilhas de Faial, Pico, Flores e Corvo).

Essa autonomia assentou nos seguintes diplomas estruturantes:

Decreto de 2 de março de 1895 - (Diário do Governo n.º 50 de 4 de março de 1895) - Estabelece a possibilidade dos distritos açorianos requerem, por maioria de 2/3 dos cidadãos elegíveis para os cargos administrativos, a aplicação de um regime de autonomia administrativa baseada na existência de uma Junta Geral (similar àquelas que tinham existido até 1892).

O Decreto, da autoria de João Franco, é aprovado em ditadura, sendo ratificado pelas Cortes pela Carta de Lei de 14 de fevereiro de 1896;

Decreto de 18 de novembro de 1895 - (Diário do Governo n.º 262, de 19 de novembro de 1895) - A requerimento dos cidadãos elegíveis do Distrito de Ponta Delgada concede autonomia administrativa àquele Distrito e fixa a distribuição por concelho dos procuradores à Junta Geral;

Decreto de 6 de outubro de 1898 - (Diário do Governo n.º 226, de 10 de outubro de 1898) - A requerimento dos cidadãos elegíveis do Distrito de Angra do Heroísmo concede autonomia administrativa àquele Distrito e fixa a distribuição por concelho dos procuradores à Junta Geral;

Carta de Lei de 12 de junho de 1901 - (Diário do Governo n.º 131, de 15 de junho de 1901) - Marca a consagração parlamentar do regime autonómico, correspondendo à primeira discussão nas Cortes desta matéria.

Altera o Decreto de 2 de março de 1895, tornando-o extensivo, a requerimento dos cidadãos elegíveis, ao arquipélago da Madeira.

Pouco altera o regime anterior, mas têm claramente um carácter mais centralizador ao fazer depender múltiplas deliberações de aprovação governamental, não lhe fixado prazo para tal (cria um regime de "veto de gaveta");

Decreto de 1 de agosto de 1901 - (Diário do Governo n.º 171, de 3 de agosto de 1901) - Aplica a Carta de Lei de 12 de junho de 1901 ao Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo e fixa o vencimento de alguns dos seus funcionários;

Decreto de 19 de outubro de 1901 - (Diário do Governo n.º 239, de 23 de outubro de 1901) - Aplica a Carta de Lei de 12 de junho de 1901 ao Distrito Autónomo de Ponta Delgada e fixa o vencimento de alguns dos seus funcionários;

Lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913 - (Diário do Governo n.º 183, de 7 de agosto de 1913) - Esta lei é a primeira referente à autonomia feita na vigência da Constituição da República de 1911.

Não introduz alterações de monta limitando-se, no seu Título VI (artigo 87.º), a manter no essencial o regime do Decreto de 2 de março de 1895 com as alterações introduzidas pela Carta de Lei de 12 de junho de 1901.

Os republicanos açorianos, que durante a fase final da monarquia constitucional defendiam uma solução federal (e nalguns casos a independência), não conseguiram fazer vingar os seus pontos de vista;

Lei n.º 621, de 23 de junho de 1916 - Mantém para as ilhas o regime da Lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913;

Lei n.º 1453, de 26 de julho de 1923 - Mantém para as ilhas o regime da Lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913;

Decreto n.º 14 402, de 7 de outubro de 1927 - Cria o Delegado Especial do Governo da República nos Açores.

Este posto é um antecessor direto do lugar de Ministro da República (a partir de 2006, Representante da República).

Ocupado pelo coronel faialense Feliciano António da Silva Leal, deu azo a alguma esperança no aprofundamento da autonomia e levou à produção da proposta de lei, nunca sequer discutida no Parlamento, de criar a Província Autónoma dos Açores (mais uma tentativa frustrada de acabar com a divisão distrital).

O cargo e os serviços da Delegacia foram extintos pelo Dec. n.º 17 830 de 7 de janeiro de 1930;

Decreto n.º 15 035, de 16 de fevereiro de 1928 - (Diário do Governo n.º 39, de 16 de fevereiro de 1928, republicado no Diário do Governo n.º 48) - Decreto do Governo da ditadura nacional saída da revolução de 28 de maio de 1926, consagrando parte das reivindicações apresentadas ao Delegado do Governo da República.

É generoso nos princípios e objetivos, fruto, como sempre na história da autonomia açoriana, do momento de alguma fraqueza do Estado Português que então se vivia.

Revoga o Decreto de 2 de março de 1895;

Decreto n.º 15 805, de 31 de julho de 1928 - (Diário do Governo n.º 174, de 31 de julho de 1928) - Marca um profundo retrocesso face ao Decreto n.º 15 305, de 16 de fevereiro de 1928 (tão efémero que vigorou só 5 meses), eliminando as veleidades autonomistas entretanto alimentadas.

É o primeiro diploma sobre autonomia contendo a assinatura de António de Oliveira Salazar, sendo já bem patente a sua marca na vertente financeira;

Lei n.º 1 967, de 30 de abril de 1938 - (Diário do Governo, I série, n.º 99, de 30 de abril de 1938) - Depois de uma discussão alargada, envolvendo as Juntas Gerais e a Câmara Corporativa, foi aprovada pela Assembleia Nacional a Lei de Bases da Administração do Território das Ilhas Adjacentes, dando execução ao disposto no artigo 124.º, §2.º, da Constituição de 1933, que dizia a divisão do território das ilhas adjacentes e a respetiva organização administrativa serão reguladas por lei especial;

Decreto-Lei n.º 30 214, de 22 de dezembro de 1939 - Aprova o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes desenvolvendo a Lei de Bases da Administração do Território das Ilhas Adjacentes, aprovada pela Lei n.º 1 967, de 30 de abril de 1938.

Foi elaborado por Marcello Caetano que para tal visitou demoradamente as ilhas e reuniu com as forças vivas locais. Estende pela primeira vez o regime autonómico ao Distrito da Horta.

Revoga o Decreto n.º 15 035, de 16 de fevereiro de 1928, e o Decreto n.º 15 805, de 31 de julho de 1928. Foi influente na elaboração deste diploma, o 1.º Congresso Açoriano, que reuniu em Lisboa, de 8 a 15 de maio de 1938, a nata da intelectualidade açoriana da época;

Decreto-Lei n.º 31 095, de 31 de dezembro de 1940, que aprova o Código Administrativo de 1940, inclui em anexo um Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes.

Este diploma revoga o enquadramento jurídico anterior, consolidando o modelo administrativo que vigoraria durante todo o período do Estado Novo, incluindo, sem prejuízo das alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º 36 453, de 4 de agosto de 1947, o modelo específico dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes;

Decreto-Lei n.º 36 453, de 4 de agosto de 1947 - (Diário do Governo n.º 178, de 4 de agosto de 1947) — Altera alguns artigos do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes e faz a sua republicação integral. Vigorou até à criação da Junta Regional dos Açores em 1975;

Decreto-Lei n.º 48 905, de 11 de março de 1969 - Cria, para efeitos de planeamento regional, a Região dos Açores, dotada de uma Comissão Consultiva de Planeamento com sede em Angra do Heroísmo, a primeira consagração após o fim da Capitania Geral dos Açores de uma estrutura supradistrital.

Criou o conceito de Região que está na origem da atual Região Autónoma;

Decreto-Lei n.º 458-B/75, de 22 de agosto - Cria a Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional (a Junta Regional dos Açores), na sequência do levantamento popular de 6 de junho de 1975 em Ponta Delgada. Derroga o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes e extingue os distritos, criando um órgão administrativo único para os Açores;

Decreto-Lei n.º 100/76, de 3 de fevereiro - Altera o Decreto-Lei n.º 458-B/75, de 22 de agosto, consolidando a Junta Regional enquanto órgão administrativo dos Açores. Extingue a Comissão de Planeamento Regional criada pelo Dec.º-Lei n.º 48 905, de 11 de março de 1969;

Decreto-Lei n.º 318-B/76, de 30 de abril - Aprova o Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores na sequência da aprovação da Constituição da República Portuguesa de 1976, ocorrida a 2 de abril de 1976, para entrar em vigor no dia 25 de abril seguinte.

Criou a atual Região Autónoma dos Açores na sequência do fixado na Constituição;

Decreto-Lei n.º 427-D/76, de 1 de junho - Altera o Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores;

Lei n.º 39/80, de 5 de agosto — Aprova o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores na sequência de proposta apresentada pela Assembleia Regional dos Açores.

É o primeiro diploma de natureza paraconstitucional a reger a autonomia açoriana e o primeiro a ser democraticamente proposto pelo órgão representativo de todo o povo açoriano;

Lei n.º 9/87, de 26 de março — Aprova a primeira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores;

Lei n.º 61/98, de 27 de agosto — Aprova a segunda revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores;

Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro — Terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (atualmente em vigor).

Em resultado da Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de julho, que consolidou e alargou substancialmente a capacidade legislativa do Parlamento açoriano, foi concluído o processo de revisão do EPARAA, o qual consolidou o aprofundamento da autonomia política e legislativa, ficando aberto o caminho para a criação de direito regional (i.e. legislação açoriana especificamente concebida para a realidade insular) em praticamente todas as áreas que não correspondem ao núcleo das competências reservadas dos órgãos de soberania, podendo mesmo neste, mediante autorização legislativa a conceder pela Assembleia da República, ser produzido direito próprio.

A livre administração dos Açores pelos açorianos, a divisa dos autonomistas do século XIX, parecia finalmente aproximar-se da realidade política açoriana. Se assim parecia no papel, os anos subsequentes vieram provar diametralmente o oposto, com o Governo central cada vez mais coercivo, coartando todas as veleidades legisladoras da Assembleia Regional e do Governo.

Não admira, pois, que na última década, se levantem de novo vozes independentistas (a FLA e suas várias manifestações cívicas como a ACA) a reclamar a entrega aos açorianos das suas riquezas que continuam a ser exportadas e exploradas pelo Governo centralista em Lisboa.

Se tiverem capacidade de motivar e captar as gerações mais novas o futuro pode ser diferente daquilo que é hoje. Pode demorar anos, décadas, mas tenho a certeza de que se trata apenas de uma questão de tempo. O poder local limita-se a ser porta-voz dos interesses partidários instalados em Lisboa, a ausência – por força da lei – de partidos locais, e o desencanto com a alternância PS e PSD-CDS, podem trazer surpresas futuras.

É preciso que se saiba como estão a ser espoliados os açorianos das suas riquezas e se acabe de vez com a lamechice de dizer que Portugal faz o sacrifício de solidariedade de suportar os Açores, quando os gráficos da atividade económica global do arquipélago provam o contrário.

Depois, haverá que investir na educação para a criação de uma massa crítica capaz de suportar os desafios de uma verdadeira autonomia.

CRÓNICA 149 DA INGRATIDÃO E DA LITERATURA, CRISTÓVÃO DE AGUIAR UMA CRÓNICA AMARGA. UMA VERGONHA PONTA DELGADA 16/6/2015

Em 15/6/2015 na apresentação, pela diretora da Biblioteca Municipal de Ponta Delgada e pelo Dr Carlos Riley da Universidade dos Açores, dos dois primeiros volumes das obras completas de Cristóvão de Aguiar (50 anos de vida literária) éramos 10 na assistência e 2 eram do governo...

Sei que há um mês houve uma sessão de homenagem (18 de abril na Casa Museu Guerra Junqueiro, Porto), em colaboração com a casa dos Açores e com o Departamento de Letras da Universidade do Minho onde lançaste nessa data a tua Obra Completa, composta por 13 volumes, a cargo das Edições Afrontamento, do Porto, que ganharam o concurso lançado pelo Governo Regional dos Açores.

Sei que tu, Cristóvão, um dos dois insígnies autores do Pico da Pedra, tens fama de ser um autor difícil. Claro que és, pois poucos dominam a língua portuguesa como tu, poucos burlam a palavra até à exaustão e perfeição como insistes em fazer. Sei que a maioria das pessoas - embora possa saber cantarolar a popular Naufrágio¹⁴ imortalizada por Duarte e Ciríaco - desconhece que a clássica letra dessa canção universal é bem tua. Cristóvão de Aguiar, já o disse e escrevi, "é um autor difícil e o seu mau feitio é conhecido. Claro que sim, frontal e crítico, não entrou, nem quis, em cliques, clagues ou pseudo-tertúlias de intelectuais açorianos."

Radicado em Coimbra desde os anos de 1960, antes de ser incorporado no exército colonial português para ir para a Guiné e de terminar os seus estudos em Filologia Germânica, Cristóvão mudou-se para o Pico onde passa metade do ano. Em vez de voltar ao torrão natal de Pico da Pedra na ilha de S Miguel foi em 1996 para S. Miguel Arcanjo [Pico], onde é carinhosamente tratado pelos seus novos conterrâneos.

Mas depois de 15/6/2015, estarei para sempre chocado e desiludido com Ponta Delgada. Como se compreende que a oportunidade de terçar palavras com um dos mais importantes escritores dos Açores do século XX ficasse desaproveitada sem assistência nem interesse das pessoas da maior ilha do arquipélago?

Como se entende que um dos mais ricos e prolíficos autores da verdadeira identidade dos Açores ficasse a celebrar os seus 50 anos de vida literária para uma plateia com uma mão cheia de presenças?

Claro está que depois, na tua morte, serás aclamado por todos e a TV e rádio estarão lá para falar bem de ti, o autor que - como ficou demonstrado - não é benquisto na sua terra. Pequenez de mentes. Insensibilidade, incultura. País pequeno de mentes pequenas, arquipélago ingrato a quem tanto fez para dar a conhecer a identidade açoriana e não o postal ilustrado que se vende aos turistas sobre hortênsias e lagoas...

Não fiquei surpreendido, mas fiquei esclarecido sobre o valor que este país dá a um dos seus mais representativos ícones literários...fosse ele um cantor pimba ou outra qualquer personalidade famosa pelos seus pés de barro de fama fácil e o anfiteatro seria pequeno. Não sendo escritor, sou como tu, Cristóvão, em muita coisa, mas ontem ao despedir-me rapidamente de ti, estava emocionado pela amizade que nos une e envergonhado dos meus concidadãos desta ilha que aceitei como nova pátria. Queria pedir-te desculpa em nome dos 68 748 habitantes de Ponta Delgada e dos restantes 137 699 cidadãos da ilha (Censo 2011). Queria dizer-te que não é verdade, que há quem te leia e ama os teus escritos, mas não estavam lá para to demonstrar.

Queria dizer-te que escreves melhor que muitos adulados, lisonjeados, sabujados, louvaminhados, engraxados, incensados, engomados, apajeados¹⁵, bajoujados, escribes de Portugal e do arquipélago, mas só gerações futuras saberão reconhecer o teu valor.

Queria dizer-te que mereces muitos dos prémios que são anualmente distribuídos embora deles não precisas.

Queria dizer-te que nos Colóquios da Lusofonia somos poucos, mas muitos te apreciam e entendem, mas não estavam lá ontem para to demonstrarem.

Queria dizer-te que o teu invejável percurso nestas cinco décadas de escrita não tem paralelo, mas lá estaria eu a adjetivar-te e tu não gostas disso. Não faz mal, sem menosprezo dos restantes, há quem possa afirmar que és um dos mais notáveis escritores em português da segunda metade do século XX e que soubeste transmitir (mesmo negando a açorianidade) a verdadeira alma micaelense e quiçá açoriana.

Bem hajas meu amigo pelos livros que nos deste e de que agora compilaram em Obras Completas estes dois volumes. Segundo Mário Mesquita, Cristóvão de Aguiar é um dos principais responsáveis pela afirmação cultural dos Açores após o 25 de abril, e a citar outros, poderia ser fastidioso e repetir aqui o que teu amigo e companheiro de muitas lutas (Medeiros Ferreira) escreveu sobre a tua obra, mas acabo de ler na Wikipédia:

"Depois de Vitorino Nemésio, [Cristóvão de Aguiar] é considerado o maior escritor da literatura de autores açorianos e um dos de maior importância no panorama da Literatura Portuguesa contemporânea. Foi agraciado com a Ordem do Infante D. Henrique em 2001 e homenageado pela Faculdade de Letras e Reitoria da Universidade de Coimbra em 2005, por ocasião dos quarenta anos da sua vida literária, tendo sido publicado um livro, "Homenagem a Cristóvão de Aguiar", coordenado pela Prof.ª. Doutora Ana Paula Arnaut, o qual contém a generalidade das críticas e ensaios publicados sobre a obra do autor durante

¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=uo5xbrMnA9A>

¹⁵ a pa je ar - verbo transitivo, 1. Acompanhar (como pajem). 2. Lisonjear, adular. "Apajeados", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/Apajeados> [consultado em 13-01-2016]

A tua alma mater (Universidade de Coimbra) explica que

"[Cristóvão de Aguiar] ...tem-se revelado um escritor de mérito, a avaliar pelos prémios recebidos: Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa, pela "Raiz Comovida"; Grande Prémio da Literatura Biográfica APE, pela "Relação de Bordo" e o Prémio Nacional Miguel Torga, pelo livro "Trasfega"."

Para que não restem dúvidas foste um ilustre membro de uma "República de Estudantes de Coimbra" em cuja página¹⁶ se pode ler:

A Real República Corsários das Ilhas foi fundada em 1960 por iniciativa de estudantes provenientes do arquipélago dos Açores. Nos seus 41 anos de viagens a «nau corsária» já albergou marinhagem que se mostrou distinta. A título de exemplo, cite-se o nome de Carlos Candal; o atual eurodeputado socialista era, em 1962, durante a grave crise que assolou a universidade, presidente da Associação Académica de Coimbra. Ainda, durante a crise académica de 1972, destaca-se Carlos Fraião; este antigo corsário foi membro do Comité Central do Partido Comunista Português. Também Germano de Sousa, Bastonário da Ordem dos Médicos e Cristóvão de Aguiar, escritor, viveram nesta República.

Por falar neste escritor, o zé manuel deixou um comentário na anterior versão desta página que reescreve um passo do Relação de Bordo (1964-1988), livro do referido Cristóvão de Aguiar, em que lança um olhar sobre as suas experiências nesta casa quando por cá passou nos anos 60:

Coimbra, 1 de janeiro de 1964 – Na Real República Corsários das Ilhas, a cuja tripulação venho pertencendo desde 1961 (em outubro ascendi a 2º telegrafista), a passagem de ano foi, para mim, pavorosamente triste!

De resto, nunca fui de grandes expansões nessas horas que a tradição instituiu como marcos de viragem não se sabe bem de quê. Alheio ao natural estardalhaço dos meus camaradas co-repúblicos, bem comidos e muito mais bem bebidos, encafuei-me no meu cantinho a ruminar.

É que 1964 vai ser o ano em que vou dizer adeus à vida de estudante (para sempre? e ela agora que me estava correndo tão bem: no terceiro ano sem nenhuma cadeira atrasada, mas é sempre assim). Isto porque já no próximo dia vinte e sete do corrente, numa segunda-feira logo de manhã, vou iniciar em Mafra o Curso de Oficiais Milicianos, com destino marcado para a guerra colonial.

Consta da guia de marcha que recebi há dias, não esse destino, mas outro que vai de certeza desembocar naquele. Por isso, logo ao bater da primeira badalada da meia-noite no relógio da torre da Universidade, senti que me estava afundando em terreno pouco firme e lodoso.

Cheguei da Ilha em finais de setembro com uma mala na mão e sem dinheiro com que mandar cantar um cego, quanto mais para continuar os estudos.

Havia justamente perdido a bolsa da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, novecentos escudos mensais, mas que me davam, resvês, para me ir sustentando em Coimbra. E perdi-a, não porque chumbasse, mas por não ter atingido a nota final de catorze valores, classificação exigida a partir do segundo ano até o final do curso para a manutenção da referida bolsa.

Podia ter pedido dinheiro emprestado, a juro de dez por cento, como é costume lá na minha freguesia, mas meu Pai zangou-se comigo devido a um namoro reatado que ele não queria, derriço que, uma semana após a minha chegada a Coimbra, se desmanchou na secura de meia dúzia de linhas de uma carta, que me acompanhava, na carteira, dobrada em quatro, as dobras delidas e enferrujadas...

Por tal motivo, negou-se a ser minha fiança.

Perdi a cabeça e pedi que me antecipassem a incorporação! Veja-se o paradoxo: em tempo de guerra ser meio voluntário, eu que, se tivesse coragem e juízo, devia, mas era desertar daqui para fora.

Na Ilha não queria ficar. Minha tia Lurdes e o Ti José da Costa deram-me coragem e o dinheiro para a passagem de barco e ainda mais algum para me ir tenteando.

Cheguei à República e logo pus os meus companheiros ao par da minha situação. Houve reunião de casa à noite e ficou decidido, por unanimidade, que eu ficaria lá na mesma com todas as prerrogativas de um Corsário e só pagaria as minhas despesas, que seriam apontadas pelo Comissário de Bordo da Nau Corsária, quando recebesse os primeiros ordenados de aspirante.

Eram apenas quatro meses que ficaria a dever, de outubro a janeiro, que orçariam em cerca de três contos de réis. Depois, quando viesse de Mafra passar os fins de semana, andaria à lebre, como se diz em linguagem académica. Suspirei de alívio e comovi-me com tamanho companheirismo de que poucos como os ilhéus, fora das Ilhas, são capazes.

Por não conseguir perceber bem os motivos que levam um gajo a querer meter-se na guerra... terei que reconhecer que às vezes só se dá pelo erro depois de se ter dado o passo inexorável da tomada de decisão e consequente prisão às amarras que daí decorrem... nos tempos atuais, em boa consciência, eu, o corsário que escreve estas linhas, teria que manifestar, a um colega que se me aparecesse com o mesmo dilema existencial que fosse pedir telha e comida ao Exército para o qual fosse servir...

Mas, excetuando este detalhe que se prende com a valoração do mundo e com a justeza, ou não das coisas, o texto retrata aquilo que os Corsários têm melhor sabido fazer, não deixar um irmão na mó de baixo.

Termino citando os versos de Camões apostos numa das paredes da sala de refeições da Casa:

"Mais vale experimentá-lo que julgá-lo, mas julgue-o quem não puder experimentá-lo"

Dito isto à laia de introdução tenho uma declaração de interesse pessoal a fazer:

Sou amigo incondicional do autor e Cristóvão de Aguiar foi meu mentor de literatura açoriana na sua casa do Pico onde me recebeu, a mim e à minha mulher, como se de amigos de longa data se tratasse, nós que éramos de uma amizade recente surgida em colóquios da lusofonia. Durante os primeiros tempos da nossa amizade cavaqueei longamente com o escritor Cristóvão de Aguiar. Ambos, éramos e permanecemos, exaltados e revoltados contra a injustiça, quimera ensinada em verdes anos. Com ele aprendi e compreendi a canga que os cachacos insulares carreavam, muitas vezes, sem o saberem. Escrevi (e adiante o citarei longamente) em CrónicaAçores: uma circum-navegação (2º volume da Editora Calendário de Letras, 2011):

O mal da descoberta da escrita açoriana para um leitor neófito é ser um vírus altamente contagioso. Foi o que me adveio ao ler Dias de Melo. Exagerei mesmo numa mesa-redonda na RTP-Açores (março 2009) ao afirmar que merecia ser mais conhecido que Hermann Melville, o da baleia Moby Dick, ao que Cristóvão retorquira logo ser uma hipérbole.

A propósito do mesmo assunto esclareceria Cristóvão:

Continuamos com a mesma pecha, a chamada açorianite aguda, que eu julgava que os colóquios [da lusofonia] tinham banido para sempre: o melhor da literatura, o mais belo que já li em toda a minha vida, e outros disparates do género. Ridículo! Enfim, só falta acrescentar que devia ter ganhado o Nobel, pelo menos este, que se houvesse mais elevado, seria este. Afinal, continua tudo na mesma, tal qual a música da relva: o mesmo e mais forte. Elogia-me a mim, para que te elogie a ti. Oh compadre, aqui na freguesia há só duas pessoas inteligentes. Uma sou eu, agora diga o compadre quem será a outra... já o Álvaro e o João Afonso escreveram em 1981 no jornal união, de angra, que o meu mundo não é deste reino, de João de Melo, era superior ao mau tempo no canal e melhor que o apocalipse de são joão (vide: relação de bordo i, pp. 297 a 301 (10 de junho de 1983). francamente... assim, não passamos de paroquianos convencidos de que somos os melhores do mundo. chamei um dia a este complexo de superioridade "a insular bazófia". haja juizinho...

Numa fase seguinte, entre muitos escritores locais que fui lendo, voltei-me para a obra deste autor. Uma prosa que se cola como uma sanguessuga e sorve o sangue impedindo a irrigação cerebral. Fica-se refém da sua escrita, que não sendo fácil, enleia e se insinua na tentativa de forçar o leitor a buscar a compreensão daquilo que lhe está subjacente. Embrenhei-me noutros escritores que fui desbravando.

Ao longo destes onze anos falei e escutei a maior parte dos autores (e, entretanto, três já nos deixaram Fernando Aires, Daniel de Sá, José Dias de Melo). Com eles aprendi e compreendi a canga que os cachacos insulares carrearam, muitas vezes, sem o saberem.

O dilema da pequenez das ilhas para um autor se afirmar sem ser reconhecido fora delas, a atração pelo mercado continental mais vasto como forma de afirmação e alforria literária criando um misto de desligamento e aportuguesamento dos autores que se mudaram de armas e bagagens para fora das ilhas, a inveja e ciúme dos que não conseguiram atingir esse patamar de reconhecimento continental, a emancipação de outros que venceram nos EUA e Canadá e a tarefa ingente dos que permanecendo conseguiram alcandorar-se a um reconhecimento externo.

¹⁶ <https://corsarios.wordpress.com/blogue/benvind/o-q-e/>

O que muitos deles não acreditavam era que por serem autores açorianos podiam aspirar a serem universais e não apenas insulares, e não apenas portugueses, se entrassem em mercados mais vastos da Europa e do mundo. Esses escritores poderiam chegar bem mais longe e libertar-se da prisão invisível que é a pequenez das 9 ilhas do arquipélago.

Para isso, teríamos de mondar mercados novos e virgens, como a selva amazónica antes dos novos bandeirantes. Se não chegassem às novas gerações açorianas, poderiam alcançar descendentes, e expatriados que aprendem hoje o orgulho da nação açoriana, na cultura, tradição e outros valores primordiais que tão arredados das escolas andam hoje.

Mas os colóquios queriam levá-los a mercados e leitores insuspeitos, incluindo a antiga Cortina de Ferro onde há enorme gosto e apetência por escritores lusófonos. Para isso, idealizamos a atual série de Antologias, uma bilingue para captação do mercado norte-americano e canadiano, outra maior, em dois volumes, com uma seleção dos mais consagrados, uma coletânea de textos dramáticos para o ensino secundário e uma antologia no feminino dado que as autoras são sistematicamente esquecidas numa comunidade conservadora e machista como ainda é a sociedade açoriana.

Todas estas obras são didáticas para poderem ser estudadas nas escolas e assim se conseguir propagar este vírus altamente contagioso da escrita açoriana para leitores neófitos.

Depois, deparámos com um fenómeno típico das sociedades insulares e bairristas, a existência de “capelinhas”, cliques e clagues, em torno das quais gravitavam alguns autores. Nem todos de qualidade despicienda, mas dependendo dessas cliques para serem objeto de artigos de jornal ou de visibilidade através da recensão crítica.

Na década de 1990, lentamente, os escritores açorianos foram encontrando o seu espaço, não havendo minguia de quantidade. Na maioria, sem projeção para além destas ilhas, com exceções contemporâneas. Falta ainda destrinçar, entre as centenas de autores, aqueles que realmente merecem ser incluídos em coletâneas e os outros que se serviram do rótulo da açorianidade para terem alguma visibilidade que, de outro modo, não teriam.

A solução que adotámos foi a de ignorar quem era quem, e sermos nós e os autores dos nossos projetos, a avaliar a qualidade de tais autores, com a ajuda dos autores que já conhecíamos e em quem já confiávamos. Daí as escolhas primeiras das antologias que posteriormente serão alargadas a mais autores e autoras à medida que os fomos descobrindo, sob o enorme guarda-chuva da Açorianidade que a todos alberga.

Nem sempre é fácil, pois ao lado de autores como Fernando Aires, Cristóvão de Aguiar e Eduíno de Jesus surgem autores que podemos designar como a Maria das Capelas, o António da Lomba e o José de Rabo de Peixe. Importantes até poderão ser de um ponto de vista de cultura popular, regional ou local, mas não deveriam nunca estar sob um rótulo de literatura.

Eu não mentia ao escrever o que escrevi sobre autores como Cristóvão de Aguiar. Tudo o que saía era sentido e vivido. Cristóvão de Aguiar fora lisonjeiro ao dizer-me que também Torga nunca mentira ao escrever poesia. Havia tão-só a origem transmontana comum pois nem eu era Torga, nem exprimia senão sentimentos reprimidos. Após meses de silêncio exercitava a pena de croniqueiro com a verve de jornalista que nunca deixara de ser. Era isto o que a escrita de Cristóvão, lentamente descortinada além das brumas, me proporcionava.

Para Cristóvão nunca seria catarse, mas fruto de amores incompreendidos entre si e a ilha...enquanto para mim a escrita e os colóquios da lusofonia são a expiação constante da minha guerra colonial sem mortos nem feridos, nem tampouco tiros.

No 9º colóquio da lusofonia (ou 4º Encontro Açoriano da Lusofonia em abril 2009), Cristóvão de Aguiar rejeitou (mais uma vez) o rótulo de literatura açoriana, por considerar que faz parte da produção literária lusófona.

«O título (literatura açoriana) é equívoco, porque pode parecer que é uma literatura separada da literatura portuguesa», afirmou à agência Lusa o escritor.

Como diz o autor (Relação de Bordo II pp. 199-200):

Primeiro foi a ilha, nunca mais a encontramos como a havíamos deixado...trouxemos somente a imagem dela ou então foi outra Ilha que connosco carregámos...

Sou como sou e a meu pai o devo, tal como Cristóvão o é devido ao pai. Continentes diferentes, mas uma só realidade, ambos criamos os sulcos que hoje trilhamos, separados por nove anos de idade, percorrendo as savanas e as estepes do sofrimento pessoal, das amarguras e romances que nos interrompiam a escrita e nos dispersavam da missão sagrada. Ambos plantamos árvores, publicamos poesia e tivemos filhos e netos/as em buscas incessantes pelo Santo Graal. Desconfiei sempre que não existia, a não ser na busca incessante com que criamos uma raison d'être nas nossas mentes conturbadas.

Noutro qualquer dia escrevia eu que hoje mal se vislumbra a costa da Bretanha em frente à janela do meu castelo aqui nesta falsa¹⁷ na Lomba da Maia onde habito.

O grande Mar Oceano confunde-se com o azuláceo ou acinzentado céu, depende da cor das lentes com que se acorda.

Está um tempo caramónico, como dizem em Terras de Miranda, sem necessidade de escarrabunhar os pés por estarem carraspidos.

Sinto a falta do sol que me anima e vitaliza nesta humidade entorpecente que amolece corações e fenece almas.

Era assim que desabafava mutuamente numa guerrilha verbal contra esta falta da função clorofilina que cerceia as musas e embota mentes.

E era então que me contrapunha Cristóvão de Aguiar “O tempo está mesmo abafado. Abafa o corpo e sobretudo a mente. Nunca mais há tempo decente”.

Otimista acredito que melhores dias virão. Concentro-me numa conceção positiva rumo à realização dos objetivos que pensa terminar durante o curto passeio terreno que lhe deram a oportunidade de usufruir. Os problemas, por maiores que sejam, são meras contrariedades. Umas maiores que outras. Assim repito para crer no que digo. O tempo as curará retirando-lhes o relevo e importância ou resolvendo-as. Os momentos incomuns de felicidade e alegria devem ser fruídos em plenitude. Comemorados, celebrados, prolongados e recordados. Para isso sirvo-me da escrita. Para reviver momentos bons. Como são normalmente raros convém que perdurem, cinzelados nas pedras da lembrança. Criam trejeitos, esgares de sorrisos nas comissuras dos lábios.

Isto das ilhas tem muito que se lhe diga, algumas pessoas estão de costas voltadas para o mar, como em S. Miguel, enquanto outras há que não vivem sem ele, como no Pico.

Sei que é uma questão de tempo até começarem a zurzir nos forasteiros que, como ele, ousam opinar sobre este arquipélago.

Quando se perora sobre as nove filhas de Zeus urge não melindrar os interesses estabelecidos. As visões críticas ou não conformadas aos cânones podem acarretar sérios riscos para a saúde mental dos seus autores.

Vozes críticas ou arredadas dos estereótipos não abundam nem são benquistas. As elites dominantes e os poderes caciqueiros logo se insurgem.

A ingratidão, vergonha e falta de patriotismo são epítetos comumente usados para denegrir os que ousam.

Citam-se páginas relevantes da heroica gesta açoriana, com destaque para as guerras liberais e inúmeras desventuras de emigrantes que triunfaram em terras da estranja.

Surgem editoriais e recensões violentas nos jornais locais.

Os caixeiros-viajantes da cultura logo se arrogam o direito de defender a açorianidade ofendida.
Tais declarações de repúdio raramente extrapolam os cantos do arquipélago porque falar dos Açores ainda não é moda na grande capital do Império.
Foi isto que, por mais de uma vez, aconteceu ao amigo escritor Cristóvão de Aguiar.
Apodaram-no de tudo e mais alguma coisa, pois convém sempre ser mais papista que o papa.
Em meios pequenos é consabida a tendência para apoucar aqueles que das leis do esquecimento se desembaraçaram, como diria o vate, enquanto o imperador e seu séquito distribuem viagens e mordomias.
Terras pequenas, invejas grandes ou a reprodução literária do mote popular “a minha festa é maior que a tua”.

Para o comum dos mortais a vida prosseguiria o seu rumo. Os Açores não são senão uma réplica miniatural da corte lisboeta. As elites não perdoam aos que não comungam da verdade única com força de dogma. Cristóvão escreve com uma pluma incómoda. Reservou-se um papel de narrador que pensa, fala e escreve sem recorrer aos lugares comuns que tamanho gáudio causam na população. Não reivindica verdades absolutas ou duradouras, limita-se a descrever o que sente e vê. Criaram-lhe a fama de irascível (quantas vezes com justas e fundadas razões?).

Eu recebera “avisos amigos” para tais perigos quando o convidei a estar na Lagoa (março-abril 2009) para o 9º colóquio (4º encontro açoriano da lusofonia).
Congratulo-me que, relutantemente, Cristóvão tenha acedido.
Ao longo de meses trocamos correios eletrónicos e telefonemas criando uma amizade saudavelmente aberta e crítica.
Eu carecia de aprender mais com esta insondável personagem que tantos cuidados incutia aos arautos e defensores da paz podre açoriana.
Como acumulara milhas, no cartão de viandante frequente, aceitara a sua hospitalidade em agosto de 2009.
Uns curtos dias no Pico que Cristóvão assumira como pátria segunda.
Muitos dias após deixar a ilha mágica ainda reverberavam os seus encantos. (ler o descritivo da estadia na [Crónica 74.2](#)).

Estas são as imagens que guardo deste autor que tanto aprecio e que ontem foi totalmente ignorado pelos habitantes da ilha e em especial de Ponta Delgada. Está provado que Cristóvão de Aguiar não dá votos a ganhar. Ainda bem. E termino com esta palavras que lhe dediquei em 2013

644. Ao Cristóvão, Pico, 9 ago 2011/13 out 2013
descobriram no pico
marroços milenares
piramidais construções
galerias ocultas
sem múmias nem tesouros
sem origem nem fim conhecido
falaram de fenícios, cartagineses
gente da pré-história

mas a verdadeira pirâmide
reside mais a norte
em s miguel arcanjo
numa atulhada falsa
com vista para s. roque
é a universal biblioteca
da nova alexandria

é lá que todas as noites
os livros se põem a dançar
debatem e trocam impressões
dão conselhos e admoestações
referem prodigiosas citações
partilham bailhos e saber
da universidade da açorianidade

CRÓNICA 150 DE ISLAMITAS A CRISTÃOS, GUERRAS SANTAS E OUTRAS MORTES 6 SET. 2015

Começo esta ChrónicaAçores com um poema inédito recente:

680 A MORTE DEU À COSTA, 4 SET. 2015

quando o mundo viu aylan kurdi
o menino sírio que deu à costa turca
o sangue congelou em nossos corações
esquecidos doutros anónimos
2500 tantos ou mais sem nome
que morreram naquela e
noutras praias noutros mares
afogados, asfixiados, esfaimados
desidratados, explorados, traficados
fugitivos, refugiados, imigrantes ilegais
adjetivos sem nexo
para quem busca a vida
depois de lhes destruírem o país
de lhes roubarem a vida e os sonhos
nem todos serão muçulmanos
nem todos serão terroristas
mas são todos seres humanos
e nós secamos lágrimas de crocodilo
com desculpas fáceis
e voltará a acontecer
e só alguns chorarão de novo
inédito chrys chrystello

Para a seguir dar alguns factos:

A guerra do Iraque e todas as que seguiram no Médio Oriente resultaram da propaganda falsa sobre a Primavera Árabe cujo petróleo interessava (e interessa sobremodo) aos EUA, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá, Austrália, etc....
Dessas primaveras políticas que de primavera pouco ou nada tiveram, sobram países despedaçados, milhares e milhares de mortos e estropiados e milhares de refugiados e pessoas em fuga das ruínas de suas terras, vilas, aldeias e cidades.
Nascido aparentemente do nada um ISIS, Califado, DAESH, Estado Islâmico ou o que mais lhe queiram chamar, inicialmente concebido e equipado no maior segredo pelos EUA e Israel para lutar, contra sabe-se lá bem o quê, mas que, tal como os seus antecessores Ben Laden, Saddam Hussein e outros tantos, se virou contra o criador numa de Dr Jekyll e Mr Hyde. Bem avisara Ghaddaffi antes de morrer, se me matarem vão sofrer uma invasão de islâmicos, que até agora alimentamos, a quem damos emprego e formação e assim mantemos fechadas as portas de fuga para a Europa...
O quarto facto só surpreenderá os incautos: 0 (leia-se ZERO) refugiados no Catar, Kuwait, Arábia Saudita, etc....
Os EUA e Canadá não receberão nem um terço dos refugiados que a Europa será obrigada a aceitar.... Jovens refugiados irados destruíram um abrigo para refugiados na Alemanha, queixando-se das condições precárias, mas serão mesmo refugiados estes? 15 pretensos refugiados foram detidos pelas

autoridades italianas por terem morto, deitando borda fora, outros refugiados cristãos. Vamos ter de esperar até eles deitarem borda fora os cristãos da Europa....

Excetuando a Noruega, todos os países europeus deixaram construir mesquitas em nome do politicamente correto, mas a Noruega diz que só autoriza quando deixarem construir igrejas nos países muçulmanos...

Há dois anos os muçulmanos (de segunda geração) da Suíça exigiam a retirada da cruz da bandeira suíça....

Há muita gente que confunde religião com outras coisas e não entenderam verdadeiramente o que é isto do islamismo, não como religião, mas como forma política de dominação...afinal o Império Otomano já se finou há um século e poucos se lembrarão...

O 12º facto é o ressentimento que vai existir num país como Portugal com imensa pobreza, sem-abrigo, etc., ao verem estes refugiados a terem casa e o demais (se bem que pagos pela EU) enquanto os próprios nativos são obrigados e emigrar por razões económicas e de trabalho...isto vai dar muito que falar e antes que passem das palavras aos atos vai ser feio....

Há momentos, a diplomata timorense Natália Carrascalão inquiria:

Arisco perguntar, se não há intenções de cumprir o que em tempos ouvimos sobre dois países europeus, ou seja a sua tomada pelos loucos do ÍSIS?

Dito isto, eu que nunca fui politicamente correto, interrogo-me sobre como irão os europeus fazer a triagem entre combatentes infiltrados dos que verdadeiramente fogem. quem está por detrás destas levadas maciças de refugiados e destes barcos todos...?



CRÓNICA 151, PAÍS DIVIDIDO E INGOVERNÁVEL, 11/11/15,
151.1. PAÍS DIVIDIDO

Enquanto escrevo aguarda-se que a múmia (termo usado para designar um péssimo PR) decida como vai ser governado este país dividido.

«Há, na parte mais ocidental da Ibéria, um povo muito estranho: não se governa nem se deixa governar!» Esta frase foi escrita por um general romano em serviço na Ibéria em carta enviada ao Imperador. É atribuída ao General Galba, que teria sido um dos primeiros governadores romanos na península, no séc. III antes de Cristo. ([LER CRÓNICA 66](#))

Tenho amigos de todas as cores do arco-íris e nem por isso deixam de ser amigos, nem isso implica que fique menos amigo por chorarem a queda do governo Passos Coelho, ou por festejarem como um novo abril a coligação do PS, BE e PCP. Há um princípio sagrado que sigo, sempre que posso, há décadas: política não se discute com amigos e família, ponto final. O país está dividido como já estive em 1975 de Rio Maior para cima e para baixo, mas agora mais parece uma divisão futebolística entre o FCP e o SLB (Porto e Benfica para os que não seguem a bola). Todos têm opinião -bem ou mal fundamentada - e desculpem que lhes diga, a maioria dos que têm opinião fazem-me lembrar os "contristas"¹⁸ que sem lerem o AO 1990 falam de factos e fatos, de pactos com patos, cágados e cagados sem jamais terem lido nada sobre as mudanças do AO 1990 e confundindo léxico com ortografia.

A maioria do país descobriu 40 anos depois de abril que nas eleições legislativas não se elegia um governo, mas sim um parlamento...demorou tempo, mas ainda bem que agora já sabem. Depois não percebiam de aritmética e agora já vão tendo umas luzes para saberem que quando não há maiorias o governo se faz com minorias e com alianças parlamentares dos grupos com representação na AR. Ao contrário do que muitos pensam, não há coligações boas nem más, todas valem o que valem re os votos do Páf valem tanto como os dos restantes grupos, gostemos ou não deles.... Até o PAN que quer proibir a águia do Benfica tem voto válido.

Este país onde tive a desdita de nascer e que nada me deu nestes 66 anos de vida, a não ser desgostos e muitos, é um país malformado, mal-educado, malpreparado feito de gente diversa. Os que nasceram mais ou menos bem, como eu, a chamada classe média (alta ou baixa não interessa neste caso, mas já interessou pois no meu tempo eu podia ir para o liceu e os menos iam para as escolas técnicas, comerciais, industriais, ou nem isso...), os trabalhadores, os empresários, os patos-bravos e arrivistas, os corruptos quaisquer que sejam as suas cores políticas (e felizmente para a minhas origens parcialmente transmontanas, nem todos são transmontanos, embora avondem como dizem os galegos), os políticos de aviário que jamais trabalharam um dia nas suas vidas (e muitos tiraram cursos esconsos em universidades dúbias, outros tentaram falsificar esses cursos e outros nem isso) e uma enorme massa humana a que se chama povo.

Ora este povo que tem sido sistematicamente lavado ao cérebro desde tempos imemoriais sem jamais se depararem com grande oposição, por Viriatos, Sertórios, Romanos, Alanos, Suevos, Vândalos, Visigodos Árabes, pela Santa Inquisição delatária que fez de todos os tucas um povo de "bufos", pela Ditadura de má-memória que nos deu 48 anos de belo obscurantismo em troca de alianças de paz com alemães, franquistas, americanos e britânicos para encher os cofres de ouro que não se investiu. É este povo - dizia eu - que nos últimos 40 anos encontrou a liberdade e a confundiu com libertinagem, liderado por gente sábia na arte de roubar (lembram-se dos dinheiros da formação profissional que a Europa mandou para se comprarem carros de alta gama e quejandos?), satisfeito consigo e com essa liberdade que nunca soube interpretar.

Nada aprendeu, entretanto este povo, a não ser substituir o fado, futebol e fátima, por mais fado, futebol e fátima, acompanhado ao som de música pimba e quanto mais ordinária melhor, acompanhado ao som de telenovelas que os fazia sonhar com vidas que nunca teriam pois só existem na tela dos televisores, e mais recentemente inebriado pelo voyeurismo de Casas do Big Brother e da Quinta, onde a depravação e o sexo são a moeda corrente que os mantêm ligados ao televisor, totalmente anestesiados e tão incultos como no tempo do Salazar, embora agora fossem quase todos doutores, engenheiros, arquitetos, e médicos graças à massificação do ensino.

Um povo que nunca cuidou de se educar, de ter formação pessoal e profissional capazes (também os governantes não o queriam, quanto mais incultos mais manipuláveis), sem gosto na sua história, na sua língua e na sua cultura sempre confundida com atividades circenses fossem elas touradas ou futebol. Um povo anónimo como aquela mulher de Ponta Delgada que ontem mesmo dizia "eu não vou lá muito com a cara dele" e assim faz as suas opções políticas, mal dissimulando o seu racismo, xenofobia e preconceitos seculares, porque o putativo candidato a primeiro-ministro é "diferente".

Houve mesmo quem escrevesse no Facebook que ele deveria ir vender chamuças e tandoori, forma dissimulada de lhe chamar monhé... é este povo que vota e assim faz as suas escolhas sobre quem nos vai governar...outros estarão ainda menos informados no seu analfabetismo disfuncional.

Olho pela janela e as brumas não auguram a chegada de nenhum Sebastião, desejado ou não. São apenas brumas, o Sebastião jamais chegará em dias de nevoeiro e mesmo que chegasse não salvaria este país. Está visto, o país partiu quase ao meio. A direita é direita, é direita. Porque sim. São dois quintos. A esquerda é esquerda, é esquerda. Porque sim. São três quintos. O centro, onde eu julguei que estava, desapareceu e agora? Ontem mesmo de Espanha e a propósito da ameaça de independência da Catalunha (lembram-se que Portugal recuperou a sua independência em 1580 por causa da Catalunha perder a dela?) vinha a proposta irónica que a seguir se transcreve.



18 Opositores ao AO 1990

Dado el problema del separatismo catalán que no cesa y con el cual nos machacan continuamente los medios de comunicación, creo que la solución puede ser muy fácil:

Cambiar PORTUGAL por CATALUÑA.

Hace tiempo que hay un movimiento en Portugal que quiere unirse a España...

Pros:

El idioma se entiende mejor que el catalán y se esfuerzan por hacerse entender es más les encanta hablar español.

Ganaríamos en población y en territorio, tendríamos Madeira y Azores para ir de vacaciones, complemento ideal de nuestras demás islas.

Perderíamos Barcelona pero ganaríamos Oporto y Lisboa.

Tendríamos todo el mercado luso-hablante del mundo con sus relaciones comerciales ya encauzadas.

Perderíamos al Barça y al Español pero tendríamos al Oporto y al Benfica...

Perderíamos la butifarra pero ganaríamos el bacalao y el arroz con marisco, además las raciones en los restaurantes son más abundantes y económicas.

Tendríamos más costa y por tanto muchas más playas.

Su folclore es mucho más alegre y entretenido que la sardana.

(Que casi no se mueven para no gastar energía)

P T

Te amo



No se tú... pero creo que ganaríamos mucho con el cambio...

Pásalo si estas de acuerdo.

Dito isto - e acreditem que esta crónica é das mais longas introduções que já escrevi - eu que (desde que deixei de ser monárquico aos 16 anos) sempre me coloquei no quadrante político mais à esquerda que à direita. Isto é comecei por me definir e ainda o sou, um social-democrata à moda da Suécia dos anos 70.

Direi também que comunistas e fascistas não têm grande simpatia ou estima na minha classificação (que me perdoem os bons e muitos amigos comunistas, os outros não perdoem nada pois não imagino ter amigos fascistas, nem estou a ver quem possam ser, a menos que sejam da família e como todos sabem a família não se escolhe, nasce-se com ela como com um fato à medida, que depois quando a gente cresce pode sempre ir a um pronto-a-vestir e mudar de fato).

Há, no entanto, coisas que aprendi na minha Austrália e das quais não abduco, são princípios sagrados, dos poucos que ainda me restam neste mundo que definitivamente já não é o meu.

Acredito numa democracia participativa e aceito o voto da maioria mesmo que seja estúpida, iletrada e portuguesa.

Acredito que o mérito é a única unidade de valor que interessa e não o compadrio, a cunha, o senhor doutor parolo da sociedade em que cresci.

Acredito que um país só é governável quando os que o governam se governam apenas pelos superiores interesses do país e não pelos interesses do partido, dos amigos e demais associados corruptos e "boys and girls" nos seus "tachos".

Se é corrupto, julgue-se, prenda-se e deite-se a chave fora. Os corruptos não têm reabilitação possível, mas obriguem-nos a trabalhar e a produzirem algo para a sociedade nem que sejam caixas de fósforos (esqueci-me de que já não se usam...pode ser, sei lá telemóveis, limpar matas, arar campos desertos, reabilitar casa devolutas...há tanto para fazer e poucos para o fazerem).

Acabem com as reformas milionárias não merecidas nem com descontos que as justifiquem. Todos devem contribuir com descontos para a reforma iguais aos que o estado deve colocar em fundos especiais, mas sem os meterem em fundos de especulação.

O RSI - rendimento de inserção social ou mínimo, como quer que se chame hoje em dia - deve sempre contribuir para bonificar os que mais precisam que o devem retribuir em trabalho para a sociedade na medida das suas possibilidades e não para ficarem em casa a ver televisão.

Uma obra não pode ter derrapagem de custos, devem ser responsabilizados os culpados e indemnizado quem merecer ser.

As viaturas de estado devem ser reduzidas a um mínimo indispensável para o normal funcionamento dos serviços e não para a brutal ostentação inútil que se assiste em qualquer autarquia, repartição pública, ministerial, etc. Na Austrália deslocava-me nos transportes públicos juntamente com membros do parlamento, ministros, etc....e os parentes deles nunca estiveram na lama...A justiça deve ser célere e sem prescrições... Estado Social sim, mas com regras e inspeções: vejamos este exemplo a que assisti quando cheguei da Austrália, as casas sociais perto da minha no Porto, onde viviam pessoas sem posses, estavam todas com antenas parabólicas e carros melhores que o meu...isto em grupos familiares que não tinham rendimentos. Essas pessoas comiam diariamente nos cafés e restaurantes, coisa que eu não podia a não ser excecionalmente, algo me diz que a distribuição era injusta.

A minha ética é o trabalho e se hoje vivo a trabalhar "pro bono (graciosamente)" nos colóquios da lusofonia e suas atividades paralelas, fiz uma opção que não me remunera materialmente, mas me dá o prazer que o trabalho pago nunca me deu. São opções que não imponho a ninguém e desejo que respeitem.

Quando trabalhava por conta de outrem dei sempre mais do que recebi, fosse na função pública ou na privada. Raramente vejo isso nas pessoas que me rodeiam, exceção seja feita à mulher que me aceitou a meio da vida e a uns tantos e tantas que conheço e representam a exceção. O restante, na sua maioria (falo dos professores agora), são uma desgraça para a profissão. Deveriam ser expulsos se houvesse sistemas de mérito na progressão de carreira e verificação de competências. São professores porque não podiam ser mais nada e não pela sua dedicação à nobre e decadente arte de ensinar). Entendo que o trabalho deve ser justamente remunerado e a carreira deve ter progressão de acordo com o trabalho desenvolvido e tudo é mensurável.

Na Austrália todos os funcionários públicos eram avaliados assim e progrediam graças ao mérito apenas. Era um sistema mais justo, as sugestões dos funcionários iam até aos ministros que muitas vezes eram forçados a mudar as normas "Top Down" pois não funcionavam na prática e ninguém melhor do que aqueles que estão na linha da frente para avaliar o impacto das mesmas. Aqui, qualquer norma é sempre rejeitada pois ninguém quer mudar nem ter mais trabalho, os funcionários públicos regem-se pela lei do menor denominador comum ou do menor trabalho útil.

O parlamento britânico tem condições mínimas para funcionar labora melhor que o português, sem computadores, nem gabinetes, nem telefones nem toda a parafernália eletrónica da Assembleia da República. Na Suécia os deputados de fora têm direito a um miniapartamento de frugal conforto que é tudo o que necessitam. Cá, há subsídios, mordomias, eu sei lá...o maior escândalo em Lisboa são os preços do caviar e do champanhe, quase gratuitos, no bar da Assembleia. Isto sem falar dos carros de luxo e das viagens em classe executiva. Lá na Austrália os transportes públicos são para todos e assim diariamente viajavam comigo ministros e altos funcionários do governo estadual sem que os parentes caíssem na lama.

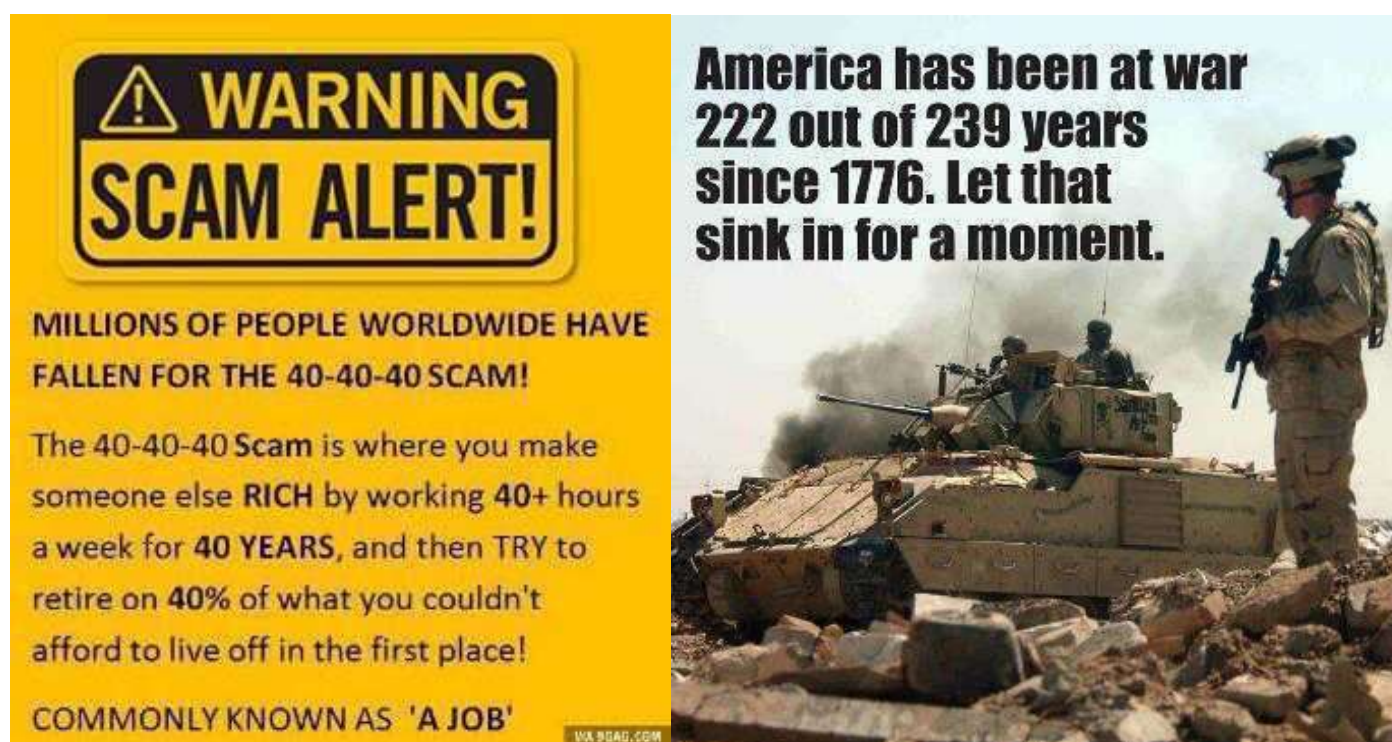
Por Portugal jamais esquecerei a cena ridícula dos ninjas que acompanharam (o então mais breve primeiro-ministro da História recente de Portugal) Pedro Santana Lopes para o protegerem de ameaças, quando foi numa visita relâmpago de 48 horas, (2004 ou 2005) a Bragança, com carros blindados, a guiarem na contramão para o levarem à Estalagem de São Bartolomeu onde estava alojado, ... uma cena à faroeste....

Ora, como todos sabem, Bragança é um coio de terroristas do ISIS e Al-Qaeda. Ali ninguém se desloca sem batedores da polícia, guarda-costas e secretas como se fossem o presidente dos EUA ou de Angola... vá lá o diabo tecê-las e serem atingidos por uma alheira, butelo ou – quem sabe? – uma posta mirandesa.

Dito isto falta tecer algumas considerações aos últimos quatro anos de tortura do governo português em funções, manietado pela banca internacional de agiotas que tenta reger o planeta e indo ainda para além das exigências da troica e do FMI, sem cortar um avo que fosse aos privilégios dos governantes, aos desmandos da banca e a outras benesses. Se ao menos desse período tivéssemos a certeza de ir ficar melhor o país e as gentes, ainda se compreendia o esforço, mas sabemos, de antemão, que de nada servirá e tudo continuará na mesma.

Tudo à custa das classes trabalhadoras, a quem se retiraram direitos, feriados, salários, a quem se congelaram salários e pensões, se reduziram todos os benefícios arduamente conquistados depois das longas trevas da ditadura, de promessas nunca cumpridas e de aumentos exagerados de impostos aumentando o fosso entre ricos e pobres, condenando milhares de portugueses a emigrarem, despovoando ainda mais um país envelhecido, reduzindo a quantidade de pagantes de impostos enquanto se aumentavam o número de milionários por meios obscuros e indignos para não dizer ilegais. Que o digam a Porsche e a Ferrari.

Ora este governo insensível que liderou Portugal nos últimos 4 anos entreteve-se a dar ao desbarato (em troca de luvas e outras benfeitorias) tudo o que era nosso e tinha algum valor para os estrangeiros cobiçarem, há pouco de Portugal nos produtos portugueses. Quase tudo que leve o nome português pertence a estrangeiros. Se as joias da coroa fossem bem vendidas ainda se admitia essa privatização, mas dar ao desbarato coisas que todos nós pagamos exorbitantemente é um crime de lesa-pátria.



Primeiro começava-se uma campanha contra a ineficiência de qualquer bem a vender, cortavam-se os meios de terem lucros e de funcionarem e depois entregavam-se de mão beijada aos amigos e aos que mais luvas pagavam. Foi assim com a EDP, REN; TAP; etc., ficou a ponte Vasco da Gama, a torre de Belém e os Jerónimos e pouco mais, e mesmo esses iriam a seu tempo ser vendidos, que disso não me restam quaisquer dúvidas.

Escravidado desta forma o povo português vendido a chineses e a outros, cada vez tinham menos serviços, menos saúde, menos justiça, menos educação e mais facilmente se manipulavam, aceitando caridadezinha que era apanágio dos tempos de Salazar. Um quarto da população vive em níveis de pobreza extrema, aumentaram os sem-abrigo, os destituídos, e sobretudo e isso não perdoo, hipotecou-se a ESPERANÇA.

Sim, sei que sou um poeta, utópico e idealista, individualista, hedonista, mas se há coisa que não perdoo foi roubar A ESPERANÇA às novas gerações. Nem Salazar conseguiu isso fazer à minha geração, pois havia a guerra colonial, havia um regime decrépito, mas tínhamos a ESPERANÇA e agora os meus filhos não têm isso nem sabem o que é, dado que foi hipotecado o futuro deles e dos filhos deles. Como bom poeta anárquico sempre podia desejar o caos absoluto, após moi le déluge, diria mesmo, um terremoto maior do que o de 1755 para reconstruir o país todo do zero, mas isso era improvável. Sonho com isso desde os tempos de Liceu...

Assim temos de nos contentar com esta aliança da dita esquerda, dizem-me que é contranatura, mas não era contranatura o que estavam a fazer ao país? Vender o país a retalho sem mexer nos privilégios dos ricos e poderosos? Mandar sempre a fatura aos mesmos? Fazer o povo pagar os erros dos bancos em vez de se fazer como na Islândia onde se prenderam os banqueiros e se venderam os bancos para reembolsar os que foram vigarizados por eles? Sou europeísta e acreditei no sonho dos fundadores da Europa como solução para um continente que assistiu a séculos de guerras incessantes como inúteis que sempre foram, mas não votei numa Europa manietada pelo grande capital agiota para nos retirar a liberdade e a soberania.

Não é essa a Europa a que quero pertencer, uma fortaleza anti-imigração que se deixa corroer de dentro pelo avanço do islamismo fundamentalista sonhando com islamismos moderados que ainda não existem. Uma Europa que vê primaveras árabes ao fundo do túnel do petróleo e com isso faz desabar ditadores e abre escancaradamente as portas a uma emigração que mais ninguém vai conter a não ser pela força das balas e dos naufrágios inúteis no mar mediterrâneo. Uma Europa aliada dos EUA a formar e a armar grupos como a Al-Qaeda, ISIS que depois fogem ao seu controlo para se tornarem em vilões como Saddam, Bin Laden e outras invenções americanas.

Nunca acreditei na troica e no FMI como forma de resolverem os problemas de nenhum país, dada a experiência que tinham em destruir países e condenar povos à miséria escravagista do capitalismo selvagem. A austeridade nunca foi receita para ninguém, nem faz crescer as economias para darem mais lucros aos agiotas. Ao contrário dos meus amigos neoliberais sou contra toda a austeridade imposta de fora, mas não sou contra o rigor, nem sou contra o despesismo balofo, a ostentação, o novo-riquismo. Sabido isto congratulei-me com a moção de ontem que fez cair o governo minoritário Páf... que caiu com um puf...esvaziando a sua sobrançeria e a quem dediquei esta adaptação de um célebre soneto do vate Luís Vaz de Camões:

Coligação pouco gentil, que te partiste
Tão cedo deste desgoverno descontente
Repousa lá no inferno eternamente
E viva eu cá na terra jamais triste.
Se lá do assento abrasador, onde caíste
Memória desta tortura se consente
Não te esqueças do ódio ardente
Que devotaste ao povo que nunca viste.
E se vires agora que pode merecer-te
Alguma coisa a dor que nos causaste
Da mágoa tão atrasada de perder-te
Roga a deus que teu governo encurtou
Que tão cedo não vá de volta a ver-te
Quão tarde de meus olhos vos levou

JCC 10/11/15

Esqueci-me de dizer que também já não acredito nessas tretas de direita e esquerda, pois não creio em nenhum político honesto (é como acreditar numa prostituta virgem!), nem imagino que este novo governo possa fazer grande coisa (não o deixarão os magnatas agiotas) mas teve a vantagem de, por momentos, nos restituir a ESPERANÇA e para um poeta é essa a força que alimenta a vida.

Quanto ao resto quero é que os corruptos sejam condenados e presos, que o sistema bancário mundial seja rapidamente aniquilado...

Não, não me entendam mal, eu até acredito no capitalismo, mas mais à moda antiga, aquele que investe os lucros para criar maior riqueza para todos, como dantes acontecia.

Pelo que vi do comunismo há sempre uns mais iguais que outros. Ainda acredito numa social-democracia à moda sueca dos anos 70, que era assim que se imaginava o socialismo à portuguesa, onde o estado complementa a iniciativa privada e a liberdade individual em vez de a tolher com normas estúpidas como o tamanho dos tomates ou dos chicharos. Ainda acredito no ensino universal e gratuito para todos os que tiverem valor e não para os que querem apenas o canudo e o axíónimo Dr. ou Eng.º ou quejandos.

Acredito que qualquer país só pode evoluir quanto mais culta for a sua massa populacional, eu disse culta, não disse com canudos de Bolonha...

Acredito em qualquer país que gaste mais no orçamento da cultura do que na defesa, acredito em qualquer país que preze a sua história e a preserve seja através da recuperação dos seus monumentos e tradições orais ou qualquer outra forma que não sejam touradas e demais falsas culturas circenses...caso contrário que volte o autêntico e original circo de Roma com muitos leões para lá deitarmos os nossos políticos na arena.

Quanto a guerras determino que em vez de mandarmos a nossa juventude para a guerra devemos estabelecer normas de duelo entre os políticos dos países beligerantes, podendo estes escolher as armas, sejam elas luta livre, corpo-a-corpo ou xadrez.

Com ESPERANÇA posso voltar a sonhar e sem sonhos a vida não merece ser vivida.

CRÓNICA 152, ABATERAM OS CÃES RAIVOSOS, MAS NÃO ABATERAM A RAIVA II, 14/11/2015. NOVA VERSÃO, CRÓNICA 144

E onze meses depois aqui estou a escrever de novo as mesmas palavras: **ABATERAM OS CÃES RAIVOSOS, MAS NÃO ABATERAM A RAIVA**. Depois de 13/11/2015 a Europa não mais será a mesma se os europeus quiserem...caso contrário e se continuarem a não saber lidar com o ISIS, DAESH ou estado islâmico, como devem, este será apenas mais um episódio depois da queda há semanas do avião russo, do atentado em Beirute há dias com 43 mortos e dezenas de feridos e este atentado de Paris.

Sempre me senti diferente, mas hoje tenho ainda mais vergonha de ser humano...vivo num mundo cada vez mais monstruoso e iníquo...este mundo já não é o meu...estou rodeado por tudo aquilo que abomino: violência, morte gratuita, a vida sem valor...pergunto-me, em que é que errei? Erramos todos e a minha vida de nada serviu para continuar a assistir à barbárie.

Quando os EUA começaram a criar monstros como Saddam, Bin Laden, ISIS, EI e a acreditar na história da carochinha (perdão da primavera árabe com cheiro a petróleo) despoletaram aquilo que Kadhafi sempre avisara e não há fronteiras que resistam a tantos terroristas e fundamentalistas, e quanto mais a Europa erguer muros mais terroristas atravessarão esses muros, pois eles vivem já dentro da própria Europa, nasceram lá.

Por que não meto a bandeira tricolor de fundo no Facebook? É simples não o fiz antes em nenhuma das catástrofes da Nigéria, do Líbano, da Síria, do Iraque, da Ucrânia e de tantas, tantas, tantas outras que nem me lembro de todas, podia começar pela Hungria nos anos 50, a Checoslováquia nos anos 60, Allende em 73, o genocídio de Pol Pot e de Timor e os que se seguiram que não haveria espaço para tanta bandeira. Depois tinha de incluir a maior parte dos países que os EUA invadiram...e quase que esgotava as bandeiras do mundo.

Afinal nasci no pós-guerra e seis décadas e meia depois continuo a ver metade do mundo em guerra, vejo a Europa a desmoronar-se como previ há muitos anos, o mundo ocidental cai que nem o Império Romano e os poucos princípios que me restam são vilipendiados dia após dia em todas as partes do mundo. Nasci numa época de esperança em dias melhores, na adolescência havia a esperança de ver cair o Estado Novo, vivi a esperança de um mundo multicultural na Austrália e hoje não encontro a esperança de que preciso para estes últimos anos de vida.

Fui sempre contra todas as formas de violência durante toda a minha vida e dou comigo a desejar mentalmente a violência para acabar com a violência absurda que nos rodeia. Estou aliás convicto, como o general Ramalho Eanes, de que é a única forma de terminar com este pesadelo jihadista. Mas sei que depois deste, outros virão. Acabaram com os gulags soviéticos, mas depois outros vieram e criaram Abu Grahیب e Gitmo (Guantánamo). Reinventaram novas formas de matar e torturar enquanto eu sonhava ainda que as pessoas podiam se amar. Espero poder continuar a sobreviver e continuar a sonhar... o original pode ler-se em [Crónica 144](#)

19 Do latim Egeria -, mitologia, «Egéria», conselheirasecreta de Numa Pompílio, rei de Roma, 714-671 a. C.

Egeria, conhecida também como Echeria, Etería, Aetheria e Etheria, foi a autora dum livro de viagens no século IV. Tudo parece indicar que nasceu na Galécia, "nas ribeiras mais afastadas do oceano ocidental", segundo documentos do século VII, embora (ao se perder a primeira parte da sua obra) haja autores que situem o seu nascimento na Aquitânia.



1640

Chegou o momento de dar voz a outros nestas crónicas e esta de António Garrochinho é bem esclarecedora e desconhecida pela maior parte dos professores e dos alunos deste país....

PUBLICADA POR ANTÓNIO GARROCHINHO QUINTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2015. A RESPEITO DA NOSSA HISTÓRIA TEMOS MUITAS IDEIAS FEITAS QUE NÃO CORRESPONDEM À VERDADE, MAS AS SOBRE AS QUAIS ASSENTA A IMAGEM QUE TEMOS DO PAÍS. DESCUBRA-AS NA ÍNTEGRA. (CONFIRA, EM BAIXO, A EXPLICAÇÃO DETALHADA SOBRE CADA MENTIRA)

153.1.1. MENTIRA N.º 1 -PORTUGAL É UM PAÍS DE BRANDOS COSTUMES

Não é verdade. Só nos séculos XIX e XX, contam-se por milhares os mortos em guerras civis e revoluções. Foi o Estado Novo que inventou o chavão, numa operação de ação psicológica. Naquela manhã de céu azul, a capital acordou ao som do canhão.

Erguiam-se barricadas, o vizinho lutava contra o vizinho, com soldados pelo meio e bandeiras nacionais de ambos os lados. Ao final do dia, muito sangue tinha corrido nas valetas e contavam-se uns 200 mortos e mais de um milhar de feridos. Este quadro não diz respeito a um país distante nem a uma época remota do passado. Aconteceu há menos de cem anos, no dia 14 de maio de 1915. Em Lisboa, capital de Portugal. Num país de "brandos costumes".

Se mais exemplos não houvesse, este bastaria para derrubar a tese da "brandura" dos nossos hábitos e procedimentos, posta a circular pelo Estado Novo salazarista. Mas as demonstrações de aspereza de costumes podem multiplicar-se até à exaustão.

Comecemos pelo caso acima referido. O levantamento de maio de 1915, liderado pelo grupo dos chamados "Jovens Turcos", dirigia-se contra a "ditadura" de Pimenta de Castro, um general mandatado três meses e meio antes pelo presidente Manuel de Atriaga para governar com o Parlamento encerrado. Jovem Turquia era o nome de uma loja maçónica de que faziam parte políticos, civis e militares. O seu objetivo de repor a plena vigência da Constituição de 1911 seria alcançado, levando à imediata transmissão dos poderes para uma Junta Constitucional composta por cinco "jovens turcos", todos afetos à entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, uma medida preconizada por Afonso Costa, o líder do Partido Democrático.

153.1.2. LINCHAMENTO DE UM SENADOR

No dia 17, esta junta preparava-se para transmitir por sua vez o poder a um novo Governo, que seria chefiado pelo dirigente do PD, João Chagas. Porém, nesse mesmo dia, Chagas era atingido a tiro num olho pelo advogado e senador João José de Freitas, quando se encontrava na estação ferroviária do Entroncamento, dentro do comboio que o transportava do Porto para Lisboa. Chagas ficou parcialmente cego e Freitas foi ali mesmo linchado por um grupo de populares de que fazia parte um soldado da GNR. Brandos costumes?

Poucos anos antes, nos dias 4 e 5 de outubro de 1910, a revolução que derrubara a Monarquia e implantara a República fizera, também em Lisboa, entre 60 e 70 mortos e cerca de 500 feridos. Tinham sido erguidas barricadas na Rotunda (Marquês de Pombal) e um cruzador bombardeara o Palácio das Necessidades, onde o jovem rei D. Manuel II jogava o bridge com alguns cortesãos. Um dos obuses da Rotunda, disparados no enfiamento da Avenida de Liberdade, pegou fogo a um prédio. As (poucas) forças leais à Monarquia, comandadas por Paiva Couceiro, investiram primeiro pelo lado de Campolide, e depois a partir do alto do Torel. O Rossio era um acampamento de soldados, com as armas ensarilhadas.

O rei, a mãe e a avó passariam a noite em Mafra, de onde seguiriam para a Ericeira para embarcar rumo ao exílio.

Automóveis com revolucionários dentro perseguiram-nos ainda pela estrada do Sobreiro.

153.1.3. REI E PRESIDENTE ASSASSINADOS

D. Manuel II, de 20 anos, sucedera 32 meses antes ao pai, D. Carlos, assassinado em pleno Terreiro do Paço a 1 de fevereiro de 1908. A meio da tarde desse dia, sob um pálido sol de inverno, o penúltimo rei de Portugal e o príncipe Luís Filipe, herdeiro do trono, tinham sido assassinados a tiro quando seguiam num landau, pouco depois de terem desembarcado do vapor do Barreiro, no regresso do palácio de Vila Viçosa. O eco dos disparos de Manuel Buiça e Alfredo Costa, dois membros da sociedade secreta Carbonária, abalou a vida política nacional e anunciou para breve o advento da República, mas o regicídio foi considerado na altura pelos lisboetas quase como algo de natural. Sabe-se agora que se tratou de um plano articulado, que envolvia além dos carbonários muitas outras pessoas, algumas altamente colocadas. Numa reportagem publicada pelo New York Times em julho desse ano lia-se:

"Diz-se que a rainha Amélia reconheceu num dos assassinos um proeminente líder político, mas guarda firmemente o seu segredo."

Implantada a República, em 1911 e 1912 grupos de monárquicos exilados em Espanha entraram em pé-de-guerra pelo norte de Portugal, cercando vilas, investindo aldeias, aliciando camponeses e pastores para a causa derrotada.

Depois, entre 1915 e 1925 foram numerosos os movimentos militares em defesa da República democrática ou contra ela. Um dos golpes triunfantes, o de Sidónio Pais, inauguraria no final de 1917 um ano de ditadura que terminaria com a morte a tiro, na Estação do Rossio, daquele a quem Fernando Pessoa chamara Presidente-Rei. Era o segundo assassinio de um Chefe de Estado português em menos de 11 anos, depois do regicídio que vitimara D. Carlos.

153.1.4. UMA GUERRA ESQUECIDA

Ainda os tiros que tinham vitimado Sidónio ecoavam no Rossio, e já na outra ponta da linha férrea que dali partia no Porto era restaurado o regime monárquico. Em Lisboa, os republicanos formaram um executivo obedecendo à Constituição de 1911, mas as Juntas Militares conservadoras não se conformaram e exigiram "um governo de força". Contavam para isso com o apoio dos civis que giravam em torno do Integralismo Lusitano, de extrema-direita. O deposto rei D. Manuel II não só acompanhava tudo com a máxima atenção a partir do seu exílio inglês como dera mesmo luz verde à movimentação monárquica. A ideia dos insurretos era estender as suas movimentações a todo o País, mas as Juntas Militares de Lisboa mostraram-se divididas. Porém, a 22 de janeiro de 1919 uns 70 monárquicos hasteavam a bandeira azul e branca na antena telegráfica do alto de Monsanto. Ali acabariam por ser cercados e desfeiteados por militares e civis leais à República. Mas não terminou aqui a guerra civil de 1919. Só a 13 de fevereiro, depois de combates no litoral centro do País, é que as forças republicanas entraram na Invicta e puseram termo à efémera Monarquia do Norte.

153.1.5. OS CRIMES DA NOITE SANGRENTA

A barbaridade maior estava, no entanto, para vir. Na noite de 19 de outubro de 1921, uma pequena camioneta de caixa aberta tripulada por marinheiros e soldados da GNR foi recolhendo em suas casas o chefe do governo e outras figuras destacadas da vida política. Um a um, estes foram depois abatidos a tiro na rua, no meio de insultos e sevícias. A data ficou conhecida por Noite Sangrenta e o veículo por Camioneta Fantasma. Os sublevados, chefiados pelo cabo marinheiro Abel Olímpio (alinhado de Dente de Ouro), assassinaram o primeiro-ministro António Granjo, o antigo herói da Rotunda, Machado Santos, o ex-ministro da Marinha e ex-presidente da Câmara de Lisboa Carlos da Maia e outras figuras destacadas. O que está por detrás da Noite Sangrenta pode ter sido a demissão de Liberato Pinto da chefia do Governo e do comando da GNR, mas falou-se também de conspiração monárquica. A hipótese de se ter

tratado de uma movimentação orquestrada na sombra por setores do Partido Democrático também é plausível: este partido, dominante ao longo dos 16 anos da Primeira República, ter-se-ia assim vingado de inimigos políticos. Recentemente, uma peça de teatro e uma série de TV vieram acrescentar dados a esta tragédia, mas as explicações são sempre orientadas pelo posicionamento ideológico dos autores.

153.1.6. 'LOUCOS' ANOS 20

Depois de mais uma série de tentativas frustradas de revolução, normalmente com mortos e feridos, em 1926 seria instaurada uma ditadura que duraria 48 anos. Mas mesmo o triunfo da extrema-direita não foi pacífico, já que as fações militares se digladiaram a tiro ao longo dos meses de maio e junho. Nos primeiros anos da ditadura, os "velhos republicanos" tentaram ainda inverter a situação, e houve mais vítimas nos combates de fevereiro de 1927, que se estenderam do Porto a Lisboa. No final dos confrontos, que as tropas da ditadura venceriam, contavam-se 70 mortos no Porto e 50 em Lisboa, além de milhares de feridos nas duas cidades. Passados quatro anos, e já com a ditadura solidamente instalada, houve um estertor do chamado "Revirvalho", agora na Madeira e nos Açores. E em 1936, com Salazar sentado no poder, revoltaram-se no Tejo os marinheiros de dois navios de guerra, acabando o canhoneio do forte de Almada por fazer dez vítimas mortais. O grosso dos marujos revoltosos iria "inaugurar" involuntariamente o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, um inferno tropical criado por um regime que usava um tom paternalista para impor a sua "verdade" indiscutível, e cuja polícia política (sucessivamente chamada PVDE, PIDE e DGS) prendia, torturava e fazia desaparecer opositores com toda a facilidade em nome dos "brandos costumes".

153.1.7. UM AGITADO SÉCULO XIX

Muito antes de tudo isto, ao longo do século XIX, sucederam-se as lutas civis -com batalhas e numerosas vítimas e as revoluções. Primeiro, logo após o curto fogacho liberal de 1820, a grande guerra que opôs os absolutistas de D. Miguel aos constitucionalistas de D. Pedro, e em que participaram navios e mercenários estrangeiros (1832-1834). Depois, a revolução de setembro de 1836 e, na década seguinte, uma nova guerra civil com intervenção exterior a Patuleia. Perto do final do século, a tentativa frustrada de revolução republicana, no Porto, deixou estendidos na Rua de Santo António uma dúzia de mortos e quatro dezenas de feridos. Não vale a pena recuar mais no tempo para demonstrar que os costumes portugueses nunca foram brandos. Se o fizéssemos, seria apenas para recordar os clarões sinistros das fogueiras da Inquisição ou para lembrar os múltiplos linchamentos na rua de pessoas suspeitas de "jacobinismo", durante as Invasões Francesas de há 200 anos. Ou ainda, na mesma época, o esartejamento do general Bernardim Freire de Andrade quando, em Braga, ordenou o recuo estratégico das milícias para o Porto. Foi para contrabalançar esta tradição portuguesa da violência política que o Estado Novo criou o estereótipo do "país de brandos costumes". A cabeça das pessoas "faz-se", e o regime ditatorial dispôs de quase meio século para moldar ao seu gosto pelo menos duas gerações.

153.2. MENTIRA N.º 2 - O NOSSO PAÍS FOI O PRIMEIRO A ABOLIR A PENA DE MORTE

Foi dos pioneiros, mas não foi o primeiro. À nossa frente vêm, por exemplo, a Venezuela, San Marino e o Estado norte-americano do Michigan. Está enraizada no nosso espírito a ideia de que fomos os pioneiros da clemência. É verdade que nos encontramos no pelotão da frente, entre os primeiros a abolir a pena capital, mas houve quem chegasse antes de nós à conclusão de que ninguém tem o direito de ceifar a vida a outrem, seja a que pretexto for. A Venezuela aboliu a pena de morte em 1863, quatro anos antes de Portugal, e antes de nós cortarmos a meta tinham-no feito ainda o ducado italiano da Toscana, em 1786, e o minúsculo São Marino, em 1865. Pode dizer-se, isso sim, que Portugal foi o primeiro Estado a inscrever essa proibição na Constituição. Mas pode também recordar-se que um soldado português foi fuzilado em 1917, na frente de combate da Primeira Guerra Mundial. Foi na sessão parlamentar portuguesa de 10 de março de 1852 que um deputado do partido governamental propôs a abolição da pena de morte para todos os tipos de crimes e, consequentemente, a abolição do "hediondo ofício de carrasco".

Governava então Saldanha, do Partido Regenerador. A proposta foi bem aceite ali na hora e acabou por levar a assinatura de vários proponentes, mas a verdade é que acabou por não reunir o consenso necessário para a sua aprovação, nem naquela sessão legislativa nem na do ano seguinte. A abolição da pena de morte para todos os crimes à exceção dos militares acabaria, no entanto, por ser aprovada em 1867, concretamente no dia 1 de julho (o que nos mostra que naquele tempo em que ninguém ia a banhos, também não havia férias legislativas...). O carrasco ficou, pois, desempregado, já que, a haver "queixas" poderosas contra algum militar, este seria fuzilado por um pelotão de execução. E a coisa manteve-se assim até março de 1911, já no tempo da República, quando o Governo de João Pinheiro Chagas decidiu que a abolição fosse extensiva aos militares.

Só que, entretanto, rebentava a I Guerra Mundial, e Portugal entrava no conflito, razão considerada suficiente para a pena ser reintroduzida, embora apenas "em caso de guerra com país estrangeiro" e desde que cumprida no teatro de operações. A coisa foi levada à letra, e efetivamente um soldado português seria mesmo fuzilado junto das trincheiras da frente de batalha, em setembro de 1917.

Acusado de espionagem, João Augusto Ferreira de Almeida, do Corpo Expedicionário Português, não regressou para contar o processo sumário de que fora objeto. O episódio nunca viria a ser totalmente esclarecido, nem se sabe se Ferreira de Almeida passava mesmo informações aos alemães (coisa difícil de concretizar, mesmo admitindo que tivesse acesso a matéria confidencial, o que é duvidoso), mas não restam dúvidas de que o fuzilamento se efetuou, talvez para fazer passar junto dos aliados franceses e ingleses a ideia de um exército bem organizado.

De qualquer das formas, a abolição total da prática execrável apenas entraria novamente em vigor, espera-se que definitivamente em 1976, depois do 25 de abril. A título de curiosidade, registre-se que a última execução de um civil tivera lugar em Lagos, em abril de 1846, e a de uma mulher remontava já a 1772. Resumindo: alguns países anteciparam-se a Portugal na abolição da pena capital, inclusive o Michigan, um dos Estados que formam os EUA, nação onde, como se sabe, a injeção letal e outros métodos equivalentes de ceifar a vida alheia continuam a ser aplicados em muitos recantos.

153.3.1. MENTIRA N.º 3 - A INGLATERRA É A NOSSA VELHA ALIADA

Aprendemo-lo na escola e gostamos de o recordar de vez em quando, mas essa aliança há muito que só funciona num sentido: o dos interesses britânicos. Estamos afetivamente ligados a diversos outros países. O Brasil vem, sem grandes hesitações, à cabeça: é o "país irmão", expressão escolhida para não se utilizar a de "país filho", talvez ridícula se atendermos a que o "filho" seria...quase cem vezes maior do que o "pai". Mas logo a seguir surge, historicamente, a Inglaterra. Sim, porque a "paixão" agora quase generalizada pelos Estados Unidos da América é recente, não mais velha do que duas ou três décadas.

E a Espanha? Bom, esse é um fascínio recente; basta lembrar que durante séculos não vinha de lá "nem bom vento nem bom casamento" e que argumento definitivo! se Portugal existe como Estado é, precisamente, por oposição dinâmica ao vizinho mais vasto e mais poderoso. Mais poderoso sempre foi, embora nem sempre tenha levado a melhor nos confrontos diretos ibéricos.

O mais gostosamente recordado de todos os choques luso-espanhóis foi e continua a ser a batalha de Aljubarrota, que opôs portugueses e castelhanos ao entardecer do dia 14 de agosto de 1385, fez agora há dias 626 anos. E aí, Portugal venceu em toda a linha, garantindo a sua independência, então seriamente ameaçada, motivo pelo qual a façanha é tão lembrada. Em contrapartida, o espanhol comum nem sabe que tal batalha existiu e não admira, pois, os livros escolares não se referem a ela. Tratava-se de impedir que Juan I de Castela se sentasse no trono português, coisa a que ele se sentia com direito por ser casado com a filha única do falecido rei D. Fernando, o Formoso. Enquanto a maior parte da nobreza apoiava o pretendente castelhano, um grupo de inconformados, liderado por D. João, Mestre da Ordem de Avis e filho bastardo de D. Pedro I (ou seja, meio irmão de D. Fernando) decidiu opor-se-lhe, com a cobertura da burguesia nascente e do povo das cidades, sobretudo de Lisboa. A verdade é que estes "marginais" (como hoje se diria) venceram um inimigo cinco vezes superior em número.

Mas não o fizeram sozinhos: ao lado dos 6 700 portugueses comandados pelo condestável Nuno Álvares Pereira combateram uns 300 arqueiros ingleses, que para cá se deslocaram ao abrigo de uma aliança assinada pouco antes, em 1373, quando reinava em Portugal D. Fernando e em Inglaterra Ricardo III. Algumas centenas de arqueiros parece pouco, mas não é assim, se levarmos em conta que os long bows por eles utilizados eram uma arma temível. Depois da batalha, o duque de Lancaster, John of Gaunt, reconfirmou a aliança e cedeu a mão de sua filha Philippa ao Mestre de Avis, já proclamado Rei de Portugal nas Cortes de Coimbra.

A inglesinha era a nossa bem conhecida D. Filipa de Lencastre (Lancaster), que seria mãe do Infante D. Henrique e dos seus irmãos, registados na História por Ínclita Geração. A ajuda da Inglaterra no quadro da Guerra dos Cem Anos, que então lavrava na Europa e opunha os insulares à aliança franco-castelhana foi importante, mas os soldados enviados por Londres não se foram embora sem antes terem praticado saques em diversas povoações portuguesas, como nos conta Fernão Lopes. Hoje, chamar-lhes-íamos hooligans.

153.3.2. MENTIRA N.º 3 - A INGLATERRA É A NOSSA VELHA ALIADA

Cerca de duzentos anos mais tarde, em 1578, quando outro rei espanhol, Filipe II, se achou também com direito ao trono português, os ingleses voltaram para nos ajudar, mas dessa vez a coisa não correu bem.

Tratou-se de uma força militar enviada pela rainha Isabel I em socorro de D. António, prior do Crato, quando este pretendente ao trono de Portugal se batia contra os exércitos de Filipe II.

A Inglaterra e a Espanha travavam então nos oceanos uma guerra sem quartel. Essas tropas isabelinas, transportadas numa esquadra comandada pelo famoso corsário Sir Francis Drake, desembarcaram em Peniche, apoderaram-se do forte e, com o duque de Essex à frente, iniciaram a marcha para Lisboa.

Enquanto isso, os ágeis galeões de Drake posicionavam-se diante de Cascais, para bloquearem a barra do Tejo. À capital portuguesa, já ocupada pelas forças espanholas do duque de Alba, iam chegando, entretanto, notícias acerca do avanço dos aliados ingleses, ou seja, dos "amigos de Peniche". E não eram nada animadoras, já que os soldados de Essex, verdadeiros hooligans como os seus antepassados de 1385, se dedicavam ao saque das povoações que encontravam pelo caminho: Lourinhã, Torres Vedras, Loures...

Chegados aos arredores de Lisboa, os ingleses, que não traziam artilharia, esbarraram contra uma muralha de fogo espanhola. Ao que parece, vinham a contar com o levantamento da população alfacinha, o que não aconteceria por receio da feroz repressão dos ocupantes. E não tardou que os ineficazes aliados do prior do Crato tivessem de retirar, deixando atrás de si uma recordação triste, mas duradoura: a do fraco comportamento dos "amigos de Peniche".

Anos mais tarde, Sir Francis Drake voltaria a Portugal, mas...para bombardear Faro e saquear o Algarve. Explicação: a união política de Portugal com a Espanha fazia de nós inimigos dos ingleses. E foi nessa condição, aliás, que navios portugueses participaram, à força, na desastrosa aventura da "Invencível Armada" espanhola, enviada por Filipe II para submeter a Inglaterra, mas desfeiteada nas águas da Mancha por uma tempestade e pela contraofensiva de Drake.

153.3.3. MENTIRA N.º 3 - A INGLATERRA É A NOSSA VELHA ALIADA - NAPOLEÃO E AS GUERRAS MUNDIAIS

Durante as Invasões Francesas, é verdade que Portugal conseguiu manter a independência face aos ambiciosos projetos de Napoleão, graças à atuação do exército britânico de Arthur Wellesley, futuro duque de Wellington.

Porém, a "ajuda" inglesa não ficou a dever-se à atração dos nossos lindos olhos, mas antes aos cálculos estratégicos da Grã-Bretanha, empenhada numa guerra contra a França e vendo abrir-se-lhe no nosso país um campo de batalha privilegiado.

Depois da derrota de Napoleão, os ingleses permaneceriam aliás alguns anos por cá, como "protetores" e verdadeiros governantes. Mas a desilusão, para muitos, surgiria em 1890, aquando do célebre Ultimato britânico: Portugal era intimado por Londres, mediante a ameaça velada de retaliação naval, a evacuar o território africano entre Angola e Moçambique (atuais Zâmbia e Zimbabué). O governo de D. Carlos acedeu, mas a onda de patriotismo com que a generalidade da população portuguesa respondeu à ofensa contribuiu decisivamente para a implantação da República, 20 anos mais tarde. Não muito depois, Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial, por decisão do Partido Democrático de Afonso Costa, a fim de garantir um lugar nas conversações de paz que se seguiriam à esperada vitória aliada.

Os ingleses, porém, franziram o nariz, e só contrateitos acabaram por aceitar a fraca ajuda do aliado meridional. Aqui, de certo modo, os papéis inverteram-se, mas já no tempo da Segunda Guerra Mundial a cedência de bases nos Açores seria acordada por interesse da Grã-Bretanha. Curiosamente, ao discursar a este respeito na Câmara dos Comuns, Winston Churchill invocou...a aliança anglo-portuguesa de 1373. Por ocasião da Guerra das Malvinas, em 1982, Londres voltou a utilizar os Açores, com o acordo de Portugal.

Hoje, em tempo de União Europeia e de quase cega fidelidade internacional aos EUA, já quase ninguém se lembra da Aliança Luso-Britânica, objetivamente a mais antiga do mundo entre dois estados soberanos, mas que ela continua a existir, isso é verdade. Simplesmente, desde os seus primórdios, que remontam ao tempo de Aljubarrota, praticamente só tem servido o aliado do Norte.

153.4.1. MENTIRA N.º 4 - SALAZAR GARANTIU A NEUTRALIDADE NA II GUERRA

Diz-se e repete-se que a neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial se ficou a dever ao talento político do ditador. Mas terá sido assim? E Portugal foi mesmo neutral? Salazar tinha sido um decisivo aliado de Franco na Guerra Civil Espanhola de 1936-1939, mas, ao rebentar a II Guerra Mundial, neste último ano, interessava-lhe impedir a todo o custo que o ditador espanhol (com quem assinara pouco antes o Pacto Ibérico) entrasse no novo conflito. Se ele o fizesse, obviamente ao lado da Alemanha de Hitler, arrastaria inevitavelmente Portugal, deixando o nosso país vulnerável tanto à possível ocupação por tropas nazis (ou da Espanha franquista em seu nome) como ao hipotético desembarque dos ingleses, à semelhança do que sucedera 130 anos antes, aquando das Guerras Napoleónicas.

De qualquer forma, o território nacional transformar-se-ia num teatro de guerra. Quanto ao Estado Novo, ficaria entalado entre dois imperativos de consciência: a fidelidade à aliança britânica, fosse ela o que fosse, e os compromissos com as jovens ditaduras, às quais estava ligado por afinidades ideológicas e interesses de sobrevivência. A verdade é que, em 1940, Portugal se viu mesmo confrontado com o dilema das fidelidades.

A França já fora invadida pela Wehrmacht e a Inglaterra combatia sozinha contra a Alemanha. Hitler, que em vão tentara convencer Franco a aderir ao Eixo Roma-Berlim, pensou atravessar com os seus Panzers o território espanhol para atacar Gibraltar por terra, numa intervenção militar que exigiria a ocupação de Portugal.

A Inglaterra mostrou na altura não estar em condições de defender o território luso de uma violação das suas fronteiras terrestres (até porque não era ainda tempo de abrir uma frente de combate na Europa), limitando-se a aconselhar o Governo de Salazar a retirar para os Açores em caso de invasão hitleriana ou franquista, após simular a defesa do território.

Não era, aliás, do interesse de Londres que Lisboa entrasse no conflito do seu lado, como fizera na I Guerra Mundial, também contrariando os seus desejos. O Portugal de 1940, de qualquer modo, não era impelido para a guerra junto da "velha aliada" por uma necessidade premente como a da defesa das colónias africanas, que um quarto de século atrás tinham sido objeto de cobiça tanto de britânicos como de alemães.

E Salazar não ignorava que a sobrevivência do seu regime passava por estar nas boas graças de ambos os lados de um confronto de desfecho ainda incerto. Por sorte, as aventuras guerreiras de Mussolini nos Balcãs, descambando em desaire militar perante a Grécia, voltaram Hitler para um cenário bélico de emergência com que não contava, aliviando providencialmente a pressão na Península Ibérica.

Seguiram-se os compromissos militares da Alemanha contra os ingleses no norte de África e, por fim, a desmesurada invasão da URSS, que se transformaria depois no túmulo do III Reich. Assim, a invasão de Portugal nunca se concretizaria, embora algumas precauções tenham sido tomadas, como a instalação de peças de artilharia antiaérea em partes centrais de Lisboa.

153.4.2. MENTIRA N.º 4 - SALAZAR GARANTIU A NEUTRALIDADE NA II GUERRA: O TRUNFO DOS AÇORES

Posto de lado o risco de invasão do continente, os Açores revelar-se-iam a parte do território nacional mais disputada, já que a posse de bases aeronaves no arquipélago seria de importância fulcral para ambos os lados em confronto, mas a Alemanha, potência sobretudo continental, não dispunha de meios para o ocupar. Quanto à Inglaterra, solicitou a Salazar a concessão de bases nas ilhas, o que este começou por rejeitar receando represálias dos alemães, com os quais mantinha um frutuoso diálogo económico que incluía a venda de volfrâmio pago em barras de ouro.

Ciumenta, a Inglaterra, à qual Portugal também fornecia volfrâmio, chegou a esboçar um boicote económico ao nosso país, para desgosto do embaixador Armindo Monteiro, um anglofilo que preconizava a entrada na guerra ao lado dos britânicos, ousadia que lhe valeria a substituição no cargo.

O governo de Churchill, que via em Monteiro um bom substituto de Salazar, chegou a mover cordelinhos para o depor através de um golpe, mas a mudança de atitude do ditador português quanto aos Açores fá-lo-ia recuar.

Resumindo: durante a primeira parte do conflito, até à reviravolta na sorte das armas do outono-inverno de 1942-43, Salazar pôde sem custo gerir uma neutralidade que apregoava rigorosa e que tanto ingleses como alemães gostariam de ver mais colaborante. Mas ao aperceber-se de que os Aliados tinham todas as probabilidades de vencer respondeu favoravelmente aos pedidos de Londres, e uma base britânica acabou por ser instalada nos Açores.

Ao pedido inglês seguiu-se o americano, e uma vez mais Salazar optou numa primeira instância pela negativa: tolerava a Inglaterra, mas detestava os EUA e desconfiava do papel que uma América convertida em superpotência pudesse vir a desempenhar num mundo talvez futuramente pautado por valores de um liberalismo extremo. Mas também aqui acabaria por ceder, rendido ao peso das tropas americanas deslocadas para a Europa na contenção do expansionismo soviético para Ocidente.

Amainada a tempestade, Salazar sobreviveu, contra as previsões.

A lógica maniqueísta da Guerra Fria fazia-o alinhar do lado dos "bons" capitalistas contra os "maus" comunistas. Igual sorte teve Franco, mesmo sem ter cedido bases aos Aliados nem ter encenado, como Salazar, um simulacro de eleições legislativas. Houve mérito de Salazar na manutenção do estatuto de neutralidade?

O seu único verdadeiro mérito terá sido o de se esforçar por conter a adesão de Franco ao Eixo. Mas se Portugal não entrou na conflagração foi, primeiro, porque Hitler acabou por não invadir a Península; e, depois, porque a Inglaterra assim o quis.

153.5.1. MENTIRA N.º 5 - OS CASTELOS SÃO DO TEMPO DOS MOUROS

Tinham sido, mas o tempo destruiu-os. Então, o Estado Novo decidiu reerguê-los como achou que ficavam melhor com muitas ameias bem recortadas. E fez o mesmo a igrejas medievais. Antes da década de 40 do século XX, quem percorresse o País quase não encontraria castelos. Reduzidas as antigas fortalezas medievais a montes de pedras, só a custo se conseguiria divisar aqui ou ali um pedaço de muralha, um vestígio de escadaria ou uma torre arruinada.

Querem ouvir uma história? Se, num belo dia de 1836, um dos vereadores Vimaraneses tivesse votado de forma diferente numa reunião camarária, o Castelo de Guimarães teria sido demolido e a sua pedra utilizada para calçar as ruas. Foi por um só voto que saiu derrotada a proposta apresentada nesse sentido pela Sociedade Patriótica Vimaranesense.

Vá lá, compreende-se: estava ainda bem viva na memória de todos a guerra civil entre os liberais de D. Pedro e os absolutistas de D. Miguel, e o castelo tinha servido de prisão política miguelista...

Mesmo assim, ainda seria demolida a Torre de S. Bento, antes de, em 1881, a fortaleza ter sido classificada como "monumento histórico de primeira classe" e, em 1908, ter ascendido à dignidade de "monumento nacional".

Veio depois o Estado Novo, com toda a encenação que é apanágio dos regimes ditatoriais, ancorados em glórias passadas e palpitações nacionalistas e os castelos foram postos de pé como construções de cartolina. Em Guimarães, foi a partir de 1937 que se procedeu a obras de intervenção, surgindo aos olhos de todos um harmonioso edifício de torres direitas e ameias certinhas rodeado de árvores frondosas e de extensos relvados.

É esse o castelo que hoje vemos e que podemos visitar, associando-o a D. Afonso Henriques e apodando-o de "berço da nacionalidade".

Mas o castelo de Guimarães não é caso único longe disso. Também muitos dos lisboetas das últimas três ou quatro gerações, que se habituaram a passear, a meditar e a namorar no Castelo de São Jorge, nem sequer sonham que há pouco mais de meio século aquele suposto testemunho do passado da cidade pura e simplesmente não existia.

Mas a verdade é que as muralhas e torres hoje visíveis foram construídas a partir de 1938, no âmbito do tal programa salazarista de devolução de muitos dos monumentos nacionais a uma desejada pureza original, mas que frequentemente não passou de uma recriação livre dos edifícios ao sabor dos gostos de arquitetos e decoradores.

153.5.2. TIRA CHAPELINHOS, PÕE AMEIAS

E a Sé de Lisboa? Olhamos para ela, com as suas torres ameaçadas que mais parecem de castelo do que de igreja, e pensamos: aqui está um edifício com quase dez séculos de idade...

Mas não. Se a catedral lisboeta, como outras por esse País fora, é realmente de fundação muito antiga, a Sé que os nossos pais ou avós viam não é exatamente a mesma que agora ali se encontra. O templo foi mandado construir por D. Afonso Henriques logo a seguir à conquista da futura capital de Portugal aos muçulmanos, em 1147, no mesmo local onde se erguia a grande mesquita da cidade. Naturalmente, ao longo dos tempos a Sé foi recebendo acrescentos e alterações, sempre de acordo com o estilo usado na época da intervenção. Daí resultou uma mistura de traças, desde o Românico puro dos primeiros tempos até ao Barroco de D. João V, passando pelo Gótico de D. João I.

Até aqui, tudo bem.

O estranho foi quando, há pouco mais de cem anos, se resolveu restituir a Sé à traça primitiva, seja lá isso o que for. A Idade Média, com as suas tonalidades românticas, inflamava as imaginações. Aliás, o mesmo tinha sido feito noutros países europeus, a começar pela França, cujas imponentes catedrais haviam sido quase reerguidas na primeira metade do século XIX.

Começou então a dança da Sé alfacinha. Em séculos passados o templo já tinha possuído uns pináculos cónicos a coroarem-lhe as torres. Estes "chapéus" caíram com o terramoto de 1755 e as torres passaram então a ser rematadas por uma espécie de parapeitos metálicos. Era assim a Sé dos finais do século XIX. Resolveu-se às tantas proceder a uma intervenção, e uns remates cónicos voltaram a ser construídos.

Foi essa a Sé que conheceram os jovens da geração de 1910-1920.

O Estado Novo decidiu depois conferir à igreja um ar mais sólido e, para tal, derrubou os pináculos e encheu as torres de ameias, talvez para fazer conjunto com as do Castelo de São Jorge. O resultado, que é o que ali vemos agora, tem, portanto, menos de um século. Por isso nos enganamos quando, olhando para os monumentos da Idade Média, pensamos com os nossos botões: ora aqui está uma construção sólida, que resistiu como uma rocha à passagem dos séculos...

153.6.1. MENTIRA N.º 6 - ESTIVEMOS 500 ANOS EM ÁFRICA

Não estivemos. A nossa presença efetiva nas colónias africanas tal como as entendemos não excedeu algumas décadas. Antes do 25 de abril de 1974 era frequente ouvir-se falar da "presença portuguesa de 500 anos em África". Segundo a teoria oficial do regime e a ideia feita que já vinha da I República, Portugal teria estado meio milénio no continente africano, e seria para pôr fim a essa longa permanência que os "terroristas", armados por potências estrangeiras, nos moviam guerra "a partir do exterior".

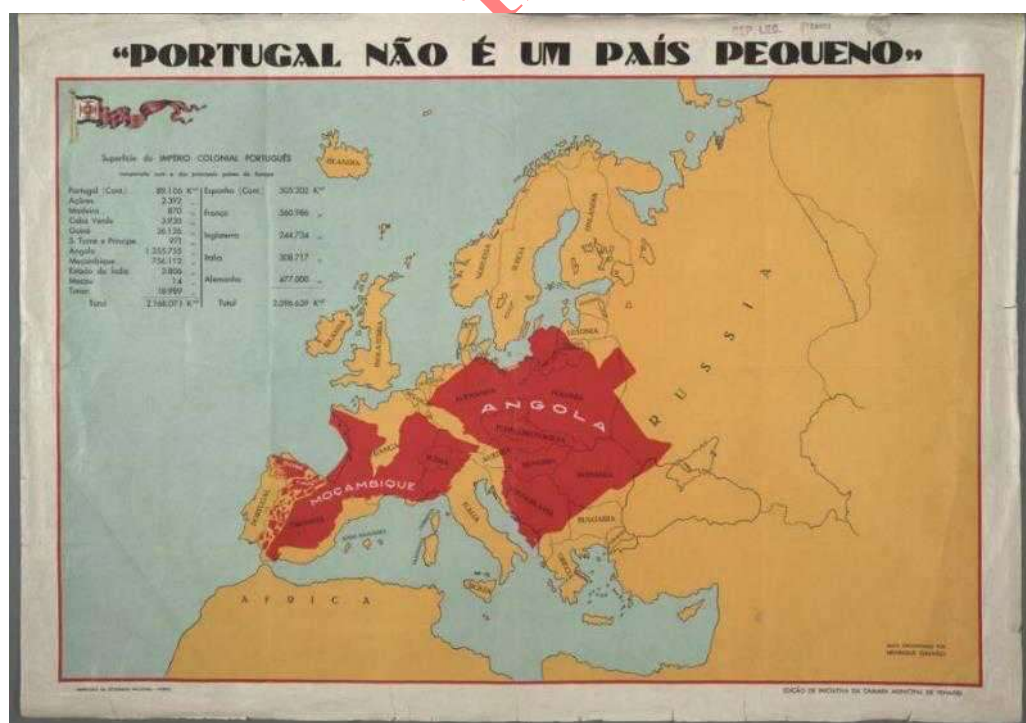
Uma vez que o ensino era orientado, a informação censurada e o debate inexistente, a opinião pública imaginava que Angola e Moçambique "sempre" tinham sido o que eram. Ora, a efetiva presença portuguesa em África, longe de ter durado 500 anos, não excedera algumas décadas, com especial incidência na primeira metade e nos meados do século XX.

O equivalente à duração temporal dos impérios africanos de outros países europeus: Inglaterra, França, Bélgica, Itália e Alemanha. É certo que os primeiros contactos do nosso país com as costas africanas remontam ao século XV, e nisso fomos mesmo pioneiros.

Mas o estabelecimento de feitorias costeiras vocacionadas para o tráfico de ouro, marfim e escravos não basta para que se fale de colonização de países ou de povos. Foi só na segunda metade do século XIX, depois da Conferência de Berlim, que a Europa definiu as regras a serem obedecidas na corrida às riquezas de África. E a primeira das regras a cumprir para que um país europeu pudesse reivindicar direitos a um território africano consistia na sua ocupação efetiva. E foi assim que, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, Portugal se envolveu em grandes guerras em África.

Chamava-se-lhes "de pacificação". A mais popular delas foi a que culminou na destruição do Império Vátua do sul moçambicano e na prisão do seu soberano, Gungunhana, num raide comandado pelo capitão Mouzinho de Albuquerque. Passou-se isso em 1895, e seguiram-se muitas outras campanhas, quer em Moçambique quer em Angola, até 1940. Portanto, só nas décadas de 40 e 50 do século XX é que a África "portuguesa" adquiriu os contornos que muitos ainda conhecemos: habitada por centenas de milhares de compatriotas nossos. Já agora: a grande importância histórica de Portugal está relacionada, não com a colonização africana, mas com a abertura da rota marítima para a Índia e para os países asiáticos mais além. Inaugurámos os contactos e as trocas entre o Ocidente e o Oriente. Quanto à maior obra portuguesa no mundo, terá sido a criação do Brasil tal como ele hoje existe, e que, preconceitos à parte e encarado com objetividade, é mesmo "um imenso Portugal."

153.7.1. MENTIRA N.º 7 - SOMOS UM PAÍS MUITO PEQUENO



Grandes não seremos, mas a imagem forçada da pequenez nacional tem sido usada pelos governantes como desculpa para a má gestão crónica. Se compararmos a superfície de Portugal com as dos outros Estados da Europa (incluindo aqueles que se estendem para a Ásia), verificaremos que Portugal ocupa a 23.ª posição numa lista de 53 países. Trata-se, portanto, de um território de dimensão média, equivalente por exemplo à Hungria.

A que se deve então o equívoco tão engraçado de que o nosso país é minúsculo? Provavelmente, ao facto de os vizinhos mais próximos serem francamente maiores, a começar pela Espanha, que tem cinco vezes e meia a nossa área.

A França é ainda um pouco maior do que esta, e o Reino Unido, a Alemanha ou a Itália também não são nada pequenos. No entanto, ultrapassada esta barreira, verificamos que tanto a próspera Suíça como a bem organizada Holanda são menores do que Portugal, o mesmo sucedendo com a Bélgica, a Áustria, a Dinamarca, a República Checa, a Irlanda, a Sérvia, a Croácia, a Bósnia, a Macedónia, a Estónia, a Letónia ou a Lituânia. Para já não falar dos Estados reconhecidamente pequenos, como o Luxemburgo, o Chipre, Andorra ou as ilhas Faroé, nem dos minúsculos Mónaco, Malta, Liechtenstein, São Marino e Vaticano.

Quanto à população, Portugal ocupa o 14º lugar entre os países exclusivamente europeus, e a sua média de habitantes por quilómetro quadrado é a 26.ª da lista. Portanto, seja qual for o critério a que se obedeça, a conclusão a que se chega é sempre a mesma: o nosso é um país europeu médio. Para a construção da imagem mental podem também ter contribuído a vastidão do Brasil e a largueza de Angola e de Moçambique, territórios a que estamos histórica e afetivamente ligados.

Simultaneamente, esquece-se que o Brasil, à semelhança daquelas colónias africanas, já nos pertenceu (embora em época diferente) e que um dos elementos da propaganda salazarista chegou a ser exatamente uma suposta vastidão geográfica de Portugal. Muitos de nós lembramo-nos ainda bem do mapa da Europa com as colónias portuguesas sobrepostas e a legenda "Portugal não é um país pequeno" (e que se reproduz abaixo).

Mas porquê a habitual insistência numa suposta pequenez? Só pode haver uma explicação: país pequeno deixa subentender escassez de recursos, logo serve de desculpa à falta de iniciativa dos cidadãos e a inépcia governativa.

Iniciativa nunca houve verdadeiramente, num país tradicionalmente governado em "cadeia de comando", à maneira de um quartel, com o comum dos cidadãos a designar por "eles" os que seguram o leme do barco. Ao admitirmos este fatalismo, que funciona como uma espécie de pecado original a que seríamos alheios, fazemos por esquecer que existem países mais pequenos do que Portugal e francamente mais bem-sucedidos como são, para não ir mais longe, os casos da Suíça ou da Holanda.

É oportuno recordar que a própria Inglaterra (sem a Escócia, Gales e a Irlanda do Norte) tem apenas mais um terço, se tanto, da área portuguesa. Sim, é certo que a sua população corresponde ao quíntuplo da nossa e que o seu território é rico em ferro, carvão e petróleo, mas a estas vantagens inegáveis pode ser contraposta a agura do clima e a relativa pobreza agrícola do solo.

De qualquer modo, nenhuma ideia feita resiste à comparação com a Holanda, um país fisicamente "inexistente", quase inteiramente fabricado pelo Homem sobre pântanos, sob um céu escuro como breu. Pequenos, nós? Sim, de facto, mas por opção... Publicada por Antonio Garrochinho à(s) 17:44 19 nov 2015 <http://desenvolturasedesacatos.blogspot.pt/2015/11/as-grandes-mentiras-da-historia-de.html?pref=fb>

Ao divulgar este artigo não queremos menosprezar nem diminuir a relevância do país, mas apenas colocá-lo no seu verdadeiro contexto, empobrecido pelos "melhoramentos" que a história oficial sempre acrescenta a todas as narrativas e desmitificar alguns dos lugares-comuns que se propagam.

CRÓNICA 154, É NATAL OUTRA VEZ 2015, DEZEMBRO 2015.

Uma das grandes vantagens de se estar a envelhecer é que a noção de tempo adquire nova dimensão, ou seja, há mais de uma década que parece que o tempo anda mais depressa, por vezes quase que voa... os dias sucedem-se a um ritmo avassalador... os jovens infantes com quem andamos ao colo ainda não há muito tempo já nos mostram os seus filhos, e de repente em volta de nós, todos têm netos.

Já me explicaram isto de uma forma sucinta que até entendi. Ou seja, quando somos jovens o tempo é lento, pois, segundo a ordem natural das coisas ainda temos muita vida a nossa frente e, portanto, cada unidade (dia) parece demorar uma eternidade pois é uma fração enorme da vida vivida, mas uma pequena fração do que há para viver. Na velhice é o oposto, o tempo é rápido pois cada unidade é uma fração pequena do que já vivemos e mais pequena ainda do que nos falta viver... por isso a todos aconselho vivam cada dia como se fosse o último e não deixem nada por fazer, não deixem nada por dizer.

O ano de 2015 foi muito mau em termos gerais, quer pela saúde, minha e da companheira das últimas décadas, quer pela dificuldade de sobrevivência vivida, dia após dia, quer pela falta de paciência e tolerância por um mundo que nos é, cada vez mais, estranho e alienígena. A pequena trombose que me avisou sobre a minha fragilidade humana, em março, veio alertar-me para uma durabilidade como um fator extremamente aleatório e independente da minha vontade e capacidade intelectual. E quando ainda temos tanto para fazer e para dizer essa constatação é uma pesada e ameaçadora espada de Dâmocles sobre as nossas cabeças como os comprimidos ao pequeno-almoço, almoço e jantar insistem em nos mostrar.

Por outro lado 2015 teve tanta guerra, tanta desgraça humana, tanta miséria que nos fazem lembrar tempos idos e não-vividos que nos antecederam e deram lugar a duas guerras mundiais. Por isso, continuo a achar hipócritas estes votos coloridos, que enchem as páginas do correio eletrónico e o Facebook, pois para mim jamais serão dias festivos de natal enquanto almas gémeas continuarem a morrer à míngua ou em busca de um lugar no mundo e não uma morte por afogamento no ar mediterrâneo, ou atingidas por um qualquer grupo de extermínio DAESH ou similar.

A violência atinge paroxismos já esquecidos, a vida humana tem cada vez menos valor, as falcatruas descaradas sucedem-se, a desgovernação, a mentira propagandeada diariamente pela TV e jornais envenena as mentes, a manipulação das massas e das ideias contamina as futuras gerações. No meio deste deserto com vozes onde sempre vivi, germinam, porém, algumas flores silvestres e tímidas, carentes de água, mas resilientes, habito ainda suave utopia da poesia que sempre me governou e serve de desculpa para justificar a minha existência, e tu, meu amigo ou amiga, que me estás a ler se já não consegues vislumbrar essa utopia e esperança jamais terás natal. Não invejo os teus bens e conquistas materiais, legítima ou ilegítimamente conquistados, com que te ufanas na varanda dos dias, não cobiço nem desejo o paradigma de vida que escolheste, esses fogos-fátuos de vaidade, ostentação e prosápia com que te vestes e dás a esmola caridosa aos pobres que te cercam.

Dado que não posso regressar à minha mátria Bragança, persistirei a viver neste bucolismo açoriano que me cativou com as suas letras e escritores e escritoras pois sei que a mim ainda é legítimo continuar a sonhar e a viver utopias enquanto o mundo, lá fora, se desmorona como os icebergues. Se pertences a essa elite (na qual me incluo) és bem-vindo / a na minha modesta casa rural para partilhares sonhos e utopias, se não pertences a esse grupo (mais exclusivo que o clube Bilderberg) goza o teu natal consumista nas lojas da especialidade e fica bem longe. Um natal para todos é o que vos desejo. 20 dez 2015

CRÓNICA 155, SNOBISMOS CULTURAIS 30 NOV 2015

Lido na internet:

1. O cúmulo do snobismo é falar de Mozart sem jamais ter visto um dos seus quadros (gente culta que obviamente visita museus).
2. Mas há quem garanta que perguntar o resultado Toulouse - Lautrec em futebol podia ser pior. (gente que obviamente tem uma mente voltada para a prática desportiva).
3. Consta que havia recentemente um ministro português que adorava os concertos de violoncelo de Chopin. (gente que obviamente anda com os solfejos trocados).
4. Há quem saiba que Picasso é um modelo de automóvel de edição limitada... (gente que obviamente tem uma propensão para as marcas desportivas de automóveis)
5. Conselheiro da cultura da Junta Da Galiza, o sr. Pérez Varela disse em tempos "o melhor concerto da minha vida foi o de Carmina Burana, que es una de las buenas cantantes de este país, con la Orquesta Sinfónica de Galicia" (gente que obviamente vai muito à ópera)
6. "Sara Mago, una excelente pintora" (Ex-Ministra de Educación y Cultura, Esperanza Aguirre refiriéndose al Premio Nóbel de Literatura José Saramago. Feria del Libro. Mayo 1997) (gente que obviamente passa o tempo em galerias de arte)

Agora algumas de estudantes universitários em Lisboa... (in Revista Sábado)

7. Quem escreveu os Maias? Ah! Não me lembro, mas morreu há pouco tempo, Manoel de Oliveira (gente que obviamente frequenta os poucos cinemas que ainda existem)
8. Quem é Manoel de Oliveira? Um escritor (gente que obviamente frequenta imensas livrarias)
9. Qual é o símbolo químico da água? Ph...Ph ZERO
10. Quem pintou a Mona Lisa? Miguel Ângelo? Picasso?
11. Qual é a capital dos EUA? Inglaterra...Califórnia...Nova Iorque....
12. Quem era o Padrinho? Capone...Orlando? Marlon Brando
13. Quem é a chanceler alemã? Mel, não é Mel Gibson...
14. Quem pintou o teto da Capela Sistina? Miguel Arcanjo (gente que obviamente frequenta muito a igreja)
15. Quem escreveu O Evangelho segundo Jesus Cristo? Não sou católica...não me dou muito bem com a literatura antiga...Moisés?...
16. E alguém conhecia alguém na posse de todos (mesmo todos!) os discos do James Dean
17. Diga o nome dum famoso escritor português. Victor Hugo! (gente que obviamente compra muitos livros pelo colorido das suas capas)
18. E havia ainda alguém que conhecia outrem que tinha todos os discos do James Dean... (gente que obviamente é adepta dos discos de vinil)

TODOS OS DIAS DEVÍAMOS OUVIR UM POUCO DE MÚSICA,
LER UMA BOA POESIA,
VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL,
DIZER ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS.
GOETHE

Inédito não publicado, não

Badana 1

Na lenda havia um Rei Artur, Sir Galahad, cavaleiros da Távola Redonda e uma busca do Santo Graal. Aqui não há nem Dom Quixote, nem Sancho Pança nem moinhos de vento, contra os quais espadanar.

Há apenas um aprendiz de escriba, cavaleiro da poesia e utopia, temeroso e aventureiro, sequioso na sua aprendizagem constante de outras línguas, hábitos e culturas.

De Trás-os-Montes, sua matéria desconhecida, partiu à conquista do “lulic” em Timor Português, dos hippies em Bali (Indonésia), sobrevivendo a um “Anno Horribilis” no Verão Quente (1975, Portugal), atravessando as Portas do Cerco (na China de Macau), percorrendo os Estados da Austrália Ocidental, Vitória e Nova Gales do Sul, com breves passagens pelas Índias, pelo Oriente do Meio e seus emirados, metade da Europa, da Ásia e parte do Pacífico Sul, antes de redescobrir o Brasil, Portugal e outros países

Por fim, iria aterrar como um milhafre, Buteo buteo rothschildi, na ilha de S. Miguel (Açores) donde partiu em conquista fugaz de Santa Maria, Faial, Pico, Graciosa, S. Jorge, Terceira, Flores e Corvo.

Se na pátria Austrália descobriu uma tribo aborígene a falar crioulo português há mais de 450 anos, na provecta Bragança descortinou a sua matéria e nos Açores descobriu o que o mundo desconhecia, uma literatura distinta.

Esta viagem leva o leitor num périplo pelo mundo enquanto o autor vai cronicando, como Marco Polo, ou Fernão Mendes Pinto a sua vida, as terras, as gentes e os costumes e tradições. Da análise política, social e pessoal parte à descoberta de culturas. Recupera as origens, retorna ao seio duma Lusofonia sem raças, credos ou nacionalidades, até se radicar nesta “Atlântida” onde irá desvendar, divulgar e dilatar desveladamente uma fértil açorianidade literária, fundíbulo de autonomias e independências por cumprir.

Badana direita



chrys@lusofonias.net -

J. Chrys Chrystello (n. 1949-) cidadão australiano que não só acredita em multiculturalismo, como é disso um exemplo. Nasceu numa família mesclada de Galego-Português, Brasileiro (carioca), Alemão, do lado paterno, Português e marrano transmontano do materno.

Publicou em 1972 o seu primeiro livro “Crónicas do Quotidiano Inútil, vol. 1” (poesia).

O exército colonial português levou-o a viver em Timor (setº 1973- jun 1975) onde foi Editor-chefe do jornal local (A Voz de Timor, Díli) antes de ir à Austrália em 1975 decidir adotá-la como pátria.

Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor. Durante mais de duas décadas escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga.

De 1967 até hoje dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa).

De 1976 a 1982 desempenhou funções executivas na Companhia de Eletricidade de Macau. Em Macau foi Redator, Apresentador e Produtor de Programas para a ERM/ Rádio 7/ Rádio Macau / TDM e RTP Macau e jornalista para a TVB - Hong Kong.

Viveu em Perth, radicou-se em Sydney (e migrou para Melbourne). Durante os anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural do país.

Foi Jornalista no Ministério Federal do Emprego, Educação e Formação Profissional e no Ministério Federal da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários.

Divulgou desde 1985 a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook) e difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (há quatro séculos).

Durante mais de vinte anos (1984-2004) foi responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters).

Foi Tradutor e Intérprete (Ministério Estadual da Imigração, Ministério de Saúde de Nova Gales do Sul).

Foi Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters).

Lecionou Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes em Sidney na UTS (Universidade de Tecnologia de Sidney).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS (1999-2005).

Foi Mentor dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido (2000-2012)

Foi Revisor (Translation Studies Department) da Universidade de Helsínquia (2005-2012).

Foi Consultor do Programa REMA da Universidade dos Açores. (2008 a 2012)

Em 1999, publicou a sua tese “Timor Leste: o dossiê secreto 1973-1975” (ensaio político), esgotado ao fim de três dias.

Em 2000 publicou a 1ª edição da monografia “Crónicas Austrais 1976-1996”.

Em 2005 publicou o “Cancioneiro Transmontano 2005”

Nesse ano publicou (e-book DVD) outro volume da trilogia “Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter”.

Entre 2006 e 2010, traduziu, entre outras, obras de autores açorianos para Inglês: Daniel de Sá (Sta. Maria ilha-mãe; O Pastor das Casas Mortas; S. Miguel: A Ilha esculpida; e Ilha Terceira, Terra de Bravos), de Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), Victor Rui Dorez (Ilhas do Triângulo, coração dos Açores numa viagem com Jacques Brel).

Em 2011 traduziu a Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos para inglês

Em 2012 traduziu de Caetano Valadão Serpa “Uma pessoa só é pouca gente, o sexo e o divino.”

Desde 2005 traduziu vários excertos de obras de dezenas de escritores açorianos integrados em projetos dos Colóquios da Lusofonia (Antologias).

Em 2009 publicou o volume 1 da trilogia “ChrónicaAçores: uma Circum-navegação, De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores, (esgotado)” cronicando as suas viagens pelo mundo.

Em 2011 publicou o volume 2 da trilogia “ChrónicaAçores: uma Circum-navegação: De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores” (ed. Calendário das Letras).

Em outubro de 2012 lançou a sua obra completa de poesia “Crónica do Quotidiano Inútil (vol. 1 a 5)”, a assinalar os 40 anos de vida literária.

Em 2015 lançou a 4ª edição de “Crónicas Austrais 1978-1998”.

Também em 2015 editou a obra completa dos 3 volumes da “Trilogia da História de Timor”

Em 2015 fez a revisão e compilação da obra de Dom Carlos Ximenes Belo, “Padre Carlos da Rocha Pereira. Missionário açoriano em Timor”, vol. 1 da série Missionários Açorianos em Timor, ed. AICL e Moinho Terrace Café

Em 2017 lançou o seu opus magister “Bibliografia Geral da Açorianidade” em 2 vols (1600 pp. com 19500 entradas) e teve vários trabalhos (ensaio e poesia) publicados em antologias.

Em 2017, reviu, adaptou e traduziu para inglês o livro “O Mundo Perdido de Timor-Leste” de José Ramos-Horta e Patricia Vickers-Rich

Lançou em 2018 “Fotoemas”, foto e-book, com fotografia de Fátima Salcedo e poemas dos Açores, de Chrys Chrystello edição e-livro <http://www.blurb.com/books/8752953-fotoemas>

Em 2018, fez a revisão e compilação de “Missionários açorianos em Timor” vol. 2 de D Carlos F Ximenes Belo, ed. AICL e Câmara Municipal de Ponta Delgada, ed. Letras Lavadas

Em 2018 finalizou o volume 3 de “ChrónicaAçores uma circum-navegação: De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores” cronicando as suas viagens pelo mundo

Completo a Crónica do Quotidiano Inútil vol. 6 (Obras completas de poesia)

Considera marcantes a Palestra proferida na Academia Brasileira de Letras (29.3.2010) com Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia, e ser admitido (5.10.2012) como Académico Correspondente da Academia Galega da Língua Portuguesa).

É Editor dos Cadernos (de Estudos) Açorianos da AICL, publicação online,

2019 Nomeado Vice-presidente de PPdM - Oceania - Vice-Presidente para a Oceânia do Movimento Poetas do Mundo

2019 Nomeado membro do Pen International (Açores)

Preside, desde 2010, à Direção da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia que organiza desde 2001-2002, Colóquios da Lusofonia (30 edições, 2 ao ano).

<https://www.lusofonias.net/mais/chrys-cv.html> www.lusofonias.com

**CRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO,
DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES
VOL. 3 2015**

Versão não totalmente editada

J. CHRYS CHRYSTELLO 2015-2018

